



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

EDNA CRISTINA VITOR FRANÇA

O Tamanho da Coligação Partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato? Uma análise das Coligações Partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras.

Cuiabá / MT

2013

EDNA CRISTINA VITOR FRANÇA

O Tamanho da Coligação Partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato? Uma análise das Coligações Partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras.

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, área de concentração: Instituições Políticas e Controles Democráticos, do Programa de Pós-Graduação, Mestrado Interinstitucional, da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos

Cuiabá / MT

2013

Catálogo na fonte

Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho. CRB4-985

F815t França, Edna Cristina Vitor.

O tamanho da coligação partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato?: uma análise das coligações partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras / Edna Cristina Vitor França. – [Recife] : Cuiabá: O autor, 2013.

103 f., il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Mestrado Interinstitucional UFPE/IFMT, 2013.

Inclui referência e anexo.

1. Ciência Política. 2. Eleições para prefeitos. 3. Eleições municipais. 4. Coligações partidárias. I. Santos, Adriano Oliveira dos. (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2013-158)

Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Dissertação da aluna **Edna Cristina Vitor França**, intitulada: **"O Tamanho da Coligação Partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato? Uma análise das Coligações Partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras"**, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Mestrado Interinstitucional – MINTER UFPE/IFMT.

As 10 horas do dia 27 de agosto de 2013, no Auditório de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Dissertação da Mestranda **Edna Cristina Vitor França**, intitulada: **"O Tamanho da Coligação Partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato? Uma análise das Coligações Partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras"**, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Mestrado Interinstitucional – MINTER UFPE/IFMT, composta pelos professores doutores: **Adriano Oliveira dos Santos (Orientador)**, **Ricardo Borges Gama Neto (Examinador Titular Interno)** e **Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Titular Externo)**. Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição da candidata **Edna Cristina Vitor França**. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera a Dissertação **APROVADA**. E nada mais havendo a tratar, eu, **Daniel Neto Bandeira**, secretário do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente Ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora. Recife, 27 de agosto de 2013.

Daniel Neto Bandeira (Secretário)

Prof^o Dr. Adriano Oliveira dos Santos (Orientador)

Prof^o Dr. Ricardo Borges Gama Neto (Examinador Interno)

Prof^o Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Externo)

Edna Cristina Vitor França (Aluna)

Agradecimentos

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pelo conhecimento compartilhado e a generosidade com que o fizeram especialmente à Professora Gabriela Tarouco pelo incentivo e pelas críticas, bem vindas e necessárias.

Agradeço ao meu orientador pelo incentivo e pela motivação para esta pesquisa.

Agradeço aos amigos queridos do Minter que estiveram presentes e participaram desse aprendizado comigo, acredito que todos crescemos em conhecimento e discernimento.

E agradeço enormemente a presença da minha família e de amigos que são família também, e estiveram ao meu lado incentivando e se desdobrando comigo para que este trabalho fosse concluído.

A luta pela verdade deve ter precedência sobre todas as outras.
(Albert Einstein)

Resumo

Este trabalho buscou verificar se o tamanho das coligações poderia favorecer ou não o desempenho eleitoral dos candidatos. O recorte da pesquisa foram as candidaturas para prefeito nas 26 capitais brasileiras, nas eleições de 2000, 2004 e 2008. Os objetivos específicos deste estudo foram: verificar o perfil das coligações quanto ao tamanho e analisar a influência que as variáveis situação do candidato (incumbente se concorre à reeleição ou desafiante se não concorre à reeleição); apoio do governador ou do presidente ao candidato e quantidade de vereadores concorrendo pela coligação do candidato a prefeito (capilaridade da coligação) poderiam exercer sobre os resultados eleitorais. A revisão teórica e empírica contemplou os estudos acerca dos sistemas eleitorais brasileiros, o comportamento eleitoral e as coligações partidárias. A metodologia utilizada foi a análise descritiva e a análise estatística, mediante testes estatísticos e a evidência empírica da análise de dados foi a frequência do lançamento de coligações nas eleições majoritárias para prefeito e o perfil das candidaturas lançadas.

Palavras chaves: Coligações Partidárias, Sistemas Eleitorais, Eleições Majoritárias.

Abstract

This study aimed to verify whether the size of coalitions may favor or not the candidates performance. The outline of the research was to candidates for mayor in 26 Brazilian capitals, in the elections of 2000, 2004 and 2008. The specific objectives of this study were to investigate the profile of coalitions in size and analyze the influence of variables situation of the candidate (the incumbent is running for reelection or challenger is not running for reelection); support of the governor or the president the candidate and quantity councilors running the coalition's candidate for mayor (capillary coalition) could have on the election results. The review included the theoretical and empirical studies on the Brazilian electoral systems, voting behavior and party coalitions. The methodology used was descriptive analysis and statistical analysis through statistical tests and empirical evidence of data analysis was the frequency of release of coalitions in statewide elections for mayor and profile applications launched.

Words keys: Coalitions Partisan, Electoral Systems, Elections Majority.

Lista de Quadros

Quadro 1: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2000.....	53
Quadro 2: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2004.....	55
Quadro 3: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2008.....	56
Quadro 4: Comparativo dos prefeitos eleitos por partido nas capitais brasileiras - Eleições de 2000 a 2008.....	57
Quadro 5: Comparativo do perfil das candidaturas – Eleições de 2000 a 2008.....	58
Quadro 6: Unidade da análise: Candidaturas para prefeito nas eleições de 2000 a 2008.....	59

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2000.....	52
Gráfico 2: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2004.....	54
Gráfico 3: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2008.....	57
Gráfico 4: Classificação das coligações por tamanho e por resultado no 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	62
Gráfico 5: Comparativo da frequência das coligações por tamanho nas candidaturas a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	63
Gráfico 6: Evolução das coligações por tamanho nas candidaturas a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	64
Gráfico 7: Frequência das candidaturas a prefeito por situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	65
Gráfico 8: Frequência das candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	66
Gráfico 9: Comparativo do percentual de candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º e do 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	67
Gráfico 10: Comparativo do percentual das candidaturas por situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	68
Gráfico 11: Frequência de candidaturas por tamanho da coligação e situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	69

Gráfico 12: Percentual de candidaturas apoiadas ou não pelo Governador no 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	71
--	----

Gráfico 13: Percentual de candidaturas apoiadas ou não pelo Partido do Presidente nas Eleições de 2000 a 2008.....	72
---	----

Gráfico 14: Resumo do resultado eleitoral das candidaturas dos partidos nas Eleições de 2000 a 2008.....	77
---	----

Lista de Tabelas

Tabela 1: Universo da análise: Capitais Brasileiras.....	48
Tabela 2: Tabela 2: Estatística Descritiva de algumas variáveis da pesquisa.....	59
Tabela 3: Resumo Descritivo do número de partidos nas coligações nas Eleições de 2000 a 2008.....	60
Tabela 4: Frequência das coligações por tamanho no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	61
Tabela 5: Frequência das coligações por tamanho e por resultado no 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	62
Tabela 6: Frequência das candidaturas por situação dos candidatos no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	66
Tabela 7: Comparativo da frequência das candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º e do 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	67
Tabela 8: Comparativo da frequência da situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	68
Tabela 9: Comparativo da frequência de candidaturas por situação do candidato e por tamanho da coligação nas Eleições de 2000 a 2008.....	70
Tabela 10: Frequência das candidaturas apoiadas ou não pelo Partido do Presidente nas Eleições de 2000 a 2008.....	72
Tabela 11: Total de candidaturas analisadas nas Eleições de 2000 a 2008 por tamanho da coligação e por resultado no 1º turno, segundo o apoio do Partido do Presidente e do Governador.....	73

Tabela 12: Total de candidaturas analisadas nas Eleições de 2000 a 2008 por tamanho da coligação e por resultado eleitoral, segundo o apoio do governador no 2º turno.....	74
Tabela 13: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	74
Tabela 14: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	75
Tabela 15: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito, por resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	75
Tabela 16: Descritiva do total de candidatos a vereador eleitos pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	76
Tabela 17: Comparativo da frequência do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	76
Tabela 18: Frequência das candidaturas por partido nas capitais brasileiras nas Eleições de 2000 a 2008.....	77
Tabela 19: Resumo das candidaturas dos partidos para prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.....	78
Tabela 20: Teste de normalidade entre o número de partidos na coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.....	81
Tabela 21: Classificação do número de partidos na coligação e o turno que terminou a disputa nas Eleições de 2000 a 2008.....	82
Tabela 22: Teste do qui-quadrado para a relação entre o número de partidos na coligação e o turno eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.....	82

Tabela 23: Medida de Simetria entre o número de partidos na coligação e o turno eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.....	83
Tabela 24: Teste qui-quadrado para o tamanho da coligação e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	83
Tabela 25: Medida de Assimetria entre o tamanho da coligação e resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	84
Tabela 26: Teste de qui-quadrado entre o tamanho da coligação e a situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	84
Tabela 27: Medida de Assimetria entre o tamanho da coligação e a situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.....	85
Tabela 28: Relação entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	85
Tabela 29: Teste do qui-quadrado entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	85
Tabela 30: Medida de Assimetria entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	86
Tabela 31: Teste de normalidade entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.....	86
Tabela 32: Correlação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.....	87
Tabela 33: Teste do qui-quadrado entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.....	88

Tabela 34: Teste de Normalidade entre o número de partidos na coligação, a vitória dos candidatos e o total de candidatos a vereador pela coligação nas Eleições de 2000 a 2008..... 88

Tabela 35: Média de candidatos a vereador pela coligação segundo o número de partidos da coligação e a vitória no primeiro turno nas Eleições de 2000 a 2008..... 89

Lista de Abreviaturas e Siglas

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
NEP	Número Efetivo de Partidos
PIB	Produto Interno Bruto
DEM	Democratas
PFL	Partido da Frente Liberal (atual DEM – Democratas)
PL	Partido Liberal (atual PR - Partido da República)
PR	Partido da República
PPB	Partido Progressista Brasileiro (atual PP – Partido Progressista)
PP	Partido Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde

Sumário

Introdução	16
1. O Estado da Arte sobre Estudos Eleitorais no Brasil	19
1.1. Sistema Eleitoral Brasileiro: definição e características	19
1.2. Sistema Majoritário no Brasil: teoria e crítica	20
1.3. Sistema Proporcional: funcionamento, fórmulas e debate	22
1.4. Comportamento Eleitoral: principais teorias da decisão do voto	25
1.5. Os estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil	26
2. O Estado da Arte sobre Coligações Partidárias no Brasil	30
2.1. Coligações partidárias: definição e incentivos para a formação	30
2.2. Padrões e tendências gerais das coligações nacionais	35
2.3. Coligações Partidárias no Sistema Proporcional	36
2.4. Coligações Partidárias no Sistema Majoritário: as municipais	40
3. Análise de Dados: As Coligações Partidárias nas Eleições Majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras nas eleições de 2000 a 2008	47
3.1. Dados da Pesquisa: hipóteses e método	48
3.2. Cenário Eleitoral e Estatística das Eleições de 2000 a 2008	51
3.3. Verificação dos dados: análise descritiva do perfil e do padrão das coligações majoritárias formadas nas capitais brasileiras nas Eleições de 2000 a 2008	58
3.3.1. Resultados da análise descritiva	79
3.4. Testes das variáveis: o tamanho das coligações influenciou no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras nas eleições de 2000 a 2008?.....	81
3.4.1. Resultados e discussão	89
Considerações Finais	91
Referências Bibliográficas	95
Anexo	101
Anexo 1: Candidatos mais votados nas capitais brasileiras – Eleições de 2000 a 2008	101

Introdução

Instigado por uma possível relação entre o tamanho da coligação e o desempenho eleitoral dos candidatos, este trabalho tem por objetivo verificar se uma quantidade maior de partidos compondo as coligações poderia favorecer o desempenho dos candidatos ou não nas eleições majoritárias, e, em que proporção essa quantidade de partidos que formam essas coligações poderiam ou não torná-la vitoriosa. O recorte da pesquisa foram as disputas majoritárias para o executivo municipal nas 26 capitais brasileiras, nas eleições de 2000, 2004 e 2008.

Os objetivos específicos deste estudo foram: verificar o perfil das coligações formadas no cenário eleitoral específico das capitais brasileiras quanto ao tamanho, ou seja, o número de partidos na coligação e analisar a influência que as variáveis situação do candidato (incumbente se concorre à reeleição ou desafiante se não é candidato à reeleição); apoio do governador ou do presidente ao candidato e quantidade de vereadores concorrendo pela coligação do candidato a prefeito (capilaridade da coligação), poderiam exercer sobre os resultados eleitorais.

As hipóteses levantadas foram: a) a quantidade de partidos que formam as coligações tem relação com os resultados eleitorais obtidos por ela; b) a quantidade de candidatos a vereador pela coligação tem influência com o resultado eleitoral do candidato a prefeito; c) a situação do candidato, incumbente ou desafiante, interfere nos resultados eleitorais; d) o apoio do governador do Estado, ou do Presidente da República, ou de ambos, ao candidato a prefeito exerce um efeito positivo sobre o desempenho eleitoral desse candidato.

Este trabalho foi estruturado em três partes principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte retoma em linhas gerais o estado da arte dos estudos eleitorais no Brasil, especificamente no que se refere aos sistemas eleitorais e o comportamento eleitoral. A segunda parte apresenta os estudos acerca das coligações partidárias no Brasil, e as características distintas dessas alianças em cada sistema eleitoral vigente no país. A terceira parte trata da análise de dados, cuja metodologia abrange a análise descritiva e a análise estatística dos dados. A evidência empírica utilizada na análise de dados foi a frequência do lançamento de coligações nas eleições majoritárias para prefeito e o perfil das candidaturas lançadas.

O primeiro capítulo dessa pesquisa, que trata dos estudos acerca dos sistemas eleitorais, contemplam teorias que definem esses sistemas como a base para a representação

democrática de um país e discutem as distorções e vantagens de cada sistema para que a vontade do cidadão se consolide em representação política e democrática.

Os debates acerca do sistema proporcional envolvem a questão da distorção na representação democrática e na fragmentação partidária gerada por esse sistema, ou seja, os estudos acerca dos sistemas eleitorais analisaram em que medida as distorções geradas pelo sistema proporcional afetam a representação democrática. Muitos pesquisadores apontam a formação de alianças partidárias como um dos grandes responsáveis por essas distorções, surgindo assim, propostas de alteração ou adequação do funcionamento das coligações no sistema proporcional vigente no país.

Já o sistema majoritário suscita discussão quanto à sua incapacidade em promover a representação democrática dos vários segmentos sociais e a forma como as características distintas desse sistema condicionam as estratégias eleitorais em cada cenário eleitoral do país.

O segundo capítulo desse trabalho abrange os estudos acerca das coligações partidárias e trata das regras legais para a formação de alianças no país, dos incentivos institucionais que os sistemas eleitorais geram e das motivações que os partidos consideram na decisão de coligarem-se.

Enquanto no sistema proporcional o principal incentivo para a formação de coligações está na possibilidade de ultrapassar a barreira do quociente eleitoral e dessa forma eleger representante para o legislativo, no sistema majoritário os estudos mostram que tem grande peso na decisão dos partidos de concorrer coligados, entre outros fatores, o alto custo de entrada na disputa, decorrente da baixa magnitude das eleições executivas, o que torna esse cenário eleitoral restrito a poucos concorrentes.

Esse padrão da competição política nas eleições majoritárias condiz com a teoria institucionalista, especificamente com a teoria da escolha racional, visto que os competidores procuram racionalmente maximizar seu desempenho eleitoral e minimizar o do oponente, o que gera certa estabilidade na identidade dos competidores, principalmente no cenário municipal.

O terceiro capítulo apresenta os dados, a metodologia utilizada na pesquisa e a análise dos dados. Esse capítulo contempla ainda um breve resumo do contexto social, político, econômico e eleitoral das três eleições analisadas, com o objetivo de verificar o padrão das estratégias adotadas pelos partidos nessas eleições, visto que os estudos apontam que é possível detectar comportamentos e dinâmicas coligacionistas distintas em cada cenário eleitoral do país.

A escolha das capitais brasileiras como recorte dessa pesquisa considerou que essas cidades constituem-se em um cenário distinto no universo nacional, uma vez que elas são, em sua grande maioria, os centros de poder político dos Estados, e, dessa forma, o perfil das coligações formadas nessas cidades pode apontar mais claramente as estratégias micro e macro das lideranças partidárias ao escolher determinada formação coligacional.

Considerou-se ainda que as pesquisas no sistema majoritário, especificamente acerca das coligações partidárias, podem fornecer importantes subsídios para o entendimento do funcionamento do poder local no país, tendo em vista que cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia dos partidos em disputas municipais. Assim, conhecer os aspectos locais que influenciam o comportamento coligacional pode ampliar as possibilidades de análises a nível nacional e ajudar a estabelecer um padrão de estratégias eleitorais adotadas pelos partidos.

Diante disso, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca das coligações partidárias na política brasileira, considerando suas possibilidades explicativas em cada cenário eleitoral brasileiro.

1. O Estado da arte sobre Estudos Eleitorais no Brasil

1.1. Sistemas Eleitorais: definição e características

De forma generalizada os estudos acerca dos sistemas eleitorais buscam conceituar e compreender a dinâmica e as influências desses sistemas para a efetividade da representação política de um país. Esses estudos consideram que o modelo de sistema eleitoral adotado tem influência na totalidade dos cidadãos representados, ou seja, determinado sistema eleitoral pode garantir maior efetividade na representação universal que outros.

Na definição de Tavares a representação política ocorre na medida em que os sistemas eleitorais estabelecem:

(...) uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes, na qual os primeiros, enquanto comitentes e constituintes, autorizam os últimos a tomarem as decisões que obrigam em comum e universalmente a todos, nelas consentindo por antecipação e assumindo, cada um, todas as consequências normativas derivadas das decisões do corpo de representantes como se as tivesse efetiva e pessoalmente adotado, e na qual, por outro lado, cada um dos representantes se obriga a tornar efetivos, no corpo legislativo, ao mesmo tempo os valores fundamentais e comuns da ordem política e as concepções particulares acerca do interesse e do bem público daquele conjunto especial de constituintes que, com sua confiança, concorreram para a consecução de seu mandato (TAVARES, 1994, p. 33).

Para Lipjhart (2003) o sistema eleitoral é um elemento de fundamental importância para o sistema democrático, já que é através dele que as escolhas dos cidadãos se consolidam como representação política. Para o autor a estabilidade do sistema eleitoral é importante para o bom funcionamento de uma democracia, pois qualquer mudança nesse sistema pode causar alteração no processo de representação e na formação do poder político.

O autor destaca também que a escolha de determinado sistema eleitoral está intrinsecamente relacionada às características da sociedade em que será adotado esse sistema, visto que o contexto em que as democracias contemporâneas operam é marcado pela heterogeneidade e por clivagens múltiplas, um perfil que, segundo o autor, seria mais compatível com arranjos institucionais do tipo consociativo, que teria mais possibilidade de promover a representação da diversidade e da pluralidade dos cidadãos e os interesses e preferências presentes nessa sociedade (LIPJHART, 2003).

Segundo Kinzo (2004) a representatividade nos sistemas eleitorais democráticos remete à capacidade dos mesmos de favorecer a maior ou menor correspondência entre a

vontade do eleitor, manifestada nas urnas, e a representação justa dos eleitos no parlamento ou no executivo.

A pesquisadora lembra que a experiência democrático-eleitoral brasileira pós 1985 contribuiu para a consolidação dos partidos, do sistema partidário e da democracia no país fazendo com que as eleições e a democracia fossem asseguradas, porém, o sistema partidário delineado apresentou marcas de “intensa fragmentação, fragilidade partidária, baixa inteligibilidade da disputa eleitoral e elevada volatilidade eleitoral”, ou seja, evidenciou que os avanços na consolidação do sistema partidário foram bastante modestos (Kinzo, 2004, p. 10).

Para Nicolau (2002, p. 10) os sistemas eleitorais são “os mecanismos responsáveis pela transformação dos votos dados pelos eleitores no dia das eleições em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)” e destaca que nas sociedades contemporâneas operam três modelos de sistemas de representação: o sistema majoritário, o proporcional e o sistema misto, que agrega características dos dois primeiros.

De forma sucinta a diferença entre o sistema majoritário e o proporcional está em que, o primeiro baseia-se no princípio da vontade da maioria para eleger seus representantes, sendo eleito o candidato mais votado em cada distrito eleitoral, ou seja, não há lugar para representação de minorias sociais. Já o sistema proporcional possibilita, em tese, a representação dos diversos grupos e minorias existentes na sociedade, mediante a garantia da equidade matemática entre a votação recebida pelos candidatos e a representação parlamentar (NICOLAU, 2002).

No Brasil são adotados o sistema eleitoral majoritário e o sistema proporcional. O sistema majoritário é vigente nas eleições para presidente da república, governadores, prefeitos e senadores e o sistema proporcional é aplicado nas eleições para deputados e vereadores.

O debate acadêmico acerca das características e do funcionamento dos sistemas eleitorais brasileiros apresenta pontos de vista distintos entre os pesquisadores, dessa forma, serão revistos os pontos principais desse debate em cada sistema eleitoral, considerando que o objetivo desta pesquisa é a análise de um objeto específico no universo dos sistemas eleitorais, qual seja, as coligações partidárias, cujo debate será analisado e discutido adiante.

1.2. Sistema Majoritário no Brasil: teoria e crítica

O sistema majoritário é considerado o mais simplificado quando comparado ao sistema proporcional, visto que as regras para sua aplicação são de fácil entendimento: o candidato mais votado dentre os concorrentes vence a eleição.

Esse sistema é aplicado de duas formas no país: o majoritário de um só turno em distritos uninominais para a escolha de prefeitos em cidades com menos de duzentos mil eleitores e em distritos uninominais e binominais em períodos diferentes para a escolha de senadores, visto que o senado brasileiro é eleito alternadamente: em uma eleição é eleito um senador, na eleição seguinte são eleitos dois senadores; e o majoritário de dois turnos aplicado em distritos de magnitude igual a 1 nas eleições para prefeitos de cidades com 200 mil eleitores ou mais, para governadores e presidente da República.

No sistema majoritário de um só turno o candidato é eleito por maioria simples, ou seja, o candidato que obtiver o maior número de votos válidos é eleito. Já no sistema majoritário de dois turnos, caso nenhum dos candidatos concorrentes obtenha mais de 50% dos votos válidos no primeiro turno, ocorre uma segunda eleição, o segundo turno, com os dois candidatos mais votados.

Conforme aponta Nicolau (2002) a operacionalização nas eleições do sistema de maioria simples e de dois turnos, de maneira geral, é a mesma em todos os países que a utilizam e é relativamente simples: são definidos os distritos eleitorais, no Brasil esses distritos correspondem aos Estados, cada distrito elege um representante mediante a votação dos eleitores, sendo eleitos os candidatos mais votados.

Entre as vantagens apontadas acerca do sistema majoritário Nicolau (2002) destaca: a maior capacidade de criar governos com base parlamentar unipartidária, ou seja, leva a formação de maiorias políticas, o que propicia governos mais estáveis e funcionais; o fortalecimento dos principais partidos políticos, evitando a fragmentação partidária; a tendência à bipolarização entre centro-esquerda e centro-direita, neutralizando ideias políticas mais radicais; a maior possibilidade de controle dos representantes pelos eleitores, já que seria somente um eleito a ser fiscalizado e controlado e a inexistência de competição entre candidatos do mesmo partido.

Em sentido contrário, as críticas ao sistema majoritário abrangem: as distorções entre a votação e a representação parlamentar dos partidos, que leva à redução do pluralismo político, visto que o resultado das eleições não reflete proporcionalmente a vontade dos eleitores; a municipalização do debate político, pois a ênfase recai nas questões locais; a possibilidade de personalização da representação política e o alto custo das campanhas eleitorais, devido à escassez de postos em disputa (NICOLAU, 2002).

A questão da municipalização será vista mais detalhadamente no Capítulo II desta pesquisa, que trata da revisão acerca das coligações partidárias, objetivo de pesquisa deste estudo.

Vale ressaltar que o sistema majoritário não suscitou grande volume de pesquisas e análises sobre o mesmo, especificamente a nível municipal, quando comparado ao sistema proporcional que será apresentado a seguir.

1.3. Sistema Proporcional: funcionamento, fórmulas e debate

O sistema proporcional de lista aberta, com voto único transferível e distritos plurinominais, com magnitudes diversas, é aplicado para a escolha de representantes para as câmaras municipais, assembleias estaduais e câmara federal no Brasil.

Nicolau (2002) aponta que no sistema proporcional o objetivo é garantir que as cadeiras disputadas sejam distribuídas proporcionalmente aos votos recebidos pelos partidos, a fim de assegurar que a diversidade das várias correntes de opiniões de uma sociedade seja refletida no legislativo e que haja equidade matemática entre os votos dos eleitores e a representação parlamentar.

O funcionamento desse sistema eleitoral é aparentemente simples: os votos recebidos pelos partidos são contados e as cadeiras são distribuídas entre eles de acordo com o percentual de votos recebidos por cada um, porém, essa conversão de votos em cadeiras se torna bastante complexa, quando consideradas as fórmulas e regras utilizadas para a alocação das cadeiras entre os partidos.

No sistema proporcional brasileiro a quantidade de vagas em disputa é calculada pela Justiça Eleitoral, que define o quociente eleitoral, ou seja, o mínimo de votos que o partido ou a coligação deve obter para eleger seus candidatos. Esse quociente é definido com a divisão do total de votos válidos de cada eleição pela quantidade de cadeiras em disputa. Com a definição do quociente eleitoral faz-se a alocação de cadeiras entre os partidos ou coligações que atingiram o quociente.

No país é utilizada uma adaptação da fórmula de maiores médias de ¹*Hondt* para a distribuição das sobras de vagas, que na prática funciona com a divisão dos votos recebidos pelos partidos ou coligações pelo número de cadeiras obtidas na primeira rodada +1. Os

¹ Pela fórmula original de maiores médias de *Hondt*, os votos recebidos pelos partidos ou coligações são divididos pela série numérica 1, 2, 3... (ROMÃO, 2010)

partidos ou coligações que obtiverem os maiores valores no resultado ocupam as cadeiras em disputa.

Quanto à escolha dos candidatos pelo eleitor, no Brasil é utilizado o sistema proporcional de lista aberta, no qual, o eleitor tem a opção de votar na legenda ou no nome do candidato escolhido. Os candidatos são organizados de acordo com as votações recebidas individualmente, em ordem decrescente na lista de candidaturas do partido ou da coligação, sendo eleitos os mais votados dessa lista, dentro do número de cadeiras obtidas pelo partido ou coligação, independente do partido ao qual pertençam, em caso de legendas coligadas (ROMÃO, 2010).

Os pesquisadores apontam que a lista aberta gera a concorrência entre os candidatos dentro do partido, o que provoca o proselitismo político, ou seja, a sobreposição dos interesses pessoais, em detrimento dos interesses partidários e o individualismo eleitoral, já que o partido vê-se na posição de lançar candidatos individualistas que agreguem voto para a legenda e não necessariamente candidatos posicionados ideologicamente com o partido.

Para Ames (2003) as instituições políticas brasileiras favorecem o personalismo e o individualismo dos candidatos, o que dificulta a *accountability* e a responsabilização pública, e conseqüentemente leva a baixa transparência das ações políticas dos parlamentares brasileiros.

Romão (2010) destaca que o caráter personalista do sistema eleitoral brasileiro restringe o poder dos partidos a mera seleção dos candidatos para concorrer na eleição, e como a bancada final do partido depende da votação individual dos candidatos, os partidos têm forte incentivo para incluir nomes de personalidades e lideranças com ótima reputação, o que resulta nos “*puxadores de votos*”, que acarretam distorções na proporcionalidade de cadeiras distribuídas.

Outra distorção levantada por Romão (2010) é a permissão de formação de coligações nas eleições brasileiras conforme está posta, pois segundo o pesquisador essa formação gera a perda do voto de legenda pelo eleitor quando o partido concorre coligado nas eleições proporcionais. Isso ocorre porque o voto dado pelo eleitor ao partido é agregado ao somatório de votos da coligação, no interior da qual o voto é computado para os candidatos mais votados da coligação, e que não necessariamente sejam candidatos da legenda para a qual o eleitor consignou seu voto.

Já para Nicolau (1995) a permissão de coligações nas eleições proporcionais contribui para a desproporcionalidade do sistema no país, pois possibilita que partidos que obtiveram votações inferiores ao quociente eleitoral tenham acesso a cadeiras no legislativo.

Vários pesquisadores, entre eles Krause (2005), Machado (2005), Tavares (1998), Schmitt (1999), Nicolau (1999) para citar alguns, consideram ainda que a variável magnitude do distrito interfere diretamente na conversão de votos em cadeiras, ou seja, questionam o número de cadeiras que cada distrito tem direito e sua relação de valor com o voto dos eleitores de cada estado. Os pesquisadores apontam que partidos que tiveram a mesma votação apresentaram diferentes percentuais de representação nos estados brasileiros, o que implica na sobre valorização do voto dos eleitores de estados menos populosos, e na sub valorização dos votos dos eleitores de estados mais populosos nas eleições proporcionais analisadas.

Sobre a magnitude do distrito Nicolau (2002) destaca que quanto maior a magnitude, mais proporcional será a relação entre o número de votos e de cadeiras alocadas, porém, tal como está estabelecida a distribuição de cadeiras nos estados brasileiros, ocorre a sobre representação dos estados num extremo (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) e a sub-representação em outro (Sul e Sudeste).

Outra questão bastante discutida acerca do sistema proporcional no meio acadêmico é o federalismo brasileiro como variável geradora de distorção nesse sistema eleitoral. Segundo Nicolau (1996) isso ocorre porque os estados possuem autonomia e vida política própria, dessa forma, as diretrizes nacionais nem sempre são observadas no nível estadual, o que contribui para o esvaziamento do papel dos partidos.

A literatura aponta ainda uma linha de pesquisa sobre o sistema proporcional brasileiro, que contrapõe a ideia de que os partidos são fracos e os parlamentares indisciplinados e sugere que as sanções e recompensas conferidas pelos líderes partidários são capazes de controlar a tendência à fragmentação partidária e resultam em partidos com alto nível de controle e unidade de voto (AMES, 2003).

Nessa linha de pesquisa Figueiredo e Limongi (1999) fizeram um importante estudo na Câmara dos Deputados, que indica que os partidos tem poder de decisão e os parlamentares são disciplinados e seguem as decisões previamente definidas pelo partido nas votações em plenário.

Ou seja, apesar das variadas pesquisas e teorias acerca do sistema proporcional brasileiro, não há consenso quanto às vantagens e desvantagens que o mesmo acarreta à questão da representação democrática e da estruturação do sistema partidário brasileiro.

Dessa forma há várias propostas correntes para a reforma política brasileira, com ênfase na alteração ou na correção do sistema eleitoral proporcional, entre elas a proposta de alteração para o sistema de lista fechada como forma de amenizar o personalismo nas eleições

brasileiras e fortalecer os partidos e a proposta da adoção do sistema distrital como solução para a questão da sub e sobre representação nos estados. Porém, o debate segue sem consenso entre os pesquisadores quanto ao modelo ideal a ser adotado ou a melhor solução para as distorções do sistema no país.

1.4. Comportamento Eleitoral: principais teorias da decisão do voto

A busca do entendimento de como o eleitor vota e porque escolhe certos candidatos resultou em extensa literatura sobre o comportamento eleitoral no Brasil, porém, a relação entre o perfil da coligação, quando os candidatos concorrem coligados, e a intenção de voto do eleitor ainda não foi devidamente analisada pela ciência política.

Conforme aponta Krause (2010, p. 43) a ciência política ainda não dispõe de metodologia específica para aferir se “os efeitos eleitorais das coligações seriam recursos suficientes para entender as motivações do eleitor na decisão do seu voto”.

Diante disso, não é a intenção deste estudo analisar especificamente o comportamento eleitoral frente às coligações partidárias, mas considera-se importante uma breve revisão da literatura acerca do comportamento eleitoral a fim de verificar o que foi estudado e as possibilidades que as coligações oferecem para essa análise.

De modo geral os estudos sobre o comportamento eleitoral no Brasil acompanharam as teorias correntes na literatura internacional, cujas concepções embasam a investigação para a identificação dos fatores que condicionam ou determinam cognitivamente o comportamento eleitoral. Essas teorias dividem-se em três concepções principais: a sociológica, a psicológica e da escolha racional.

Conforme aponta Borba (2005) a concepção sociológica utiliza a abordagem macro para explicar o comportamento político dos cidadãos e pressupõe que a orientação do voto está relacionada às condições sociais e às interações contextuais em que a ação política e social nasce e atua. O pesquisador enfatiza que nessa teoria o contexto é fundamental, visto que a explicação para o comportamento do eleitor baseia-se em variáveis contextuais, como “as socioeconômicas, as demográficas e as ocupacionais, e sua preocupação central está em mostrar como tais variáveis possuem relação com o comportamento eleitoral” (BORBA, 2005, p. 155).

A teoria psicológica ou modelo de Michigan, também parte de uma abordagem macroestrutural sobre o comportamento do eleitor, mas completa que somente esses fatores

não explicam a tomada de decisão do voto, e incorpora o sentido psicológico e afetivo, através da qual, os indivíduos não se baseiam em conteúdos programáticos racionais para decidir seu voto, mas são motivados por suas percepções e atitudes em relação aos elementos políticos (BORBA, 2005).

Para Radmann (2005, p. 26) nessa teoria é necessário considerar a identificação partidária como o determinante estrutural do voto, e “deve-se procurar as motivações e percepções que levariam os indivíduos à escolha partidária e a manifestação de seu comportamento político”.

As teorias sociológica e psicológica tem em comum o fato de ambas considerarem que as interações sociais são condicionantes das escolhas no contexto político.

Já para a perspectiva da teoria da escolha racional o que importa é a motivação instrumental, pela qual a decisão do eleitor é orientada considerando os custos e benefícios individuais que podem advir de determinada escolha. Nessa teoria a decisão é o “produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse que levam o eleitor a se comportar, em relação ao voto, como um consumidor de mercado” (RADMANN, 2005, p. 35).

Castro (1994) destaca que nesse “mercado” eleitoral, a escolha do eleitor considera a preferência partidária, sendo essa preferência ideologicamente condicionada, pois o eleitor espera obter mais benefícios se o partido do qual mais se aproxima em termos de propostas políticas e opiniões for o vencedor da competição eleitoral.

1.5. Os estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil

Durante um longo período político, os estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil foram fortemente embasados nas perspectivas sociológica e psicológica.

Carreirão (2002) aponta que a maior parte das pesquisas empíricas sobre o comportamento eleitoral no Brasil no período de 1950 a 1960 baseava-se na perspectiva sociológica, e relacionava certas imagens políticas que os eleitores formavam dos candidatos e partidos políticos com a posição social do eleitor e com a sua localização no contínuo ideológico partidário esquerda-direita. Nesse período as pesquisas deram ênfase à ideologia partidária como explicação da decisão eleitoral.

Na década de 70, os estudos deixaram de enfatizar a dimensão ideológica na decisão dos eleitores, e incluíram nas pesquisas o grau de estruturação cognitiva do pensamento do eleitorado.

Reis (1973) desenvolveu a tese acerca do comportamento eleitoral do brasileiro denominada pelo autor como a *“síndrome do Flamengo”*, segundo a qual:

(...) as preferências partidárias ou ideológicas do brasileiro não se relacionariam com opiniões altamente sustentadas a respeito de questões de natureza política, mas estariam baseadas em imagens difusas, simplificadas da posição dos partidos: existiria no sistema de crenças da população uma divisão quase binária do processo político, de modo que os partidos estariam ou do lado do "povo" ou do "governo", dos "pobres" ou dos "ricos" (REIS *apud* BORBA, 2005, p. 157).

Já a partir da década de 80, com a implantação do sistema multipartidário, as pesquisas enfatizaram o impacto que a reformulação das regras e do cenário eleitoral teve sobre o comportamento do eleitor.

Carreirão (2002) aponta que as pesquisas nesse período destacaram os fatores socioeconômicos e psicossociológicos como os grandes responsáveis pela variação do comportamento eleitoral, enquanto outros indicaram fatores provenientes da motivação racional do indivíduo.

E finalmente na década de 1990 as pesquisas retomaram a mensuração da identificação ideológica dos eleitores, porém, somaram às pesquisas a proposta de Castro (1994) quanto à identificação do grau de sofisticação política do eleitor, medido a partir do somatório de quatro variáveis: o interesse por política, o envolvimento no processo eleitoral, a exposição ao HGPE e o grau de informação a respeito dos candidatos.

Os resultados dessa pesquisa apontaram que os eleitores sofisticados correspondem à minoria do eleitorado, e essa minoria vota orientada por opiniões formadas sobre questões diversas e por uma preferência partidária baseada em uma visão informada sobre os partidos e os candidatos. Já a grande maioria do eleitorado seria composta por eleitores não sofisticados, que votam orientados pela imagem do candidato e tendem a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam, possuem baixa consistência ideológica e consequentemente votam orientados pela imagem do candidato que se posiciona como o defensor privilegiado dos pobres (CASTRO, 1994).

Nos estudos mais recentes destaca-se a pesquisa de Singer (2000) sobre o eleitor ideológico, desenvolvida com base na teoria psicossociológica, que propõe incorporar a identificação ideológica à análise do comportamento eleitoral e a pesquisa de Carreirão (2000) que incorpora a variável escolaridade à análise da dimensão ideológica para explicar o comportamento do eleitor.

A tese de Singer (2000) caracteriza o eleitor como possuidor de:

(...) um conhecimento abstrato do significado de esquerda e direita que lhe

possibilita o posicionamento na escala ideológica, que ainda que desestruturado, reflete o seu sistema de crenças (...) que permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição de acordo com as suas inclinações, embora não as verbalize. E essa mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente (SINGER, 2000, p. 149).

Já a tese do voto econômico desenvolvida por Carreirão (2000) com base na perspectiva da escolha racional, aponta que o modelo explicativo do comportamento eleitoral do brasileiro deve considerar a relação entre a variável "escolaridade" e as variáveis clássicas consideradas determinantes na decisão do voto, como a preferência partidária, a imagem dos candidatos, a aprovação da administração e o bem estar econômico.

Borba (2005) aponta que os estudos acerca do comportamento do eleitor brasileiro mostram consenso quanto ao baixo grau de informação e ao caráter difuso e pouco estruturado das opiniões públicas da maioria do eleitorado brasileiro, mas para o pesquisador isso não significa que o voto não seja racional, e sim que a racionalidade do eleitor está estruturada a partir do nível cognitivo e se baseia em imagens fluidas e difusas a respeito dos políticos e dos partidos.

Mais recentemente as pesquisas incorporaram a importância das emoções e dos sentimentos na política, trabalhadas principalmente nas campanhas eleitorais. A partir de então o impacto das emoções e sentimentos na decisão do eleitor tem demandado pesquisas e ampliado as teorias sobre o perfil do eleitor brasileiro.

Lavareda e Telles (2011) analisaram a decisão do voto nas eleições para prefeito nas capitais dos cinco estados brasileiros e concluíram que os determinantes do voto clássicos, quais sejam: boa administração, preferência partidária, ideologia, estratégias de campanha e transferência de capital político, não explicam a decisão do eleitor em todos os contextos municipais.

Segundo os pesquisadores a explicação para a decisão do voto em contextos locais pode ser generalizada apenas no determinante do voto referente à avaliação retrospectiva, os demais determinantes explicam em maior ou menor intensidade de acordo com cada capital (LAVAREDA; TELLES, 2010).

Considerando os estudos apresentados e tendo em vista que não foi identificada na literatura uma pesquisa sistemática sobre a influência das coligações partidárias sobre o comportamento do eleitor brasileiro, Krause e Godoi (2010, p. 43) apontam que “a extração de um resultado determinado de um perfil de candidatura não nos dá margem para concluir em que medida este advém do perfil da aliança ou de outras variáveis intervenientes”.

Dessa forma seria precipitado analisar as alianças como um recurso para entender o comportamento do eleitor, porém, considera-se que as coligações podem embasar estudos sobre as conexões entre o perfil ideológico das coligações e a identificação do eleitor ideologicamente orientado.

2. O Estado da Arte sobre Coligações Partidárias no Brasil

Neste capítulo foi realizado um levantamento do estado da arte acerca das coligações partidárias no Brasil, considerando as perspectivas que envolvem a dinâmica das coligações e a sua intervenção sobre os fenômenos políticos, com ênfase na influência do sistema partidário sobre a formação das coligações; no impacto das coligações sobre o sistema eleitoral brasileiro; nas anomalias e distorções geradas pelas coligações na representação democrática e no aumento da fragmentação partidária; na influência das coligações na formação de identidades ideológicas partidárias e na dinâmica das coligações nos sistemas proporcional e majoritário.

O capítulo foi dividido em duas seções principais, sendo que a primeira trata da definição de coligação de acordo com a lei eleitoral brasileira e os incentivos institucionais para a sua formação e a segunda contextualiza os padrões e tendências gerais das coligações nacionais nos sistemas eleitorais vigentes no país, o proporcional e o majoritário, com ênfase nas coligações majoritárias formadas na arena municipal, foco desta pesquisa.

2.1. Coligações partidárias: definição e incentivos para a formação

A primeira previsão legal para a formação de coligações no Brasil foi o Decreto nº 21.076/1932, que instituiu o sistema de representação proporcional no país, no qual estava prevista a possibilidade de alianças entre partidos para fins eleitorais. A partir desse decreto a formação de coligações foi mantida, com exceção do período do regime militar, de 1964 a 1985.

Porém, foi a partir de 1997, com a promulgação da Lei nº 9.504, que estabelece as normas para as eleições no país, que o instituto das coligações foi ratificado e regulamentado e mantém-se nesses termos até hoje, prevendo que os partidos podem se unir nas eleições majoritárias e/ou parlamentares apenas para fins eleitorais:

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários (BRASIL, 1997).

Dessa forma, os partidos que integram as coligações majoritárias podem formar alianças distintas nas eleições proporcionais, desde que não haja pluralidade de coligações envolvendo os cargos de governador e senador.

A exceção a essa regra ocorreu no período eleitoral de 2002 a 2006, com uma interpretação do TSE, que resultou em uma decisão judicial, conhecida como “verticalização”, segundo a qual os partidos coligados com candidato concorrendo à presidência, ficavam obrigados a replicar essa aliança na esfera estadual, estabelecendo assim, segundo Machado (2012), limites mais rígidos para a formação de coligações, pois vinculava formalmente à eleição presidencial as eleições para deputado federal e governador nos Estados.

Acerca do dispositivo legal que constitui as coligações como um só partido, as pesquisas apontam que essa regra cria no sistema eleitoral brasileiro uma especificidade, visto que, ao constituir as coligações para todos os efeitos eleitorais como um só partido, a distinção ideológica dos partidos e a representação partidária acabam se diluindo no interior da coligação.

No entanto, é praxe a formação de alianças nas eleições majoritárias e proporcionais, motivada pelas prerrogativas e incentivos institucionais inerentes aos partidos políticos, estabelecidas pela Constituição Brasileira, que se estendem às coligações e se referem a:

Art. 17 (...)

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

(...)

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei (BRASIL, 2006).

De acordo com essas regras os partidos coligados mantêm sua autonomia organizacional e podem apresentar uma lista única de candidatos para concorrer nas eleições, o que faz aumentar os incentivos institucionais e consequentemente maximizar o desempenho eleitoral dos candidatos que concorrem coligados.

Nesses termos, a formação de coligações nas eleições está relacionada inicialmente às prerrogativas legais e aos incentivos institucionais que os partidos dispõem quando concorrem coligados, porém, não se resume a isso. As pesquisas consideram ainda os efeitos que os sistemas eleitorais têm sobre a formação das coligações e as consequências das coligações para a representatividade dos sistemas eleitorais e partidários.

Para Schmitt (2005, p. 21) a formação de coligações eleitorais em sistemas multipartidários ocorrerá “sempre que houver efeitos mecânicos e/ou psicológicos significativos na conversão de votos em cadeiras, pois isso ocasionaria a redução da estrutura de oportunidades eleitorais”.

Conforme aponta Nicolau (1995) os efeitos mecânicos e/ou psicológicos propostos por Duverger (1987) referem-se ao impacto do sistema eleitoral sobre o sistema partidário, sendo que o efeito psicológico depende da ocorrência do efeito mecânico.

De acordo com o pesquisador o efeito mecânico seria a tendência que os sistemas eleitorais proporcionais, que utilizam fórmulas altamente proporcionais, têm de sub-representar os menores partidos e sobre representar os maiores, o que faz com que os partidos recebam votações abaixo do quociente eleitoral mínimo. Isso fará com que os maiores partidos recebam percentualmente mais cadeiras do que votos recebidos, ou seja, o efeito mecânico independe de estratégias eleitorais, pois ele ocorre após as votações. Já o efeito psicológico seria uma consequência do efeito mecânico e pode ocorrer somente após duas eleições, pois a sub-representação dos menores partidos em uma eleição, como consequência do sistema eleitoral e da fórmula adotada, motivaria os eleitores a não votarem neles na eleição posterior para não desperdiçar seu voto (NICOLAU, 1995).

Para Nicolau o efeito mecânico e/ou psicológico de Duverger tem influência ainda nas estratégias eleitorais, mais especificamente na formação de coligações partidárias, tendo em vista que:

Além de influenciar os eleitores, o efeito psicológico atua também sobre o comportamento dos dirigentes partidários, na medida em que eles definem suas estratégias de campanha eleitoral a partir da intensidade com que o efeito mecânico influencia suas oportunidades eleitorais. Na experiência brasileira dos anos 80, o efeito mecânico pode ter funcionado como um filtro para que as lideranças partidárias, por exemplo, determinassem a oportunidade de apresentar candidatos para o Executivo ou Legislativo, definissem o número de candidatos em eleições proporcionais e estabelecessem estratégias de coligação (NICOLAU, 1995, p. 132).

No entanto, o pesquisador aponta que o sistema de lista aberta brasileiro elimina quase completamente o efeito psicológico sobre o eleitorado nas eleições para o legislativo, enquanto que a exclusão dos partidos que não atingiram o quociente eleitoral da distribuição das sobras produzem um razoável efeito mecânico (NICOLAU, 1995).

Nesse contexto a formação de coligações partidárias é uma opção para os partidos neutralizarem esse efeito mecânico e maximizarem o desempenho eleitoral dos seus candidatos nas eleições legislativas.

Além disso, o sistema eleitoral brasileiro também gera motivações e incentivos

institucionais extremamente atrativos para a formação de coligações partidárias como estratégia de maximização do desempenho eleitoral das candidaturas nos dois sistemas eleitorais vigentes no país.

Dentre essas motivações e incentivos institucionais Nicolau (1995) destaca: a magnitude do distrito eleitoral, o tamanho do partido, o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral - HGPE, o número de candidatos lançados, o federalismo partidário e, o fato de que elegendo ao menos um representante as pequenas legendas fariam jus a diversas prerrogativas legais.

Acerca da magnitude eleitoral do distrito, Nicolau (2002, p. 13) aponta que essa variável funciona quando “mantidos constantes outros fatores, quanto maior a magnitude do distrito eleitoral, maiores as chances de representação dos partidos minoritários e maior a proporcionalidade na relação votos/cadeiras de uma determinada eleição”.

Essa hipótese foi testada também por Schmitt (1999) e Machado (2012) nas eleições proporcionais, comprovando a proposição de Nicolau, visto que, os resultados dos pesquisadores mostraram que nos distritos com menores magnitudes os partidos se coligaram com mais frequência que em distritos com maiores magnitudes eleitorais.

Quanto ao tamanho do partido, Nicolau (1995) aponta que quanto menor o partido, maior a probabilidade de ele procurar coligar-se, preferencialmente com os grandes partidos.

Porém, Kinzo (2004) destaca que a questão do tamanho do partido é considerada nas estratégias eleitorais, tanto pelos grandes quanto pelos pequenos partidos, já que essas estratégias são construídas com o objetivo de obter o melhor resultado possível no contexto institucional em que os partidos operam.

Contudo, as estratégias de competição dos partidos não podem ser consideradas idênticas em todas as regiões do país, visto que, a definição do tamanho dos partidos não é única em todo o território nacional, conforme apontam os estudos sobre o sistema partidário brasileiro de Nicolau (1995), Lima Jr. (1997), Kinzo (2004), Lavareda (1999) e Braga (2006), entre outros.

Braga (2006) em um detalhado estudo acerca do sistema partidário brasileiro, no período de 1982 a 2002, aponta que as diferenças acerca das estratégias dos partidos no cenário político nacional estão relacionadas com:

(...) o arranjo institucional do país à medida que a distribuição territorial de poder e autoridade oferece uma estrutura dual de oportunidades que incentiva os partidos políticos a se organizarem e atuarem tendo em vista a conquista de cargos eletivos em ambas as esferas (BRAGA, 2006, p. 55).

Diante dessa estrutura a pesquisadora identifica no processo partidário-eleitoral

brasileiro uma “tendência centrípeta, um processo de concentração do poder partidário em um número relativamente pequeno de partidos com perfis diferenciados e relevantes na arena eleitoral e parlamentar, nacionalização dos principais partidos e maior homogeneidade/congruência nas votações” (BRAGA, 2006, p. 57).

Para Braga (2006) essas características são resultados da formação do sistema partidário brasileiro recente, que possibilitou que partidos com perfis diferentes, em termos programático-ideológicos e em recursos políticos e organizacionais entrassem na disputa eleitoral, o que gerou uma estrutura de competição fechada e fortemente centralizada nos partidos de direita e de centro.

Considerando esses diferentes perfis dos partidos inseridos no contexto eleitoral, e a necessidade metodológica de adotar critérios específicos para a classificação desses partidos por tamanho, Leôncio Rodrigues (1995) classificou os partidos de acordo com o número de representantes eleitos para a Câmara em: a) partidos grandes, quando elegem 81 ou mais representantes na Câmara; b) partidos médios, quando elegem de 31 a 80 representantes na Câmara; c) partidos pequenos, quando elegem de 10 a 30 representantes na Câmara; e d) micropartidos, quando elegem menos de 10 representantes na Câmara.

Já Schmitt (1999) e Machado (2012) utilizaram a classificação de Nicolau (1995), segundo a qual, o tamanho dos partidos pode ser mensurado com base no número de votos obtidos por cada partido em cada distrito eleitoral na eleição anterior ao pleito analisado.

Schmitt (2006, p. 75) testou ainda as duas relações propostas por Nicolau (1995), de que quanto menor a magnitude do distrito eleitoral e menor o tamanho do partido, maior a probabilidade da formação de coligações partidárias, e concluiu por confirmar a primeira e descartar a segunda, já que suas evidências apontam “para uma correlação positiva, embora de reduzida significância em termos percentuais, entre o tamanho dos partidos e a frequência com que se coligam”, e os pequenos partidos se coligam em proporção semelhante aos grandes partidos, demonstrando assim, que todos os partidos, independentemente do seu tamanho e de seu perfil ideológico, tem razões para celebrarem coligações.

Segundo Lavareda (1991), uma das razões que fomentam essa frequência de coligações entre os grandes e os pequenos partidos seria o recurso da barganha entre as eleições majoritárias e proporcionais, mediante a qual os grandes partidos aceitariam se coligar aos pequenos partidos nas eleições proporcionais, o que teoricamente, acarretaria perda eleitoral aos grandes partidos, para em troca receberem apoio nas eleições majoritárias aos candidatos aos cargos executivos pelos governos estaduais e prefeituras, em distritos nos quais a força eleitoral e estrutural dos grandes partidos não é homogênea.

Outro incentivo importante considerado nas estratégias eleitorais dos partidos é o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, visto que, as pesquisas apontam para uma influência cada vez maior das campanhas eleitorais no desempenho eleitoral dos candidatos, especialmente a vinculação televisiva, dessa forma, quanto maior o número de partidos na coligação, maior o tempo no HGPE.

De acordo com a legislação eleitoral todos os partidos têm direito ao horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão para propaganda, sendo que, dois terços do tempo total são distribuídos proporcionalmente ao número de votos que cada partido ou coligação teve na eleição anterior para a Câmara e o restante é dividido igualmente entre todos os partidos (BRASIL, 1997).

Bertani (2006) aponta que quando os partidos estão coligados os critérios de divisão do tempo do HGPE entre os partidos são definidos pelas coordenações de campanha da coligação, pois tendem a envolver disputas horizontais entre os candidatos e disputas verticais entre as instâncias de coordenação partidária e os candidatos.

Os partidos ainda dispõem de dois incentivos institucionais para se coligarem. O primeiro interessa a todos os partidos, grandes ou pequenos, e refere-se à possibilidade que a coligação oferece de lançar um número maior de candidatos do que os partidos isolados e o outro são os benefícios legais que os pequenos partidos podem obter ao eleger ao menos um representante, tais como: legitimação para impetrar mandado de segurança coletivo, maior tempo de propaganda partidária, maior cota do fundo partidário, direito de representação no parlamento, etc. (ANDRADE, 2008, p. 41).

Os incentivos para a formação de coligações apontados nessa seção referem-se às disputas em todas as esferas eleitorais: federal, estadual, municipal e distrital, porém, o peso desses incentivos pode ser diferente em cada esfera.

Dessa forma, nas próximas seções será realizado um detalhamento do padrão e da tendência das coligações nacionais no sistema proporcional e no majoritário, considerando as especificidades de cada sistema.

2.2. Padrões e tendências gerais das coligações nacionais

Os estudos acerca das coligações podem ser divididos de acordo com os dois sistemas eleitorais brasileiros, proporcional e majoritário, porém, até pouco tempo esses estudos eram centralizados nas eleições proporcionais para as Câmaras Legislativas.

Todavia, essa divisão teórica justifica-se pelo aspecto diferenciado da competição eleitoral em cada sistema, gerado por características específicas de cada instância: federal, estadual e municipal, visto que conforme aponta Lavareda:

(...) a luta política se processa nos limites dos contextos econômicos e sociais e age sobre ela como balizadores estruturais, que ora inviabilizam, ora apenas tolhem os graus de liberdade dos atores nela envolvidos, assumindo essa influência gradações diferentes ao longo do tempo e, também, exercendo-se com diferente intensidade em cada tipo particular de disputa, o que requer precisamente a identificação de tais diferenças (LAVAREDA, 1999, p. 109).

Krause e Godoi (2010, p. 43) também destacam que as pesquisas têm demonstrado no Brasil “a existência de dinâmicas políticas distintas nas unidades subnacionais (quadro partidário, formato da competição, perfil e processo de recrutamento das elites políticas, peso dos estados na política partidária nacional)”.

Dessa forma, além dos incentivos mencionados na seção anterior, Lavareda (1999) aponta que são levados em conta pelos partidos na decisão de coligarem-se ou não em determinada eleição, também outros fatores que interferem na competição em cada pleito, entre os quais o contexto político, social e econômico.

Diante disso, neste capítulo serão apresentados os principais estudos acerca das coligações partidárias em cada sistema eleitoral brasileiro, com o objetivo de identificar as diferenças no perfil das coligações em cada sistema eleitoral, quanto à motivação, ideologia e desempenho em cada arena eleitoral.

Nessa revisão do estado da arte sobre coligações optou-se por abranger o período pós-ditadura militar, ou seja, a redemocratização do país, tendo em vista que as pesquisas contemporâneas remetem ao primeiro multipartidarismo, retomando dados e teorias aos quais se vinculam e complementam.

2.3. Coligações Partidárias no Sistema Proporcional

Dentre as perspectivas discutidas e analisadas acerca das coligações no sistema proporcional, as mais pesquisadas e analisadas tratam do impacto das coligações sobre a representação política-democrática, a questão da fragmentação partidária e o personalismo político, especificamente nas eleições proporcionais para as Câmaras Legislativas, as quais são discutidas em trabalhos de Braga (2006), Tavares (1992), Nicolau (1996), Fleischer (1995), Romão (2010), Krause (2010) para citar alguns.

Acerca das descaracterizações no sistema eleitoral e na representatividade democrática

causadas com a formação das coligações no sistema proporcional brasileiro, Romão (2010) apresenta uma detalhada pesquisa, na qual destaca a distorção causada pelo voto de legenda, a perda de identidade partidária, a competição entre candidatos do mesmo partido no interior das coligações, a supervalorização da identidade individual do parlamentar e os altos custos de campanha.

Sobre o voto de legenda, o pesquisador aponta que ele gera uma distorção na representação e na proporcionalidade dos votos entre os partidos quando coligados, porque, conforme visto no Capítulo I, no sistema eleitoral brasileiro não há mecanismo de distribuição de cadeiras intracoligação, dessa forma, os candidatos são relacionados na lista da coligação pela qual concorrem em ordem decrescente, de acordo com a votação recebida pelos mesmos, e nesse processo o voto computado à legenda pode ser transferido para candidatos que não necessariamente pertençam ao partido para o qual o voto de legenda fora consignado, contrariando assim as bases da representação democrática (ROMÃO, 2010).

Já quanto ao problema da alta competitividade entre os candidatos da mesma legenda, Romão (2010) aponta que seria resultado da ausência de um sistema de distribuição de cadeiras intracoligação, o que dificulta a fidelidade partidária e exalta o caráter individualista da representação.

Quanto ao personalismo político, Romão (2010) aponta que a supervalorização da identidade individual em detrimento da identificação partidária direciona o vínculo de representação entre o eleitor e o candidato e não entre o eleitor e o partido, o que descaracteriza as bases ideológicas dos partidos junto ao eleitor e desestimula o debate programático partidário, centralizando as disputas na identidade do candidato.

Contudo, Braga (2006) aponta que as coligações não são totalmente responsáveis pelo personalismo político, já que o próprio sistema proporcional de lista aberta incentivaria esse personalismo nas candidaturas, pois:

(...) incentivaria a competição intrapartidária e geraria incentivos para que os membros do Parlamento desenvolvessem uma reputação pessoal, em detrimento da imagem do seu partido, junto a sua base eleitoral. Por conseguinte, a continuidade das carreiras políticas dos parlamentares pressupõe, segundo essa argumentação, a obtenção de recursos públicos para benefício de sua região, o que resultaria em políticas distributivistas inconsistentes e clientelistas (BRAGA, 2006, p. 40).

Sobre a fragmentação partidária, Braga (2006) elaborou uma síntese dos estudos de alguns cientistas políticos (Lamounier & Meneguello, 1986; Lamounier, 1989; Mainwaring, 1991; Sartori, 1993; Lima Jr, 1993), acerca do sistema político brasileiro e o sistema proporcional de lista aberta e considerando a questão da formação de coligações nesse sistema

aponta que:

(...) o sistema eleitoral vigente, combinado com o recurso a coligações eleitorais e a uma legislação partidária excessivamente permissiva quanto à organização, participação e acesso dos partidos ao Parlamento e a recursos públicos (como, por exemplo, direito a um mínimo de tempo nos meios de comunicação e a uma parcela do Fundo Partidário), teria incentivado a constituição de um sistema partidário altamente fragmentado com partidos inconsistentes, isto é, sem um perfil ideológico-programático definido (BRAGA, 2006, p. 41).

Segundo Braga (2006, p. 57) essa constituição partidária foi favorecida pelos “constrangimentos impostos pelo arranjo institucional, tais como o sistema de governo, as regras eleitorais e de organização partidária” e também pela distribuição desigual de recursos políticos e organizacionais para cada partido.

Para Nicolau (1996), o impacto das coligações sobre o sistema partidário brasileiro tem efeito:

(...) no desvio da proporcionalidade do sistema representativo ao introduzir um critério de “injustiça alocativa”. (...) esse recurso tem sido fundamental para que partidos com votações inferiores ao quociente eleitoral obtenham acesso à representação parlamentar. Dessa maneira, as coligações e o quociente partidário cumulativo operariam para aumentar as chances dos partidos menores e, por conseguinte, a fragmentação do poder na Câmara (NICOLAU *apud* BRAGA, 2005, p. 74).

Com relação ao comprometimento das bases da representação proporcional, Tavares (1999) considera que as coligações:

(...) comprometem, nas eleições proporcionais, a identidade e a especificidade dos cocientes eleitoral e partidário, os quais, na lógica do sistema proporcional, constituem efetivamente colégios eleitorais não territoriais, que reúnem eleitores associados pela identidade de um projeto político comum, cristalizado no voto num candidato e num partido específicos. Dissolvem, por via de consequência, a especificidade e a nitidez na expressão parlamentar diferenciada de cada partido. Produz o sincretismo partidário parlamentar e desfiguram não só a proporcionalidade da representação de cada partido, mas também a identidade e o alinhamento dos partidos no parlamento (TAVARES, 1999, p. 19).

Os resultados das pesquisas acerca dessas anomalias causadas pelas coligações partidárias sobre o sistema eleitoral proporcional e a questão da proporcionalidade geraram propostas de alteração “nos cálculos e critérios de distribuição de cadeiras entre os partidos coligados e exclusão de votos brancos do cálculo do quociente eleitoral”, medida aceita a partir das eleições de 1998 (KRAUSE, 2010, p. 10).

Outra linha de pesquisa sobre o sistema proporcional analisa as identidades ideológicas que fundamentam as coligações, cujo foco de estudo, conforme aponta Krause (2010, p. 10), está associado ao “problema da fragilidade identitária/ideológica dos partidos”,

na qual, distinguem-se duas vertentes de pesquisa: a primeira considera que as formações coligacionais seguem padrões ideológicos distintos e os partidos não se coligam fora do seu eixo ideológico e a segunda que os líderes partidários são racionais nas estratégias eleitorais e visam à maximização do desempenho eleitoral, independente da coloração ideológica que a coligação formada teria.

Na primeira vertente de pesquisa destaca-se o trabalho de Schmitt (1999), que analisou as coligações para as eleições proporcionais no período de 1994 e 1998 e classificou com maior ou menor consistência a posição ideológica dos partidos dentro dos espectros ideológicos esquerda, direita e centro.

O pesquisador classifica três tipos de coligações: consistentes, quando realizadas dentro do mesmo bloco ideológico; mais ou menos consistentes, realizadas entre o centro e os outros dois blocos e inconsistentes, realizadas com partidos dos dois extremos do espectro. A partir dos resultados obtidos na análise empírica dos dados o pesquisador conclui que os partidos seguiram uma orientação ideológica nas formações coligacionais, indicando que o sistema partidário está se estruturando e se organizando estrategicamente para o embate político com base na consistência ideológica, apontada pelo pesquisador como o padrão predominante desse segundo multipartidarismo (SCHMITT, 2005).

Machado também analisou dados das eleições de 1994 e 1998 para a Câmara dos Deputados, quanto à ideologia e frequência de coligações em cada espectro ideológico, e concluiu por ratificar a proposição de Schmitt (1999), segundo a qual, “as coligações ideologicamente consistentes predominam nas eleições para a Câmara Federal”, confirmando que os partidos procuram, quando possível, formar coligações dentro do seu campo ideológico (MACHADO, 2005, p. 79-80).

Na segunda vertente, que considera a racionalidade das estratégias eleitorais, Figueiredo (1994) destaca que os partidos procuram a aliança como forma de maximizar seu desempenho eleitoral, buscando, quando possível, coligar-se no seu próprio campo ideológico, e quando não é possível, o mais próximo ideologicamente, ou seja, a dimensão institucional determinaria a dimensão ideológica na concorrência eleitoral.

Diante dos estudos apresentados nesse item destacam-se: os problemas de desproporcionalidade, gerados pelas regras do sistema eleitoral brasileiro, como a falta de cálculo intracoligação; a estratégia dos partidos no sistema proporcional busca a maximização do desempenho eleitoral, porém, as coligações formadas são predominantemente consistentes, ou seja, procuram sempre que possível coligarem-se dentro do seu espectro ideológico.

2.4. Coligações Partidárias no Sistema Majoritário: as municipais

Apesar das pesquisas terem privilegiado até recentemente as eleições proporcionais para o legislativo, nas instâncias federal, estadual e municipal, e as eleições majoritárias para presidente e governador, estudos recentes têm focado as eleições majoritárias municipais. Dantas (2007), Krause e Paiva (2000), Lavareda e Telles (2011), Borba (2011), Carreirão (2011), Peixoto (2010), Miguel (2007) são alguns pesquisadores que procuraram através da pesquisa empírica, estabelecer o perfil e as tendências das eleições nos pleitos municipais.

A tarefa de definir o perfil das coligações no cenário municipal não é das mais fáceis, não só pela grande quantidade de municípios que o Brasil abriga (na eleição de 2008 o TSE contabilizou 5.565 municípios), mas também pelo caráter diferenciado da competição nessa arena política.

Diante desse quadro será apresentada uma breve compilação dos estudos acerca do cenário político regional/municipal, bem como as principais teorias testadas mediante pesquisas empíricas acerca das coligações nas eleições majoritárias municipais, com o objetivo de verificar o perfil dessas coligações.

Essas pesquisas e análises acerca das coligações majoritárias, especificamente as coligações nas eleições majoritárias municipais para os cargos executivos, podem ser divididas de acordo com algumas dimensões específicas nos recortes das pesquisas, quais sejam: a) o cenário regional/local, ou seja, a arena política municipal, que analisa as especificidades dessa arena, bem como o cruzamento com as arenas estadual e federal; b) a motivação e os incentivos para a formação das coligações no cenário municipal/regional; c) a dimensão ideológica nas formações coligacionais municipais; d) a dimensão governista nas coligações (relação governo x oposição); e e) o peso dos governadores nas eleições municipais.

A formação de coligações no sistema majoritário, conforme apontado inicialmente por Lavareda (1991), não funciona independentemente das eleições proporcionais, e o ponto de ligação entre uma e outra seria o sistema de barganha, que leva os grandes partidos a coligarem-se com os pequenos partidos nas eleições proporcionais em troca do apoio desses partidos nas eleições majoritárias, mediante disponibilização de capital político e recursos humanos na campanha do candidato dos grandes partidos, além do incentivo de aumento de tempo no HGPE quando os partidos concorrem coligados.

Complementando a assertiva de Lavareda (1991) acerca das barganhas eleitorais

Nicolau (1996) levantou também a questão do federalismo partidário, mostrando que nem sempre os grandes partidos são grandes em todos os distritos eleitorais, dessa forma o poder local dos partidos pequenos seria de suma importância para os grandes partidos nas eleições majoritárias para governador e prefeito.

Sobre o federalismo partidário Krause (2010) aponta ainda que as dimensões do país comportam micro contextos eleitorais distintos em cada região brasileira, marcados por clivagens econômicas, sociais e políticas específicas que distinguem a competição eleitoral majoritária da competição proporcional.

Nessa mesma linha de pesquisa Lima Jr. (1983) aborda a racionalidade política contextual e identifica no regime político brasileiro, antes do que um único sistema partidário nacional, diferentes subsistemas partidários estaduais, implicando substanciais diferenças na dinâmica da competição eleitoral em cada contexto regional.

Dantas (2007, p. 165) corrobora a tese proposta por Lima Jr. e aponta que nos “regimes federativos as alianças nacionais não costumam se repetir nas esferas locais, cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia dos partidos políticos em disputas municipais”.

Para Krause uma das principais motivações para a formação de coligações no sistema majoritário parte do pressuposto da “força do executivo regional para a consolidação dos partidos na política regional, tendo este um papel central na dinâmica das uniões eleitorais municipais” (KRAUSE, 2010, p. 15).

Quanto à probabilidade de formação de coligações no sistema majoritário, Schmitt (2005, p. 20) aponta que ela “é inversamente proporcional à estrutura de oportunidades eleitorais de cada um dos competidores”, dessa forma, a formação de coligação nas unidades federativas é também um reflexo da força eleitoral e da representação dos partidos nas diferentes subunidades nacionais.

Acerca do cenário político eleitoral municipal, Anastasia *et al* (2010) destacam o caráter *aninhado* da competição eleitoral no Brasil e concluem que:

(...) a dinâmica e os resultados da competição política em alguns municípios brasileiros, no contexto das eleições municipais, configuram fatores contextuais para a organização da competição em outras arenas, escolhidas por alguns atores como arenas principais do jogo eleitoral. Dessa forma, as eleições municipais, em algumas capitais e cidades de grande porte, estão aninhadas com as eleições para governadores e para presidente (ANASTASIA *et al*, 2010, p. 263).

Dessa forma, vereadores e prefeitos teriam posição estratégica na arena política brasileira “atuando como cabos eleitorais de candidaturas apresentadas no âmbito estadual e

federal”, o que faz com que a definição do perfil das candidaturas majoritárias perpassa a arena estadual e federal e leve em conta os acordos efetivados com essas instâncias na definição do perfil das candidaturas executivas municipais (ANASTASIA *et al*, 2010, p. 263).

Ou seja, a motivação propulsora na definição das estratégias para as competições majoritárias municipais, pelas lideranças políticas e partidárias no contexto municipal/regional, leva em consideração: os acordos barganhados nas eleições proporcionais; as forças políticas e partidárias regionais; o poder político dos executivos estaduais e municipais em exercício e as oportunidades de cada competidor no cenário eleitoral.

Sobre os incentivos institucionais que os partidos dispõem para concorrerem coligados nas eleições majoritárias, como já exposto, são os mesmos do sistema proporcional, porém, o peso de cada incentivo é diferente no contexto regional, tendo em vista as clivagens econômicas, sociais e políticas específicas da competição majoritária.

Dentre os incentivos mencionados nesse capítulo referente à magnitude eleitoral, tamanho do partido, tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, número de candidatos lançados pela coligação e o federalismo partidário, Krause (2010) aponta que têm maior peso nas eleições majoritárias a magnitude do distrito eleitoral, o tamanho do partido no município em que compete, o tempo no HGPE e o federalismo partidário.

Quanto à magnitude eleitoral no sistema majoritário, Dantas (2009, p. 19) destaca que essa variável define “mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário brasileiro”. Isso ocorre porque as eleições majoritárias executivas elevam os custos de entrada na competição eleitoral, o que reduz a participação dos partidos nessas eleições e centraliza a disputa entre os grandes partidos.

Sobre o tamanho dos partidos Anastásia (2010) destaca que essa classificação está relacionada ao tamanho do município, tendo em vista que os partidos estão mais estruturados nas grandes cidades, pelo fato desses grandes centros deterem parte significativa dos recursos sociais, culturais e econômicos do país e consequentemente concentrarem os maiores eleitorados.

Sobre essa proposição Dantas e Praça (2010) pesquisaram a presença dos pequenos partidos nas eleições municipais e mostraram que esses partidos respondem por um percentual de prefeituras ganhas que não ultrapassam 4% das prefeituras brasileiras, sendo que as maiores taxas de sucesso eleitoral estão entre os 10 maiores partidos brasileiros: PT, PDT, PSB, PPS, PSDB, PMDB, PTB, PL, PFL/DEM e PPB.

Quanto ao tempo no HGPE, Albuquerque e Dias (2002) destacam que a possibilidade

de maior tempo no HGPE tem um peso maior nas eleições majoritárias:

A conquista de mais tempo na televisão – particularmente para candidatos a eleições majoritárias – tem se constituído, juntamente com a construção de uma base parlamentar que garanta a Governabilidade do candidato eleito, como um dos principais fatores de estímulo à construção de coligações partidárias. Mesmo quando tais coligações se originam de cálculos oportunistas, a sua edificação se apresenta, para os partidos envolvidos, como ocasiões privilegiadas nas quais eles renegociam interna e externamente a sua identidade política (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002, p. 324).

Seguindo essa linha de pesquisa e considerando que as coligações são estratégicas para os partidos e a soma do tempo no HGPE justifica em grande medida a escolha dos mesmos em coligarem-se, Dantas (2012, p. 2) pesquisou especificamente no universo da propaganda eleitoral gratuita nas eleições municipais “se a existência de emissoras de televisão em um dado município é capaz de alterar o padrão das coligações estabelecidas pelos partidos”.

Suas conclusões apontam que os partidos políticos nas eleições municipais para prefeito não mostraram interesse maior em cidades com retransmissora de TV:

Assim, não parece possível afirmar que a televisão seja o único fator, ou pelo menos um fator de notável relevância, nas estratégias das legendas em eleições municipais de uma maneira geral. É natural que tal variável faça parte dos acordos estabelecidos entre os partidos, mas o padrão de comportamento dessas organizações não se faz significativamente diferente quando utilizamos as emissoras para explicar suas posições em coligações face os argumentos lançados nesse estudo (DANTAS, 2012, p. 10-11).

Da mesma forma que nas eleições proporcionais, uma linha de pesquisa procura definir no perfil das coligações majoritárias a dimensão ideológica na sua formação.

Nessa linha de pesquisa Carreirão (2010) analisou a dimensão ideológica, segundo o posicionamento esquerda/direita dos partidos nas coligações para o Senado Brasileiro, no período de 1990 a 2006, com o objetivo de estabelecer um padrão para essas coligações, considerando ainda a dimensão governo x oposição no âmbito federal.

Entre as conclusões mais relevantes do pesquisador destacam-se: quanto ao perfil das candidaturas, “a taxa de sucesso das candidaturas lançadas por coligações foi quatro vezes maior que a taxa de sucesso das candidaturas isoladas”, quanto à dimensão ideológica das coligações, o pesquisador verificou que “as ideologicamente consistentes foram as mais frequentes no conjunto do período, seguidas das inconsistentes. Mas a tendência geral foi de declínio das consistentes e crescimento das inconsistentes”; referente à taxa de sucesso eleitoral na oposição governo x oposição, a maior taxa ocorreu com as candidaturas de coligações formadas por partidos da base governista e de oposição, seguidas das coligações formadas somente por partidos da base governista; e por último, quanto à influência da

avaliação do governo federal na formação das coligações e no sucesso eleitoral dessas coligações o pesquisador concluiu que sem o apoio ou a neutralização dos partidos de oposição, “uma boa avaliação do presidente não garante aos partidos que compõem a sua base de apoio no Congresso que o lançamento de candidaturas ao Senado sejam vitoriosas” (CARREIRÃO, 2010, p. 130-131).

Dantas (2007, p. 163) pesquisando a lógica das coligações nas eleições majoritárias municipais para prefeito também analisa a dimensão ideológica das formações coligacionais e seus resultados comprovam que “a consistência das coligações apresenta índices decrescentes entre 2000 e 2004, apontando falta de comprometimento com questões ideológicas por parte das legendas brasileiras em eleições municipais”.

O pesquisador ressalta que esses resultados podem ser explicados pela relativa ausência dos partidos de esquerda em parte significativa de municípios na eleição de 2000, porém, destaca que:

A análise do quadro institucional, que oferece aos partidos um baixo grau de constrangimento em suas uniões locais parece se sobrepor a eventuais interesses ideológicos das legendas. Dessa forma, os resultados obtidos parecem espelhar apenas mais uma das grandes características de nosso sistema político, eleitoral e partidário, sendo possível afirmar que nas eleições majoritárias municipais as questões ideológicas não têm peso significativo sobre os acordos. (...) as alianças fazem parte das estratégias partidárias e são utilizadas de forma pragmática e generalizada (DANTAS, 2007, p. 16 e 19).

Peixoto também analisou a consistência ideológica nas coligações municipais majoritárias e proporcionais no período de 2000 a 2008, com base nos parceiros preferenciais dos 12 principais partidos nacionais, quais sejam: PFL, PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PV, PSB, PCdoB e PT e verificou que os partidos mantiveram a consistência ideológica em suas formações coligacionais na eleição de 2000, porém, a partir de 2004 os partidos diversificaram seus parceiros, sendo difícil distinguir os principais parceiros de cada um. O autor destaca o comportamento do PT ao assumir a presidência, o que ocasiona a partir de 2004 uma mudança completa em “suas estratégias de coligações e tende a diluir suas preferências por partidos de todo o espectro ideológico” (PEIXOTO, 2010, p. 288).

Analisando também os parceiros preferenciais dos partidos de acordo com o tamanho do eleitorado nos municípios, Peixoto (2010, p. 288) dividiu os municípios em: municípios com até 20.000 habitantes, municípios de 20.001 a 99.999 habitantes, municípios de 100.000 a 499.999 habitantes e municípios com 500.000 ou mais habitantes, e verificou que “é notória a flexibilização dos parceiros preferenciais das coligações à medida que se diminui o tamanho do eleitorado”.

Acerca dessa flexibilização o pesquisador aponta que:

(...) quanto menor é o município, maior a propensão dos partidos de se coligarem com outros que não correspondem ao seu espectro ideológico. Ao caminharem no sentido contrário – aumentando o tamanho do eleitorado (o que significa aumentar o tamanho do município e a magnitude do distrito eleitoral) –, verificamos também o aumento da rigidez da estratégia de coligação (PEIXOTO, 2010, p. 289).

Para explicar a tendência dos partidos de manterem a consistência ideológica nas grandes cidades, Peixoto (2010) remete a literatura sobre os incentivos institucionais e conclui que:

(...) os partidos, ao expandirem suas bases organizacionais para os municípios onde ainda não haviam competido anteriormente, se deparam com um sistema de poder local já consolidado. Em outras palavras, encontram uma competição concentrada em poucos atores. Diante desse quadro, os novos competidores são impelidos a se coligar – por vezes, sendo obrigados a flexibilizar suas próprias resistências ideológicas (PEIXOTO, 2010, p. 289).

Peixoto (2010, p. 291) verificou ainda que o Número Efetivo de Partidos – NEP apontou uma crescente competição eleitoral nos municípios, o que combinado ao “aumento de municípios nos quais os partidos lançam candidatos demonstram que o fenômeno da nacionalização dos partidos no âmbito municipal tem ocorrido com certa intensidade”.

Nessa mesma linha de pesquisa Ribeiro (2010) procurou identificar os parceiros preferenciais nas coligações de nove partidos relevantes no Brasil (PT, PDT, PSB, PMDB, PSDB, PR, PTB, DEM e PP), porém, o pesquisador levou em conta a variável tamanho do município, e analisou as coligações majoritárias para prefeito nas capitais e cidades brasileiras com mais de 200.000 habitantes, nas dimensões ideológica (eixo esquerda-direita) e governista (governo x oposição).

O pesquisador aponta que as variadas formações coligacionais entre os partidos e a ampla abertura do PT às alianças, sugerem que, no plano político, os partidos gozam de ampla autonomia nas seções subnacionais para a efetivação de coligações, fato que faz prevalecer o pragmatismo como estratégia norteadora das formações coligacionais (RIBEIRO, 2010).

As conclusões de Ribeiro (2010, p. 317-318), quanto ao plano ideológico, apontam que “as coligações entre os principais partidos brasileiros, nas principais cidades, apresentam uma forte tendência de convergência ao centro do espectro político” o que confirma estudos anteriores sobre a “existência de uma forte tendência centrípeta das coligações entre os principais partidos do país, principalmente nos médios e grandes centros”.

Entre os fatores para essa tendência centrípeta dos partidos nas grandes cidades Ribeiro (2010) destaca o posicionamento do partido em relação aos governos estadual e

federal, que pode vetar alianças municipais e a sofisticação do eleitorado nos grandes centros.

Dantas e Praça (2010) como já mencionado tem uma importante contribuição para a análise das coligações ao pesquisarem as formações coligacionais celebradas pelos pequenos partidos nos municípios brasileiros, nas eleições de 2000 a 2008.

Os resultados dos pesquisadores mostraram que a imensa maioria dos pequenos partidos ampliaram suas participações eleitorais em alianças pelo país e na maioria absoluta dos casos os pequenos partidos disputaram as eleições coligados e esses partidos celebraram acordos com legendas de qualquer orientação ideológica, porém, preferencialmente com um grande partido na coligação (DANTAS; PRAÇA, 2010).

Concluindo o exposto acerca das eleições majoritárias deste item destacam-se como mais relevantes para esta pesquisa as seguintes considerações: as coligações majoritárias municipais ocorrem em uma arena de baixa magnitude eleitoral; a estrutura de competição é concentrada em poucos e constantes partidos políticos efetivamente na disputa; a dimensão ideológica para a formação de coligações é pouco considerada, prevalecendo o pragmatismo, segundo o qual, competir coligado seria mais eficaz, pois possibilitaria agregar mais atores nas campanhas, tirar algumas legendas do lado oposto da campanha eleitoral e aumentar o horário de propaganda eleitoral gratuito.

3. Análise de Dados: As Coligações Partidárias nas Eleições Majoritárias para Prefeito nas Capitais Brasileiras nas Eleições de 2000 a 2008

Considerando a revisão da literatura no capítulo anterior que apontou que os partidos formam alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral e minimizar o apoio do oponente (LIMA Jr., 2005) e com base na teoria da racionalidade das escolhas por parte dos líderes partidários, que levam em conta na decisão de concorrer coligados ou não, além dos incentivos institucionais mencionados no Capítulo II, o contexto social, econômico e político de cada eleição, este trabalho irá verificar se o tamanho da coligação (quantidade de partidos que concorrem por cada coligação) tem relação com a vitória dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras, tendo por base as eleições de 2000, 2004 e 2008.

Conforme apontado anteriormente às eleições proporcionais são apenas uma das faces do jogo político e mediante o estudo das coligações podem ser aferidos importantes subsídios para o entendimento do funcionamento do poder local no país, posto que “a lógica das coligações mostra em que medida os partidos conseguem estabelecer estratégias coesas de ação, capazes de articular uma capilaridade na ação política” (KRAUSE *et al*, 2010, p. 15).

As pesquisas apontam ainda que cada estado brasileiro apresenta questões de ordem regional que interferem na definição da estratégia dos partidos nas disputas municipais, dessa forma, a lógica das coligações na esfera municipal apresenta diferenças quanto às esferas federal e estadual.

Para verificar como essas questões regionais interferem na formação das coligações em um país com grandes dimensões como o Brasil é importante considerar o tamanho do município, principalmente se for considerado que o país conta desde cidades consideradas metrópoles até municípios minúsculos, que apresentam diferenças socioeconômicas diversas e política regionalista bem definida.

Portanto, a fim de averiguar esse perfil específico das coligações no âmbito municipal e considerando ainda que as pesquisas apontam que a definição das estratégias coligacionistas pelos partidos leva em conta a variável tamanho do município, optou-se nesta pesquisa por analisar o perfil das coligações nas eleições majoritárias municipais nos grandes centros urbanos, utilizando como recorte de estudo as 26 capitais brasileiras.

Essa escolha justifica-se pelo fato das capitais serem, em sua grande maioria, os centros de poder político dos Estados, e dessa forma o perfil das coligações formadas nessas

cidades podem apontar mais claramente as estratégias micro e macro das lideranças partidárias ao escolher determinada formação coligacional.

Outro incentivo para a análise das coligações formadas nas capitais é o fato de que nos grandes centros urbanos a competição eleitoral exige estratégias eleitorais específicas, em vista da existência de maiores incentivos para a negociação de acordos; do maior número de diretórios partidários organizados; do maior número de concorrentes, que tornam a disputa eleitoral mais complexa, e conseqüentemente leva os partidos a tentar agregar mais aliados. Mas qual o perfil dessas coligações quanto ao tamanho? E quais obtiveram melhores resultados eleitorais nas eleições nas capitais?

3.1. Dados da Pesquisa: hipóteses e método

Os dados analisados nesta pesquisa foram coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, referentes às eleições de 2000, 2004 e 2008, sendo eles: os dois candidatos mais votados nas capitais brasileiras nas eleições estudadas; o partido do candidato; a coligação do candidato; a situação do candidato (se é candidato à reeleição ou não); a quantidade de vereadores em disputa na coligação do candidato a prefeito; o total de votos dos candidatos a prefeito no primeiro e no segundo turno; o resultado eleitoral no primeiro e no segundo turno; o total de votos obtidos pelos candidatos a vereador na coligação e se o candidato a prefeito foi apoiado ou não pelo governador e / ou pelo presidente.

Foi pesquisado ainda na mídia eletrônica dados referente ao apoio dos governadores e presidentes em exercício nas eleições analisadas aos candidatos que disputavam as eleições para prefeito nas capitais brasileiras, nos casos em que o partido dos governadores e presidentes não lançou candidatura próprios nas eleições.

O banco de dados foi montado segundo as candidaturas dos dois principais pleiteantes ao cargo de prefeito em cada disputa eleitoral no primeiro turno, nas eleições de 2000, 2004 e 2008, no universo das 26 capitais brasileiras descritas na Tabela 1.

Tabela 1: Universo da análise: Capitais Brasileiras.

Capitais Brasileiras				
Aracaju	Curitiba	Macapá	Porto Alegre	São Luís
Belém	Florianópolis	Maceió	Porto Velho	São Paulo
Belo Horizonte	Fortaleza	Manaus	Recife	Salvador
Boa Vista	Goiânia	Natal	Rio Branco	Teresina
Campo Grande	João Pessoa	Palmas	Rio de Janeiro	Vitória
Cuiabá				

Fonte: Elaborado pela autora.

Compilados os dados, e considerando o objetivo desta pesquisa: verificar se uma quantidade maior de partidos compondo as coligações poderia favorecer ou não o desempenho eleitoral dos candidatos nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras, foi formulado as seguintes hipóteses:

H1: A quantidade de partidos que formam as coligações tem relação com os resultados eleitorais obtidos por ela;

H2: A quantidade de candidatos a vereador pela coligação tem influência no resultado eleitoral do candidato a prefeito;

H3: A situação do candidato (se candidato a reeleição ou não) interfere nos resultados eleitorais;

H4: O apoio do governador do Estado, ou do presidente da República, ou ambos, ao candidato a prefeito exerce um efeito positivo sobre o desempenho eleitoral desse candidato.

A H1 foi testada mediante o comparativo das amostras referente à variável número de partidos na coligação e o resultado da eleição no primeiro e no segundo turno. As questões levantadas nessa hipótese são: as maiores formações coligacionais obtiveram maior número de vitórias? Com que frequência essas maiores coligações venceram? Qual a relação entre o tamanho da coligação e a vitória do candidato, positiva ou negativa?

A H2 foi formulada considerando a capilaridade da coligação, ou seja, um grande número de candidatos a vereador concorrendo na coligação do candidato a prefeito tem relação positiva com a vitória desse candidato? Existe relação entre essa variável e o tamanho da coligação?

A H3 foi considerada em razão das pesquisas, que apontam que a variável situação do candidato (se candidato a reeleição ou não – incumbente ou desafiante respectivamente) tem grande impacto nos resultados eleitorais. Diante disso, a variável foi testada no universo dos candidatos em todas as capitais, com o objetivo de verificar: qual a frequência de candidaturas de incumbentes e de desafiantes? Qual a frequência de vitórias e derrotas? Qual a relação entre essa variável e o tamanho das coligações formadas nas capitais brasileiras?

A H4 foi levantada considerando a variável clássica na literatura *aprovação da administração*, cujas pesquisas apontam que o apoio do governador ou mesmo do presidente, quando o governo federal é bem avaliado, pode gerar a transferência do capital político aos candidatos nas eleições municipais, principalmente nas grandes cidades. Dessa forma essa hipótese foi testada com o objetivo de verificar se essa teoria da literatura encontra respaldo nas capitais brasileiras nas eleições analisadas.

Para verificar as hipóteses, as variáveis foram operacionalizadas conforme abaixo:

- Variáveis Dependentes - VD: o total de votos obtidos pelos candidatos a prefeito no 1º e 2º turnos e o resultado eleitoral no 1º e 2º turnos – ganhou ou perdeu;

- Variáveis Independentes - VIs: o partido dos candidatos a prefeito; o perfil da candidatura (se o candidato concorreu coligado ou isolado); a quantidade de partidos que formaram as coligações; a situação dos candidatos em cada eleição (incumbente ou desafiante); o total de candidatos a vereador por cada coligação; o total de vereadores eleitos pelas coligações; o total de votos obtidos pelos candidatos a vereador na coligação; o partido dos governadores e do presidente e o apoio dos governadores e do presidente em exercício em cada eleição aos candidatos a prefeito.

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a análise exploratória dos dados, mediante técnicas gráficas e quantitativas (como tabelas com frequência, percentual, etc), com a qual se espera obter informações do banco de dados, a fim de definir a melhor técnica estatística a ser aplicada, considerando as hipóteses levantadas.

Para verificar se os dados seguem uma distribuição normal ou não foram utilizados testes de normalidade, como o teste de Kolmogorov-Smirnov (KS) e o Shapiro-Wilk.

O teste de Shapiro-Wilk W tem sido o mais utilizado para testar a normalidade e nesse teste para a distribuição ser considerada normal o valor de p deve ser maior que 0,05.

O teste de Kolmogorov-Smirnov baseia-se na máxima diferença entre a distribuição acumulada da amostra e a distribuição acumulada esperada. Para a distribuição ser considerada normal nesse teste o valor de p também deve ser maior que 0,05.

Os resultados dos testes de normalidade acima mencionados, aplicados as variáveis deste estudo, apontaram que as mesmas não seguem uma distribuição normal.

Após a análise descritiva e os testes de normalidade as variáveis foram testadas estatisticamente com os testes do qui-quadrado e da correlação entre as variáveis.

O teste do qui-quadrado foi aplicado por ser um teste que não depende de parâmetros populacionais, cujo objetivo é comparar as possíveis divergências entre o valor esperado e o observado nas amostras. No caso de amostras pequenas, como é o caso desta pesquisa, onde a tabela de contingência é de 2×2 , também foi utilizado o teste exato de Fisher.

Outro método usado foi a correlação entre as variáveis, na qual, por meio do coeficiente de correlação pode ser obtido o relacionamento linear entre as variáveis em estudo, porém, não implica na causalidade entre elas. O coeficiente aplicado foi o proposto por Charles Edward Spearman (1863 a 1945), visto que o teste de normalidade mostrou que os dados não seguem uma distribuição normal e este coeficiente é baseado em postos e não faz suposições a respeito da população.

O coeficiente de contingência utilizado nos testes pode ser interpretado de forma análoga ao coeficiente de correlação de Pearson, no entanto a sua variação é de -1 a 1 e é usado para medir o relacionamento ou associação entre duas variáveis numéricas.

3.2. Cenário Eleitoral e Estatística das Eleições de 2000 a 2008

Para a verificação das variáveis foram levantados os dados das eleições analisadas e o contexto nacional em que elas ocorreram.

Conforme já apontado, as eleições ocorrem em contextos influenciados por clivagens sociais, políticas e econômicas que podem nortear desde as decisões iniciais para a competição eleitoral até os resultados eleitorais.

Assim cada eleição pode apresentar um perfil diferente também quanto à formação coligacional, tendo em vista que os partidos podem mudar suas estratégias de candidaturas em cada eleição de acordo com o contexto eleitoral e político.

Diante disso, e considerando que esta pesquisa trabalha com dados *ex-post facto*, foi elaborado um breve panorama do contexto de cada ano eleitoral analisado nesta pesquisa e os dados relevantes referentes à eleição nas capitais brasileiras.

a) Eleições 2000

No ano 2000 apesar da desvalorização do real no último semestre do ano, o país vivenciava um bom momento econômico, com estabilidade reconhecida internacionalmente, situação bem diferente dos americanos e europeus que nesse ano tentavam manter suas economias em equilíbrio e fugir de uma crise.

Apesar desse bom desempenho observado na economia, o presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso, já em seu segundo mandato, manteve durante esse ano de 2000 os mais baixos índices de popularidade em seis anos no governo e fechou o ano com uma avaliação predominantemente negativa.

Quanto às eleições, Fleischer (2000) aponta que houve novidades nesse pleito em relação às regras eleitorais, quais sejam: a universalização do voto eletrônico no país; a primeira eleição na vigência do dispositivo legal que possibilitava a reeleição dos prefeitos eleitos em 1996 e a primeira eleição em que não seriam considerados os votos brancos e nulos no cálculo do quociente eleitoral para a eleição de vereadores.

Nesse contexto a competição eleitoral nas 26 capitais brasileiras, recorte de dados

desta pesquisa, levou um eleitorado de 21.046.736 às urnas para eleger entre 181 candidatos às 26 cadeiras para prefeito e entre 11.699 candidatos as 716 cadeiras para vereadores no primeiro turno.

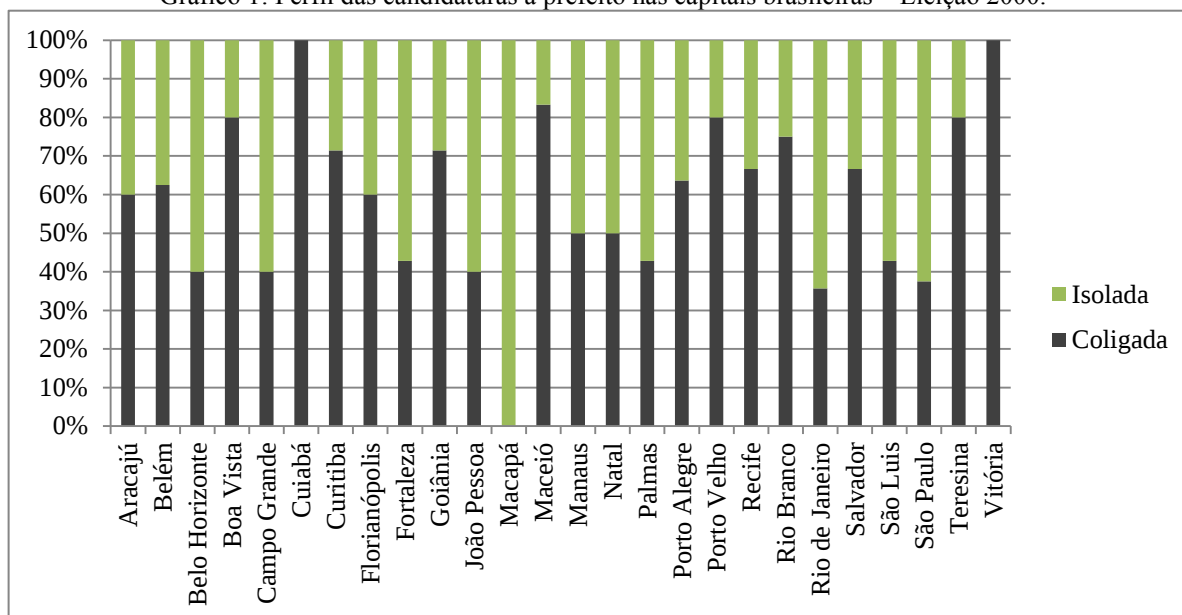
Dessas 26 capitais 15 delas decidiram a eleição no primeiro turno e em 11 capitais houve segundo turno.

Ao todo 30 partidos concorreram às vagas para prefeito nas capitais brasileiras nas eleições de 2000, sendo que 10 partidos elegeram os 26 prefeitos.

Entre os 10 partidos que elegeram os 26 prefeitos nas capitais apenas o PL e o PP não tinham elegido candidatos na eleição anterior, em 1996. Destaque nessa eleição foi o PT, que mais que dobrou o número de prefeitos eleitos nas capitais, passando de 2 prefeitos eleitos em 1996 a 6 eleitos em 2000. O PP (ex-PPB) que em 1996 elegeu prefeitos em 4 capitais, teve queda significativa em 2000 elegendo apenas o prefeito de Florianópolis.

As disputas mais acirradas nessa eleição ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Em São Paulo a petista Marta Suplicy venceu o polêmico candidato do PP, Paulo Maluf, no segundo turno. No Rio de Janeiro, o incumbente do PFL, Luiz Paulo Fernandez Conde perdeu a disputa no segundo turno para o petebista César Maia, após vencer o adversário no primeiro turno com grande diferença de votos. Em Recife outro desafiante, João Paulo Lima e Silva do PT vence no segundo turno o incumbente do PFL Roberto Magalhães Melo.

Gráfico 1: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2000.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Quanto ao perfil das candidaturas, foi registrado nessa eleição, no agregado de todas

as capitais, o total de 180 candidaturas, sendo 100 candidaturas coligadas e 80 isoladas, ou seja, 56% de candidaturas coligadas e 44% de candidaturas isoladas, mostrando certo equilíbrio no perfil das candidaturas. Observa-se no gráfico 1 que em duas capitais as candidaturas foram todas coligadas (Vitória e Cuiabá) e apenas em Macapá houve candidatura exclusivamente isolada.

Porém, nos resultados eleitorais esse equilíbrio não se mantém, já que foram eleitos 25 prefeitos por coligação e apenas um prefeito por candidatura isolada, perfazendo 96% de sucesso eleitoral entre as candidaturas coligadas. Ou seja, de modo geral as candidaturas isoladas não trouxeram ganhos aos partidos nessa eleição.

Quadro 1: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2000.

Situação dos Candidatos	Qtde. de Candidaturas	Qtde. de Eleitos	% de vitórias
Incumbentes	19	16	84
Desafiantes	161	10	6

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Com a possibilidade de reeleição nesse pleito, implantada pela Emenda Constitucional nº 16/1997, verifica-se pelo quadro 1, que 73% dos prefeitos em exercício nas capitais concorreram a reeleição, sendo registradas 19 candidaturas desses candidatos, das quais foram reeleitos 16 prefeitos, um percentual de 84% de candidatos incumbentes reeleitos.

Dentre os partidos pelos quais os incumbentes concorreram, destacaram-se PFL, PMDB, PSB e PSDB que elegeram 03 candidatos cada um.

b) Eleições 2004

As eleições de 2004 ocorreram no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, sendo eleito assim o primeiro Presidente da República no país por um partido de esquerda na nova democracia.

Nesse ano a política econômica apresentava bons resultados, o PIB cresceu, as taxas de desemprego reduziram, a produção da indústria e do campo bateram recordes históricos e a exportação disparou, fazendo a balança comercial pender a favor do país.

No setor social (carro chefe da política do governo), os programas assistenciais de combate à fome e à miséria estavam em fase de expansão, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o aumento de renda.

Foi nesse clima de otimismo social, político e econômico que mais de 100 milhões de

brasileiros foram às urnas em 2004 para escolher os prefeitos dos 5.562 municípios brasileiros.

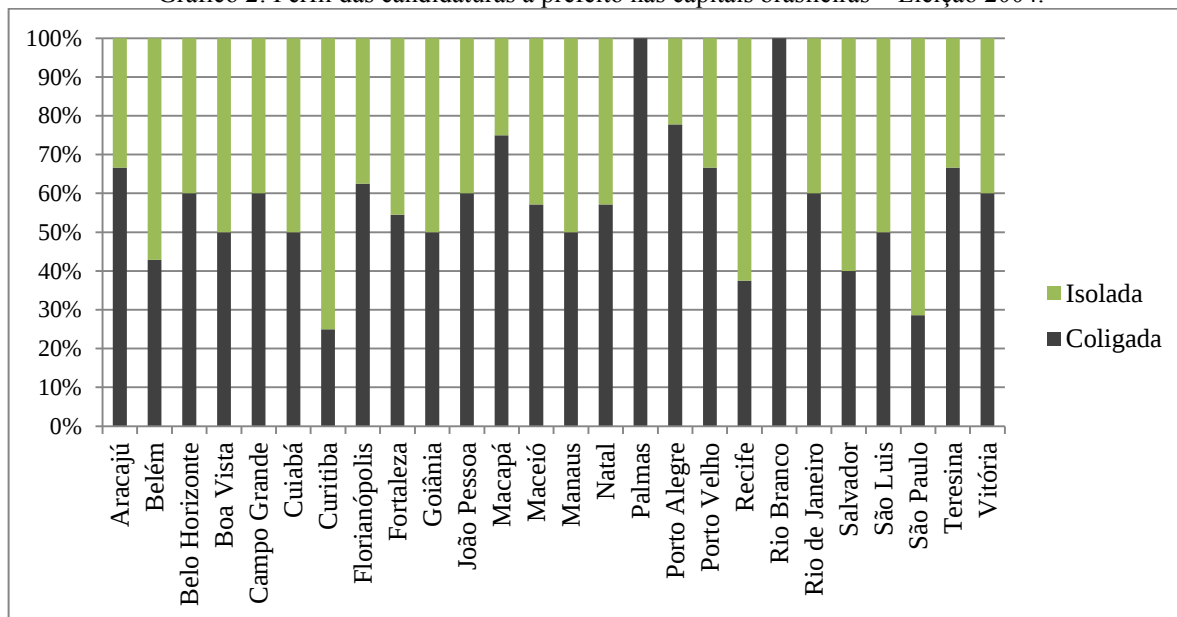
O eleitorado que compareceu às urnas nas 26 capitais brasileiras nesse pleito, segundo dados do TSE, foi de 24.023.842 eleitores, que escolheram os 26 prefeitos nas capitais, entre as 189 candidaturas inscritas e os 716 vereadores para os legislativos municipais das capitais brasileiras entre os 13.057 candidatos concorrentes.

No total 27 partidos estavam regularmente credenciados para a competição eleitoral nessa eleição e desse total 08 partidos elegeram os 26 prefeitos das capitais.

No comparativo entre as eleições de 2000 e 2004, o PMDB e o PFL tiveram queda considerável no número de prefeituras conquistadas nas capitais nessa última eleição, visto que o PMDB elegeu 4 candidatos em 2000 e caiu para 2 em 2004 e o PFL elegeu 4 candidatos em 2000 e caiu para 1 em 2004. Em sentido contrário no comparativo de prefeitos eleitos nas capitais pelos partidos nas duas eleições, o PT aumentou de 6 capitais em 2000 para 9 em 2004 e o PSDB manteve a média de prefeituras conquistadas nas capitais, elegeu 4 prefeitos em 2000 e 5 em 2004.

Quanto ao perfil das candidaturas nesse pleito, segundo dados do TSE, 102 candidaturas concorreram coligadas e 87 concorreram isoladas, ou seja, 54% de candidaturas coligadas e 46% de candidaturas isoladas, dessa forma, manteve-se o mesmo equilíbrio no perfil das candidaturas observado na eleição anterior de 2000.

Gráfico 2: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2004.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O gráfico 2 mostra ainda que nesse pleito novamente em apenas duas capitais todos os

candidatos concorreram coligados, Rio Branco e Palmas, e não houve nenhuma capital em que ocorreram apenas candidaturas isoladas.

Acerca do desempenho eleitoral das candidaturas, nessa eleição saíram vencedoras as candidaturas coligadas, pois nenhuma candidatura isolada venceu, repetindo o resultado do pleito de 2000 no qual predominaram as vitórias de candidatos que concorreram coligados.

Quadro 2: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2004.

Situação dos Candidatos	Qtde. de Candidaturas	Qtde. de Eleitos	% de vitórias
Incumbentes	7	4	57
Desafiantes	182	22	12

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Ao contrário da eleição de 2000, que mostrou alto percentual de vitória de candidatos a reeleição, nesse pleito de 2004 isso não ocorreu, o que pode ser uma consequência do número de candidatos incumbentes ter sido bem menor que na eleição anterior, apenas 7, dos quais se reelegeram 4 prefeitos, um percentual de 57% de vitória de candidatos incumbentes, conforme quadro 2.

Dessa forma, conforme apontam os dados do quadro 2, em números absolutos essa foi a eleição dos candidatos desafiantes, que se elegeram em 22 capitais.

O destaque nessa eleição foi à derrota de Marta Suplicy em São Paulo para o tucano José Serra e a vitória estrondosa no Rio de Janeiro de César Maia no primeiro turno com 70% dos votos válidos.

c) Eleições 2008

As eleições de 2008 ocorreram em meio à crise financeira que atingiu o mercado de hipotecas dos Estados Unidos, contaminou os demais setores da economia americana e ganhou dimensões globais, afetando os maiores bancos do mundo, com impacto na economia. Além dos EUA, boa parte dos países desenvolvidos, como Alemanha, Reino Unido e Japão, entrou em recessão.

No Brasil a crise não atingiu as proporções dos demais países atingidos por conta das ações do governo, que lançou uma série de medidas para ampliar o crédito e estimular a economia, o que juntamente com as reservas financeiras que o país dispunha acabou evitando a recessão. Em meio a esse cenário mundial conturbado economicamente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi considerado ótimo ou bom por 64% dos

eleitores brasileiros no segundo trimestre de 2008, percentual recorde de avaliação positiva de um governo nas pesquisas.

Contribuíram para essa aprovação as conquistas do governo Lula na distribuição de renda e no crescimento econômico, que derrubaram os índices de risco de investimento e levaram o país a se tornar credor mundial e aumentar os índices de emprego e renda.

No cenário político, a eleição de 2008 foi resumida por Lavareda (2011, p. 13) como as eleições “*da economia*”, “*da parceria*” e “*da continuidade*”.

“*Da economia*” segundo Lavareda (2011) porque remete diretamente ao quadro de satisfação e otimismo que se espalhava pelo país, impulsionado pelo crescimento da economia, pelas descobertas do pré-sal e a expansão do programa bolsa família, que juntamente com a melhora no caixa dos municípios, gerou um clima positivo e um sentimento de satisfação e contentamento na população, beneficiando os candidatos dos partidos governistas.

“*Da parceria*” porque o prestígio do presidente desestimulava ataques ao governo, o que levou os opositores a regionalizar as campanhas. Em sentido contrário esse prestígio do presidente estimulava os governistas a nacionalizar as campanhas e vincular suas gestões a parcerias ao governo federal.

E “*da continuidade*” pelo alto percentual de candidatos reeleitos em todo o país. A reeleição foi um dos grandes destaques do pleito de 2008, com 67% de prefeitos reeleitos nos municípios.

Nas capitais brasileiras 175 candidatos concorreram às 26 prefeituras, sendo que 17 eram candidatos à reeleição e 158 eram desafiantes, conforme dados do quadro 3.

Quadro 3: Situação dos candidatos a prefeito nas capitais – Eleição 2008

Situação dos Candidatos	Qtde. de Candidaturas	Qtde. de Eleitos	% de vitórias
Incumbentes	17	16	94,12
Desafiantes	158	10	6,33

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Foram reeleitos 16 prefeitos nessa eleição, perfazendo 94% de vitória dos candidatos incumbentes, sendo a única exceção o prefeito de Manaus, que não logrou a reeleição.

Estavam aptos a concorrerem nessa eleição 27 partidos, dos quais 10 elegeram ou reelegeram candidatos nas capitais brasileiras, retomando a média de candidatos incumbentes da eleição de 2000.

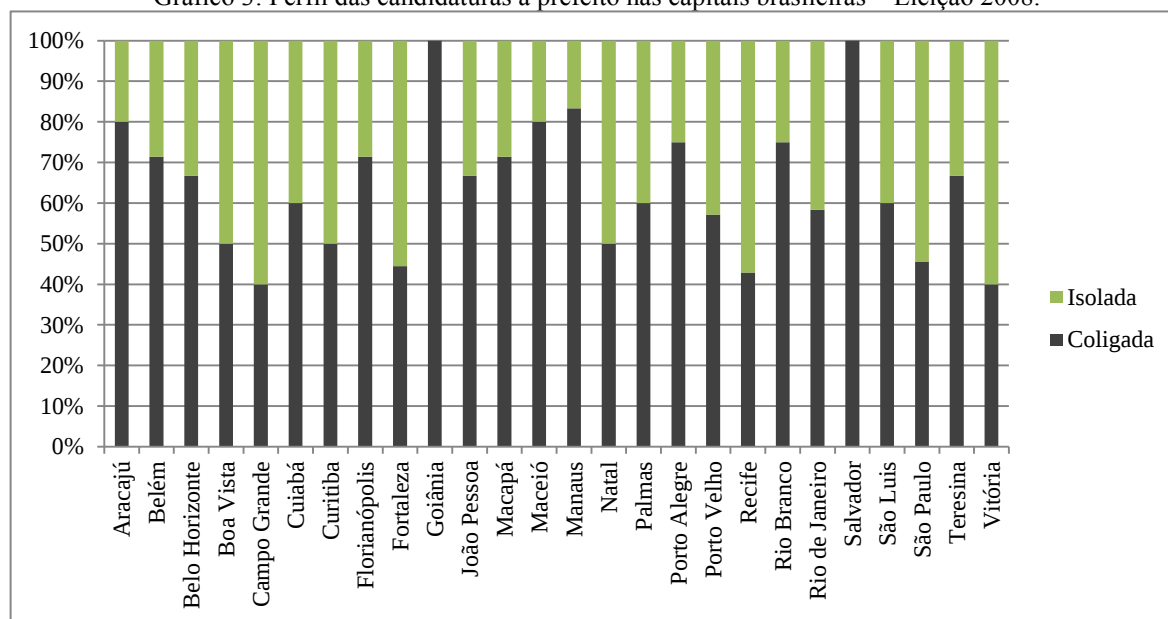
Quadro 4: Comparativo dos prefeitos eleitos por partido nas capitais brasileiras - Eleições de 2000 a 2008.

Partido	2000	2004	2008
PMDB	4	2	6
PFL / DEM	4	1	1
PSDB	4	5	4
PPB / PP	1	0	1
PTB	1	1	2
PDT	2	3	1
PL	1	0	0
PT	6	9	6
PSB	3	3	3
PPS	0	2	0
PC do B	0	0	1
PV	0	0	1

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Conforme comparativo de prefeitos eleitos por partido no quadro 4, o PMDB aumentou 2 capitais em relação à eleição de 2004, o PSDB manteve a média em relação às três eleições anteriores, com 4 prefeitos eleitos nas capitais, o PT perdeu 3 prefeituras, contabilizando 6 capitais nesse pleito e o PSB foi o quarto partido com maior número de prefeituras conquistadas, 3 em cada eleição de 2000 a 2008.

Gráfico 3: Perfil das candidaturas a prefeito nas capitais brasileiras – Eleição 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O gráfico 3 mostra que, quanto ao perfil das candidaturas nessa eleição, 109 candidaturas concorreram coligadas e 66 isoladas, perfazendo 62% de candidaturas coligadas

e 38% de candidaturas isoladas, apresentando aumento considerável de candidaturas coligadas em relação às eleições anteriores. Observa-se também que em cinco capitais o percentual de candidaturas isoladas superou as coligadas: Campo Grande, Fortaleza, Recife, São Paulo e Vitória e no restante das capitais prevaleceram as coligadas.

Nesse pleito novamente em apenas duas capitais, Goiânia e Salvador, o perfil das candidaturas foi exclusivamente coligadas, nas demais capitais a média do perfil das candidaturas foi de 64% de candidaturas coligadas e 36% de isoladas.

Quadro 5: Comparativo do perfil das candidaturas – Eleições de 2000 a 2008.

Eleição 2000		Eleição 2004		Eleição 2008	
Coligada	Isolada	Coligada	Isolada	Coligada	Isolada
56%	45%	54%	46%	62%	38%
Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos
96%	4%	100%	0	100%	0

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O quadro 5 mostra que no comparativo das três eleições estudadas prevaleceu o perfil de candidaturas coligadas, com aumento considerável de 2000 para 2008.

O universo agregado das eleições analisadas nas capitais contou com o total de 544 candidaturas, das quais, 311 foram coligadas e 233 isoladas, totalizando 57% de candidaturas coligadas e 43% de candidaturas isoladas.

Quanto aos resultados eleitorais, o quadro 5 mostra que somente na eleição de 2000 as candidaturas isoladas obtiveram algum sucesso eleitoral, elegendo 4% dos candidatos que concorreram, nos demais pleitos houve 100% de vitória dos candidatos coligados.

Dessa forma, o comparativo do perfil das candidaturas no período analisado mostra que houve predominância na estratégia de lançar candidaturas coligadas, independente do cenário eleitoral em que as eleições ocorreram, o que parece ratificar as pesquisas consolidadas acerca da racionalidade dos partidos, que buscam maximizar seus ganhos e minimizar as perdas ao decidirem concorrer coligados.

3.3. Verificação dos dados: análise descritiva do perfil e do padrão das coligações majoritárias nas capitais brasileiras nas Eleições de 2000 a 2008

A estatística apresentada no item anterior aponta que o perfil predominante das

candidaturas nas capitais no período analisado foi de candidaturas coligadas, porém, qual a relação entre a opção dos partidos de concorrerem coligados e o desempenho dos candidatos? E em que medida o tamanho da coligação pode influenciar esse desempenho?

Tendo em vista as hipóteses levantadas e as variáveis elencadas para a análise dos dados, os casos analisados nesta pesquisa são as candidaturas dos dois candidatos mais votados no primeiro turno nas capitais brasileiras, que efetivamente concorreram no primeiro e no segundo turno (quando houve) nas eleições de 2000 a 2008. Dessa forma chegou-se ao N de 156 casos, conforme quadro 6, no universo dos quais será verificado o perfil das candidaturas quanto ao tamanho das coligações formadas e o desempenho eleitoral dos candidatos.

Quadro 6: Unidade da análise: candidaturas para prefeito nas eleições de 2000 a 2008.

Candidaturas:	2000	2004	2008	Total
Decididas no 1º turno	30	22	29	81
Decididas no 2º turno	22	30	23	75
Total de candidaturas	52	52	52	156

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Para a análise os dados foram verificados de forma agregada e isolada, a fim de observar através das variáveis, um possível padrão geral das coligações quanto ao tamanho nas eleições majoritárias para prefeito nas 26 capitais brasileiras, nos pleitos de 2000, 2004 e 2008, nas 156 candidaturas levantadas nesta pesquisa, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2: Estatística Descritiva de algumas variáveis da pesquisa.

Estatística Descritiva					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Turno	156	1	2	1,47	,501
Nº de Partidos na Coligação	156	1	21	6,91	4,278
Total de candidatos a vereador pela coligação	156	1	532	128,74	103,821
Total de vereadores eleitos pela coligação	156	0	28	9,10	6,282
Total de Votos a Vereador pela coligação	156	43	2012953	201132,10	287410,823
Total de Votos a Prefeito no 1º Turno	156	22112	2686396	291014,30	431207,507
Total de Votos a Prefeito no 2º Turno	100	0	3790558	451795,58	738318,115

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 2 mostra os aspectos gerais de algumas variáveis em estudo, como a variável turno, na qual a média relativamente próxima de 1,5 e o desvio padrão em torno de 0,5 mostra que a quantidade de primeiro e segundo turno é semelhante, dado condizente com o fato de que a maioria das capitais possui mais de 200.000 habitantes, o que obrigatoriamente leva a disputa eleitoral ao segundo turno.

A variável número de partidos na coligação tem a média de 6,91 partidos por coligação no conjunto de variáveis agregadas e o total de candidatos a vereador pela coligação tem média de 128,74, ou seja, uma média de cerca de 18,63 candidatos por coligação nas três eleições analisadas.

A fim de verificar detalhadamente cada variável no período estudado foi analisada cada uma individualmente e relacionada com as demais variáveis elencadas, conforme segue:

a) Número de partidos na coligação:

Essa variável é de extrema importância para este estudo, tendo em vista que a análise do perfil das coligações quanto ao tamanho possibilita averiguar se os resultados eleitorais poderiam estar relacionados com o número de partidos coligados ou se uma oferta mais ampla de opções nas capitais poderia dispersar o percentual de votos.

A unidade de análise são as coligações formadas nas candidaturas dos pleiteantes ao cargo de prefeito nas capitais brasileiras, nas eleições de 2000 a 2008.

Tabela 3: Resumo Descritivo do número de partidos nas coligações nas Eleições de 2000 a 2008.

Nº de Partidos na Coligação	
N	156
Média	6,91
Mediana	6,00
Moda	2
Variação	18,302
Assimetria	,844
Erro de Assimetria	,194
Kurtosis	,188
Erro de Kurtosis	,386

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Quanto aos dados, a tabela 3 mostra que o número de partidos na coligação tem a moda menor que a mediana e a média, o que significa que a assimetria é positiva à direita,

portanto, as coligações com menor número de partidos são mais frequentes que as coligações com maior número de partidos.

Para facilitar o estudo dessa variável, optou-se por classificar as coligações por tamanho, dividindo a quantidade de partidos que formam as coligações nas candidaturas a prefeito em quatro classes com intervalos de cinco partidos em cada uma. Assim, conforme tabela 4, temos as seguintes classificações: coligações de 1 a 5 partidos, de 6 a 10 partidos, de 11 a 15 partidos e as coligações de 16 a 21 partidos.

Tabela 4: Frequência das coligações por tamanho no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

		Turnos	
		1º Turno	2º Turno
Tamanho da Coligação	1 a 5	27	44
	6 a 10	34	22
	11 a 15	14	8
	16 a 21	7	0

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

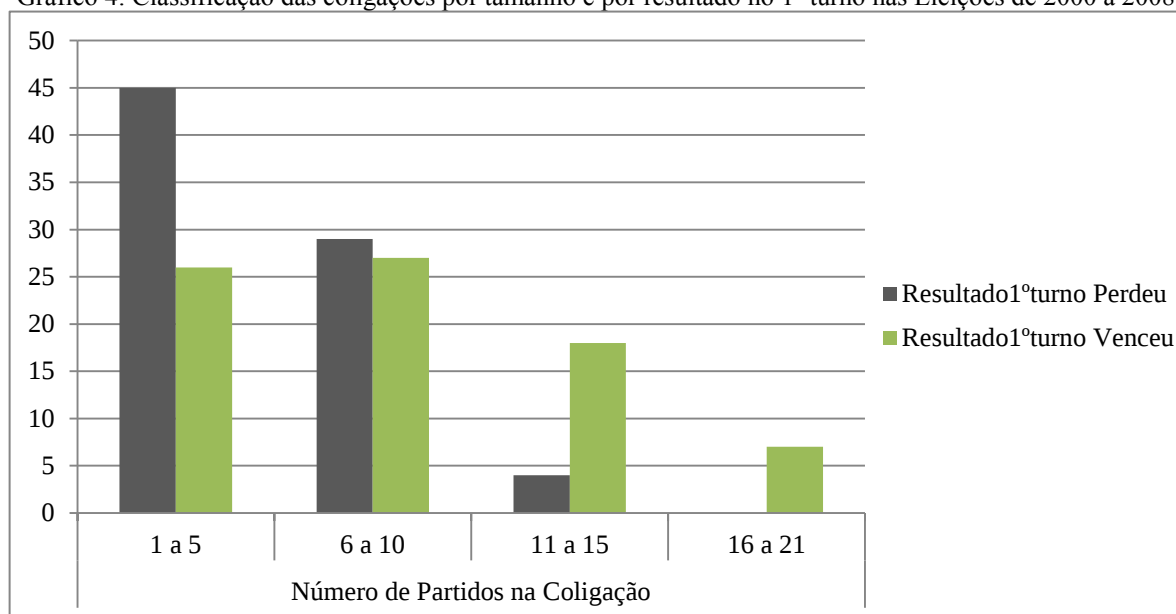
Conforme mostram os dados da tabela 4, houve maior frequência de coligações menores, de 1 a 5 e de 6 a 10 partidos, nos dois turnos das eleições analisadas. Observa-se ainda que as coligações com número de partidos entre 1 a 5 apresentou maior número de disputas no segundo turno, ocorrendo o oposto no caso das coligações de 6 a 10 partidos.

A tabela 4 mostra também que as coligações de 11 a 15 partidos foram mais frequentes no primeiro turno e as maiores coligações, de 16 a 21 partidos, não participaram de nenhuma disputa em segundo turno. Nessas coligações maiores houve menor frequência de disputa entre os principais candidatos e a decisão da eleição se deu em todos os casos no primeiro turno.

Vale ressaltar que as coligações não mudam sua formação do primeiro turno para o segundo, o que pode ocorrer é a agregação de apoio dos partidos e coligações que perderam no primeiro turno aos candidatos que foram para a disputa no segundo turno.

O gráfico 4 abaixo, mostra a classificação das coligações por tamanho segundo o resultado eleitoral no primeiro turno das eleições de 2000 a 2008. Segundo os dados houve maior frequência de derrotas nas coligações de 1 a 5 partidos e de 6 a 10 partidos, nas coligações de 11 a 15 partidos houve maior frequência de vitórias e nas coligações de 16 a 21 partidos houve apenas vitórias.

Gráfico 4: Classificação das coligações por tamanho e por resultado no 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Os dados apontam ainda que o desempenho das candidaturas maiores foi superior ao desempenho das menores coligações, ainda que essas coligações menores tenham superado as maiores em número de candidaturas lançadas.

Apesar das coligações de 1 a 5 e de 6 a 10 partidos terem tido maior número de derrotas no primeiro turno, em números absolutos esses tamanhos de coligação elegeram maior número de candidatos que as coligações com maior número de partidos na coligação, conforme mostra o gráfico 4. Já as coligações com maior número de partidos, de 16 a 21, não sofreram derrotas e totalizaram 7 candidaturas no período analisado, sendo que todas as candidaturas eram de candidatos incumbentes que foram reeleitos, dessa forma não é possível aferir se a vitória se deu pelo maior número de partidos na coligação ou pelo fato dos candidatos serem incumbentes.

Tabela 5: Frequência das coligações por tamanho e por resultado no 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

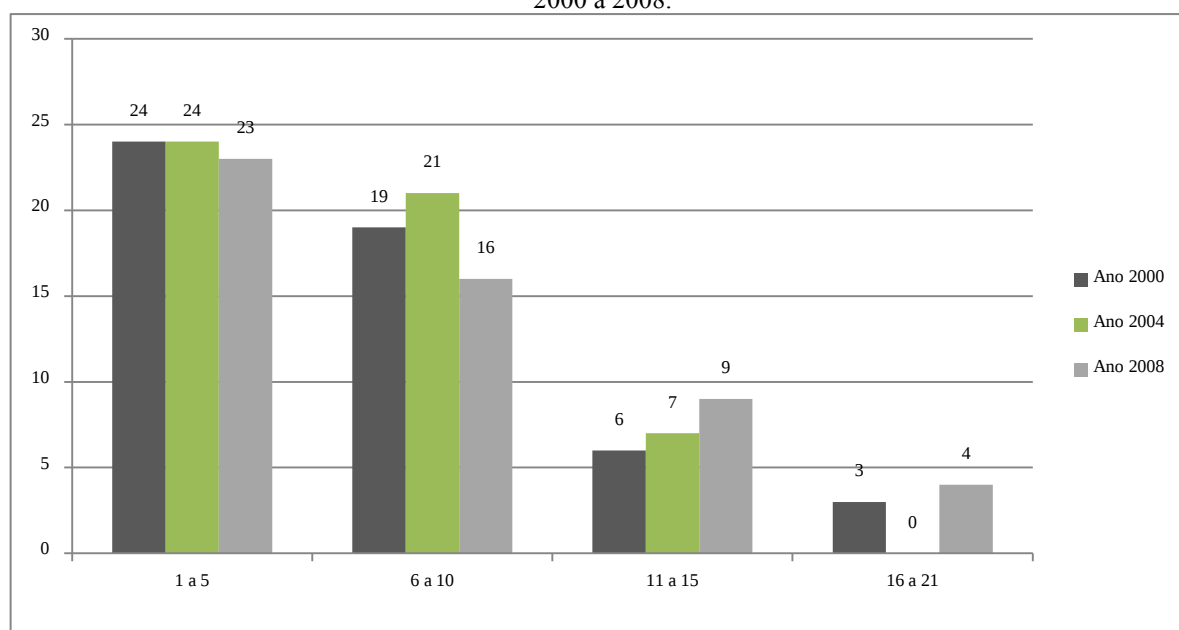
Tamanho da Coligação	Resultado Eleitoral no 2º turno	Frequência	Percentual
01 a 05	Perdeu	25	56,8%
	Venceu	19	43,2%
06 a 10	Perdeu	9	40,9%
	Venceu	13	59,1%
11 a 15	Perdeu	3	37,5%
	Venceu	5	62,5%
16 a 21	-	-	-

Fonte: TSE/Brasil (Adaptado)

A tabela 5 mostra que as coligações de 1 a 5 partidos tiveram maior número de candidaturas e consequentemente maiores percentuais de vitórias e derrotas, sendo que 43% dos candidatos venceram e 56% perderam. Nas coligações de 6 a 10 partidos 59% venceram e 40% perderam e nas coligações de 11 a 15 partidos 62% venceram e 37% perderam. Ou seja, as coligações menores de até 10 partidos prevaleceram nas disputas do segundo turno.

Quanto à frequência das coligações no segundo turno, os dados da tabela 5 mostram que não houve disputa das coligações com maior número de partidos, na classe entre 16 a 21 partidos, tendo em vista que essas coligações venceram todas as disputas que participaram no primeiro turno, conforme já visto, dessa forma, percebe-se que há maior frequência do segundo turno de coligações com menor quantidade de partidos, sendo que na classe com coligações menores, de 1 a 5 partidos, houve o número superior de candidatos que perderam a disputa.

Gráfico 5: Comparativo da frequência das coligações por tamanho nas candidaturas a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.

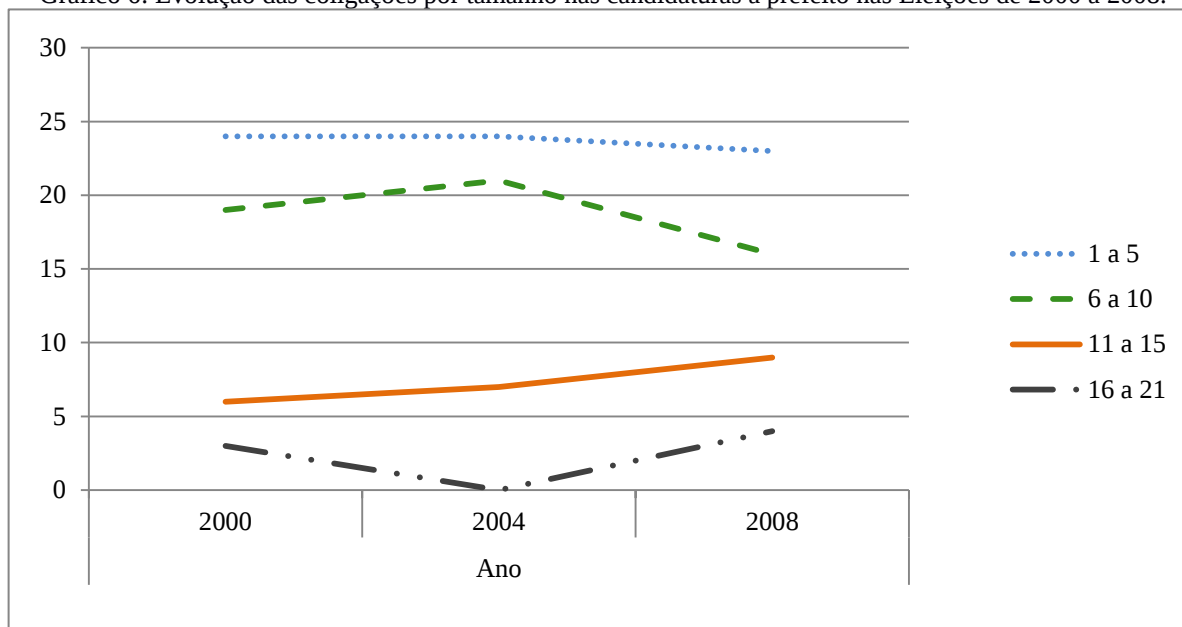


Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O gráfico 5 mostra que o tamanho das coligações permanece semelhante no que diz respeito à ordem do tamanho da coligação quando verificadas isoladas nas eleições analisadas. Porém, os dados apontam que a classe de coligações de 1 a 5 partidos é a mais frequente, com números relativamente próximos. No caso da classe de 6 a 10 partidos em uma coligação percebe-se que houve oscilação entre 2000 e 2008, sendo que houve um relativo aumento de 2000 para 2004 e um decréscimo quantitativo considerável de 2004 a 2008. Na classe de 11 a 15 é possível ter ocorrido aumento na quantidade de partidos nas coligações

durante as eleições analisadas e na classe com maior número de partidos na coligação, de 16 a 21, houve baixa frequência na disputa pelas prefeituras das capitais, porém, como já apontado, foram candidaturas vitoriosas.

Gráfico 6: Evolução das coligações por tamanho nas candidaturas a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O gráfico 6 mostra que possivelmente há uma tendência em aumentar as candidaturas com coligações maiores, de 11 a 15 e de 16 a 21 partidos na coligação, porém, o período de estudo é curto, assim não é possível afirmar se há realmente essa tendência em aumentar, ou decrescer ou estabilizar determinadas candidaturas pela quantidade de partidos que formam as coligações.

b) Situação do candidato:

Outra variável importante levantada nesta pesquisa é a situação do candidato: se ele concorre pela reeleição, nesse caso seria o incumbente, ou se ele não está disputando a reeleição, ou seja, o desafiante.

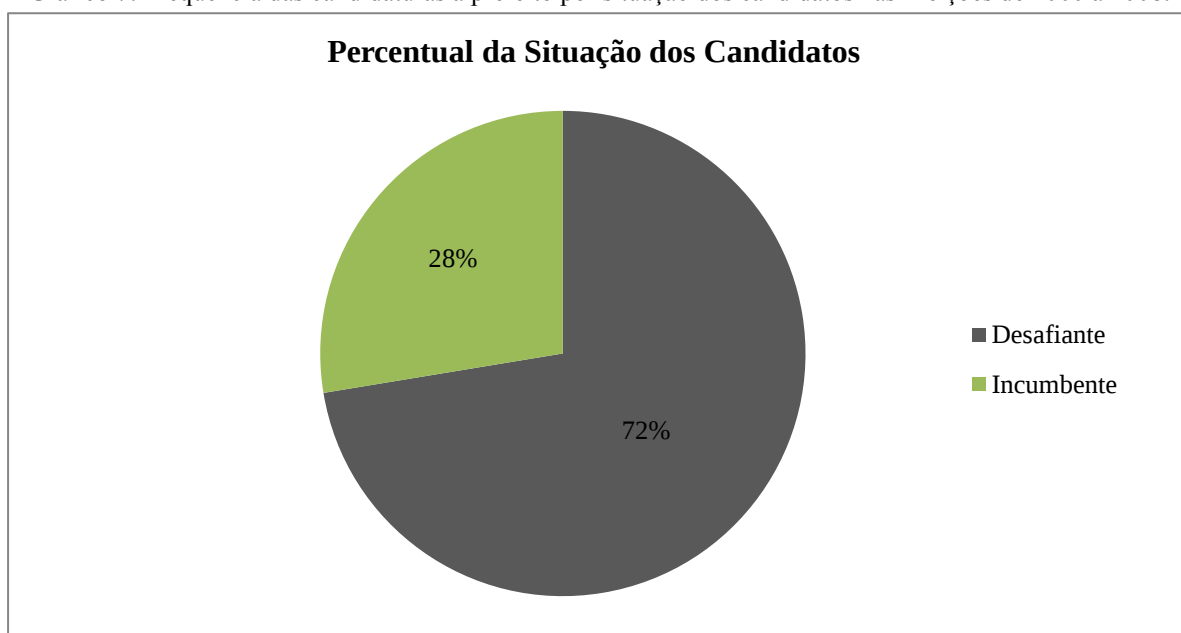
Os estudos eleitorais apontam que o candidato à reeleição tem vencido as disputas de que participa com vantagem consideravelmente superior sobre seus adversários desafiante.

Entre as explicações para esse grande número de vitórias dos incumbentes as pesquisas apontam que o candidato à reeleição dispõe de prerrogativas institucionais e maior visibilidade que seus opositores, o que o favorece antes e durante a campanha.

Diante desse apontamento na literatura a variável situação do candidato foi levantada para verificar se o perfil do candidato teve influência em seu desempenho eleitoral nas eleições nas capitais brasileiras, através da análise do número de vitórias e derrotas dos candidatos à reeleição e as relações dessa variável com as demais variáveis levantadas nesta pesquisa.

Dessa forma foi relacionado o perfil das disputas quanto ao número de partidos na coligação e a situação dos candidatos, se desafiantes ou incumbentes, analisando mais detalhadamente no universo do banco de dados desta pesquisa a frequência de participação na competição e a frequência de sucesso dos candidatos por situação, nos dados agregados e isolados, com o objetivo de verificar qual o tamanho de coligação mais frequente em cada perfil de candidatura e qual, ou quais, obtiveram maior frequência de vitórias e consequentemente, melhor desempenho eleitoral.

Gráfico 7: Frequência das candidaturas a prefeito por situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O gráfico 7 mostra que a maioria, cerca de 72%, do total dos principais candidatos eram desafiantes, ou seja, não estavam inseridos na administração do município, sendo esses dados previsíveis, visto que apenas 26 candidatos poderiam ser incumbentes de uma eleição para a outra. Porém, como será mostrado na análise dos dados isolados por ano esse percentual não reflete nos resultados eleitorais.

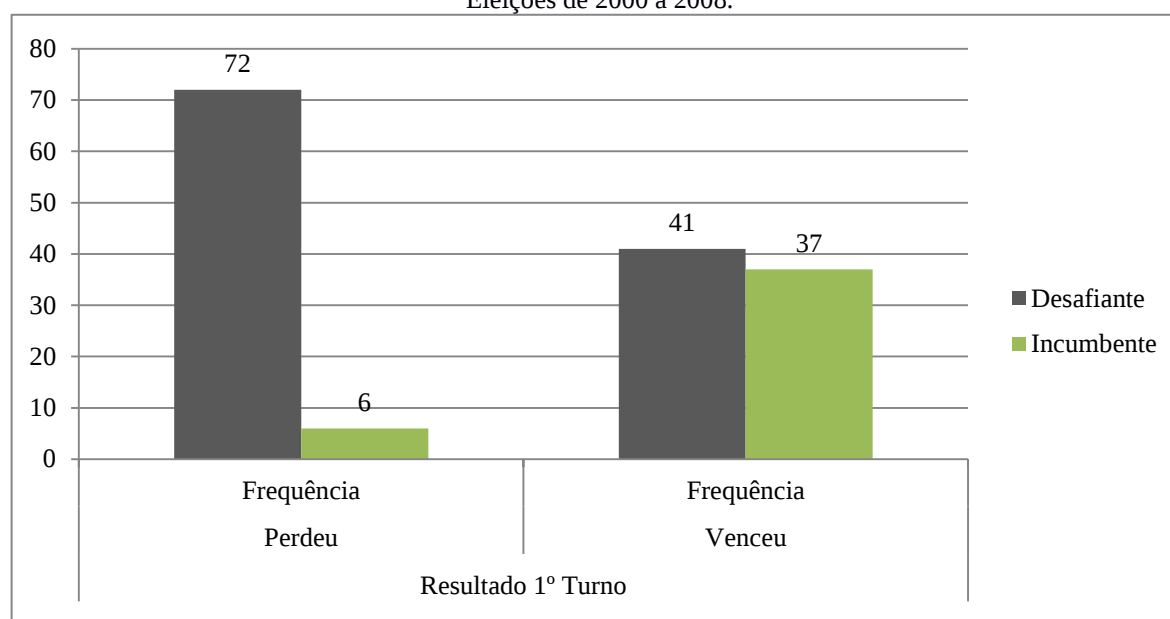
Tabela 6: Frequência das candidaturas por situação dos candidatos no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Situação	Turnos			
	1º Turno		2º Turno	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Desafiante	55	67,1%	58	78,4%
Incumbente	27	32,9%	16	21,6%
Total	82	100,0%	74	100,0%

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se pela tabela 6 que possivelmente houve mais desafiante que incumbentes, conforme indicado pelo percentual no primeiro turno, de 67,1% e 32,9% respectivamente, mas a proporção de desafiante aumentou do primeiro para o segundo turno, ou seja, o percentual de incumbentes que disputou o segundo turno foi menor que de desafiante.

Gráfico 8: Frequência das candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Quanto à frequência de vitórias e derrotas no primeiro turno, o gráfico 8 mostra que os candidatos desafiante obtiveram maior percentual de vitórias que os candidatos incumbentes, porém, os desafiante sofreram maior percentual de derrotas que os incumbentes.

Observa-se ainda que 72 candidatos desafiante perderam no primeiro turno e 6 incumbentes perderam nos anos de 2000, 2004 e 2008.

Apesar de estes resultados serem devidos, em parte, ao maior número de desafiantes, a diferença de quem venceu foi menor de quem perdeu no primeiro turno, entre os candidatos incumbentes e os desafiantes.

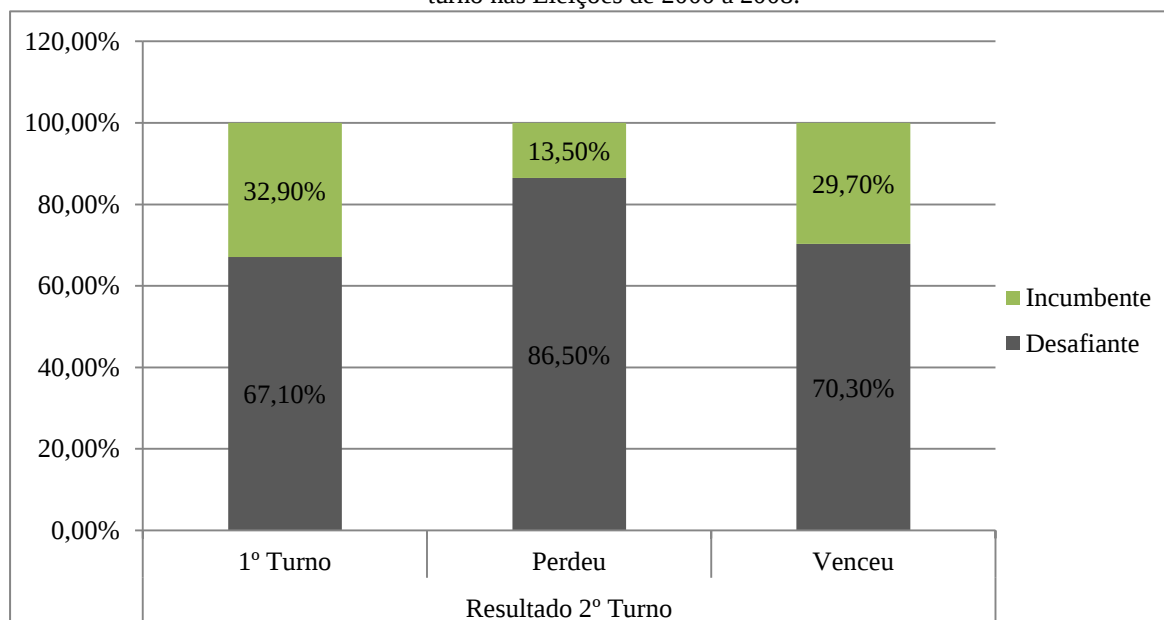
Tabela 7: Comparativo da frequência das candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º e do 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Situação	Resultado 1º Turno	Resultado 2º Turno	
	Venceu	Perdeu	Venceu
	Frequência	Frequência	Frequência
Desafiante	55	32	26
Incumbente	27	5	11
Total	82	37	37

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 7 mostra que dos candidatos que disputaram o primeiro e o segundo turno, 55 eram candidatos desafiantes e 27 eram incumbentes, dos quais 26 desafiantes venceram no segundo turno e 32 perderam e 11 incumbentes venceram e 5 perderam, ou seja, a frequência de desafiantes foi maior que de incumbentes.

Gráfico 9: Comparativo do percentual de candidaturas por situação dos candidatos e pelo resultado do 1º e do 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Já o percentual de candidatos que perderam no segundo turno, segundo mostram os dados do gráfico 9, aproximadamente 86,5% eram desafiantes e dos candidatos que venceram cerca de 29,7% eram incumbentes.

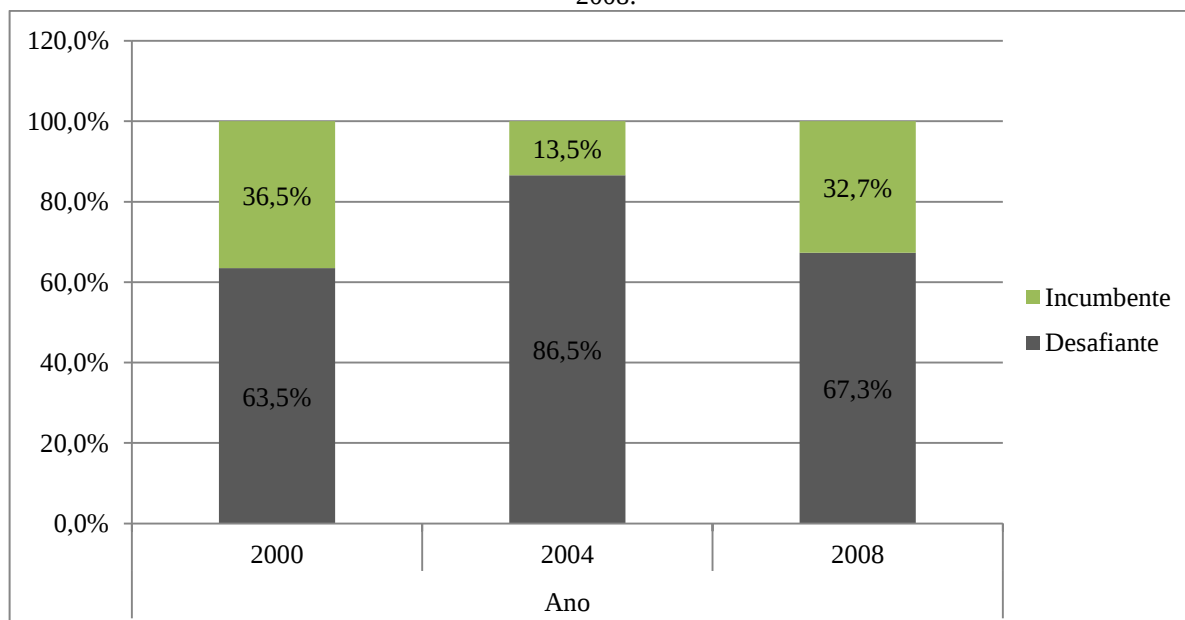
Tabela 8: Comparativo da frequência da situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.

Situação	Eleições					
	2000		2004		2008	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Desafiante	33	63,5%	45	86,5%	35	67,3%
Incumbente	19	36,5%	7	13,5%	17	32,7%
Total	52	100,0%	52	100,0%	52	100,0%

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Os dados apontam que na eleição de 2000 havia 33 desafiante e 19 incumbentes, e na eleição de 2004 o número de incumbentes e desafiante era de 45 e 7 respectivamente, conforme tabela 8. Observa-se ainda que pode ter ocorrido uma oscilação entre desafiante e incumbentes, visto que de 2000 para 2004 pode ter ocorrido o aumento da diferença percentual entre desafiante e incumbentes e de 2004 para 2008 esta diferença diminuiu, tendo proporção semelhante à de 2000.

Gráfico 10: Comparativo do percentual das candidaturas por situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

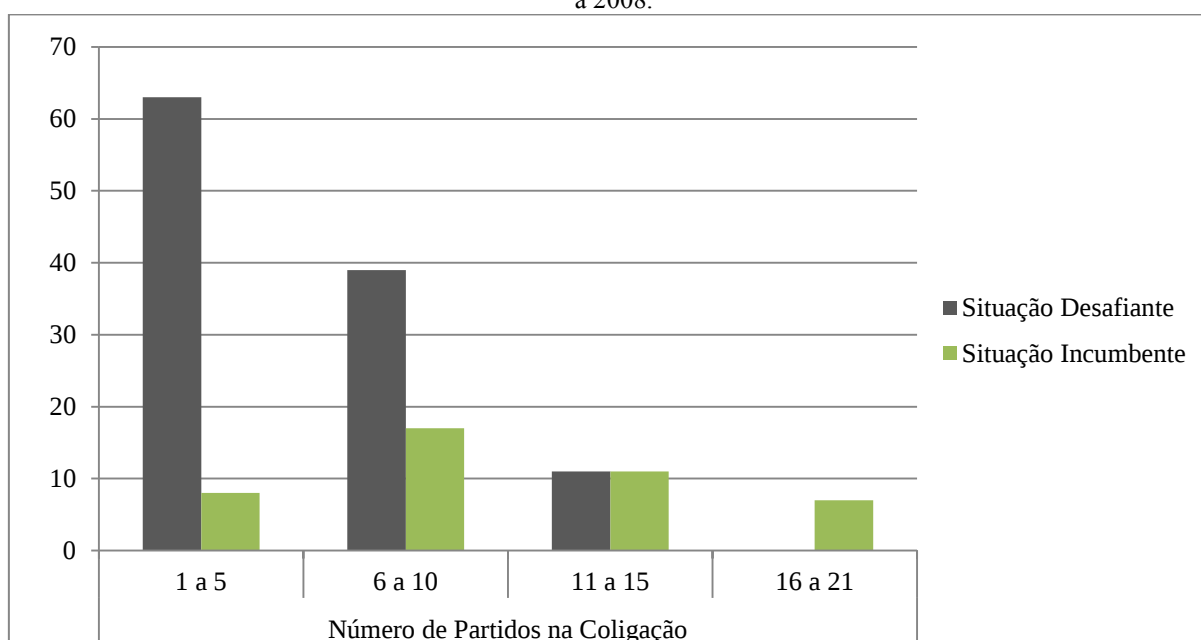
No gráfico 10 verifica-se que o percentual de desafiante aumentou e depois diminuiu da eleição de 2004 para 2008, ou seja, o padrão e a frequência de candidatos incumbentes e desafiante oscila de eleição para eleição.

Essa oscilação pode ser explicada pelo fato de que a maioria dos candidatos

incumbentes em 2000 já estavam em seu segundo mandato, ou seja, já haviam sido reeleitos em 2000, o que ocasionou em 2004 uma eleição fortemente estruturada em candidatos desafiantes. Nas eleições de 2008, porém, nota-se o aumento de candidatos à reeleição, ou seja, os candidatos eleitos em 2004, cujo percentual foi de 86,5%, concorreram em 2008 a reeleição, o que eleva o percentual de incumbentes nessa eleição para 32,7% contra os 13,5% da eleição em 2004.

Para verificar a situação dos candidatos no universo das coligações formadas nas eleições de 2000, 2004 e 2008 para prefeito das capitais brasileiras foi relacionado o tamanho das coligações e a situação dos candidatos.

Gráfico 11: Frequência de candidaturas por tamanho da coligação e situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se no gráfico 11 que o número de desafiantes pode ser maior nas classes onde há menor número de partidos na coligação, enquanto que na classe com maior número de partidos, 16 a 21 partidos na coligação, não há candidatos desafiantes, apenas incumbentes, conforme já foi observado.

Uma possível explicação para essa formação coligacional maior de candidatos incumbentes pode ser a maior capacidade de agregar aliados do candidato que concorre à reeleição. Isso ocorre pelo caráter personalista das eleições brasileiras, centradas na figura do candidato. Assim, o incumbente, quando dispõe de uma gestão bem avaliada, é considerado

um candidato com forte chance de vitória pelos aliados e pelos concorrentes, inclusive pelo candidato ao governo, conseguindo assim, agregar maior apoio a sua candidatura.

Tabela 9: Comparativo da frequência de candidaturas por situação do candidato e por tamanho da coligação nas Eleições de 2000 a 2008.

	Número de Partidos na Coligação	Ano					
		2000		2004		2008	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Situação	Desafiante	1 a 5	21 64%	23 51%		19 54%	
		6 a 10	12 36%	15 33%		12 34%	
		11 a 15	0 0	7 16%		4 11%	
		Total	33 100	45 100		35 100	
Situação	Incumbente	1 a 5	3 16%	1 14%		4 24%	
		6 a 10	7 37%	6 86%		4 24%	
		11 a 15	6 32%	0 0		5 29%	
		16 a 21	3 16%	0 0		4 24%	
		Total	19 100	7 100		17 100	

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Analisando o tamanho da coligação e a situação dos candidatos, desafiante ou incumbente nas três eleições, conforme tabela 9, observa-se que em 2004 houve o aumento do número de partidos na coligação dos candidatos desafiantes, ocorrendo o oposto nas coligações com os candidatos incumbentes, que diminuíram o número de candidatos nas coligações de 6 a 10 partidos de 2000 para 2004 e 2008, enquanto as coligações com 11 a 15 partidos tiveram frequência de 6 candidaturas em 2000, nenhuma em 2004 e 5 em 2008. As coligações maiores, de 16 a 21 partidos, seguiram o mesmo padrão das demais, com 3 candidaturas em 2000, nenhuma em 2004 e 4 em 2008.

Esse comparativo das eleições analisadas entre a situação do candidato e o tamanho da coligação mostra que provavelmente houve maior percentual de desafiantes, durante as eleições estudadas em coligações de 1 a 5 partidos, porém, houve bastante oscilação nos percentuais, como por exemplo, o alto percentual de 86% de candidatos incumbentes em coligações de 6 a 10 partidos em 2004.

Verifica-se ainda que os incumbentes na eleição de 2004 não fizeram parte de coligações com mais de 10 partidos, porém, nota-se que o número de desafiantes foi maior em 2004, sendo que 51% das candidaturas foram disputadas em coligações de 1 a 5 partidos.

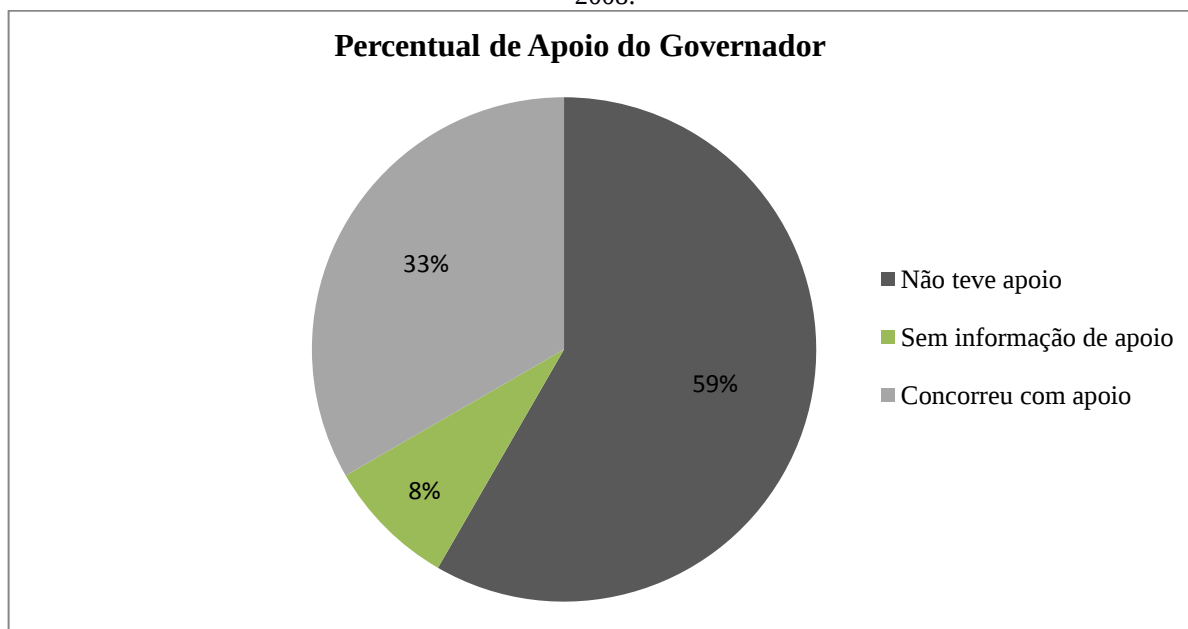
c) Apoio do Governador do Estado e do Presidente da República:

A variável apoio do Governador do Estado e do Presidente da República foi elencada levando em consideração as pesquisas eleitorais que apontam que em situação de estabilidade na gestão estadual, e em menor proporção na federal, a boa avaliação da gestão e a empatia pública do governador e/ou do presidente podem refletir positivamente na candidatura ao executivo municipal, mediante a transferência de capital político ao candidato a prefeito apoiado pelo governador e/ou pelo presidente.

Dessa forma, foi verificado se é possível que o apoio do governador ao candidato a prefeito pode ter influência no desempenho eleitoral do candidato a prefeito, no que diz respeito à formação coligacional.

Afinal, é possível levantar duas hipóteses: quanto maior o capital político apoiando determinado candidato, maiores serão as alianças formadas e consequentemente, maiores as coligações desses candidatos ou, quanto maior o capital político do candidato menor a possibilidade dele recorrer ao instituto de coligar-se e consequentemente menores as coligações desses candidatos.

Gráfico 12: Percentual de candidaturas apoiadas ou não pelo Governador no 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no TSE e mídia eletrônica

O gráfico 12 mostra que os governadores nos anos estudados apoiaram cerca de 33% dos candidatos e a maioria dos governadores, aproximadamente 59%, não apoiaram nenhum candidato. Em uma pequena parcela dos candidatos a prefeito, 8%, não foram encontradas informações de apoio eleitoral dos governadores em exercício a nenhum candidato a prefeito.

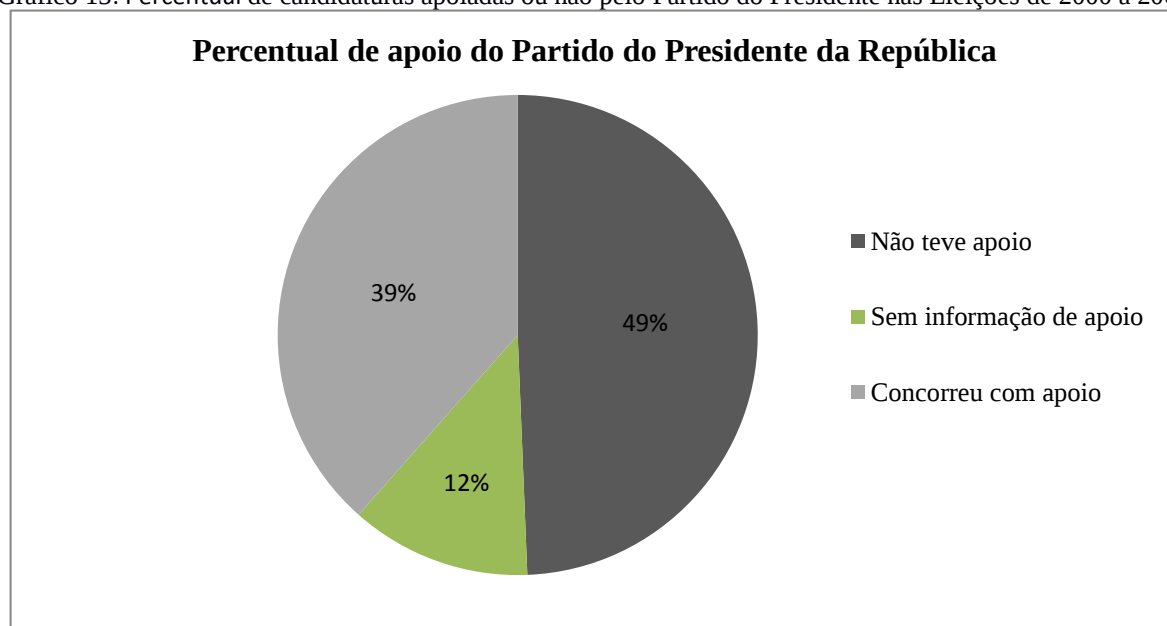
Tabela 10: Frequência das candidaturas apoiadas ou não pelo Partido do Presidente nas Eleições de 2000 a 2008.

Apoio do Partido do Presidente		
Situação das Candidaturas	Frequência	Percentual
Não teve apoio	77	49,4
Sem informação de apoio	19	12,2
Concorreu com apoio	60	38,5
Total de Candidaturas	156	100,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no TSE e mídia eletrônica

Os dados da tabela 10 apontam que 77 candidaturas a prefeito não contaram com o apoio do partido do presidente em exercício nas eleições analisadas e 60 candidaturas tiveram apoio do presidente. No total de 19 candidaturas não foram encontradas informações confiáveis de possível apoio do partidos do presidente aos candidatos.

Gráfico 13: Percentual de candidaturas apoiadas ou não pelo Partido do Presidente nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no TSE e mídia eletrônica

No gráfico 13 observa-se que o partido do presidente em exercício nas eleições estudadas apoiou 39% dos candidatos a prefeito, e quase metade (49%) dos candidatos não obteve apoio do partido do presidente em exercício. No percentual de 12% dos candidatos não foi encontrado informações de apoio do presidente a algum candidato.

Observa-se que o percentual de candidatos que concorreram com o apoio do presidente foi maior que o percentual que concorreu com o apoio dos governadores nos dados analisados.

Tabela 11: Total de candidaturas analisadas nas Eleições de 2000 a 2008 por tamanho da coligação e por resultado no 1º turno, segundo o apoio do Partido do Presidente e do Governador.

Tamanho da Coligação e Vitória dos candidatos		Apoio do Partido do Presidente e do Governador								
		Não tem apoio do partido do presidente			Tem apoio do partido do presidente			Sem informação de apoio do partido do presidente		
		Não tem apoio do governador	Tem apoio do governador	Sem informação de apoio do governador	Não tem apoio do governador	Tem apoio do governador	Sem informação de apoio do governador	Não tem apoio do governador	Tem apoio do governador	Sem informação de apoio do governador
01 a 05	Ganhou	21	2	3	11	3	1	2	1	1
	Perdeu	10	4	1	5	3	1	1	0	1
06 a 10	Ganhou	11	7	2	5	4	0	0	0	0
	Perdeu	10	3	1	6	4	1	1	1	0
11 a 15	Ganhou	0	3	0	0	1	0	0	0	0
	Perdeu	3	3	0	3	8	0	1	0	0
16 a 21	Ganhou	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Perdeu	0	2	1	1	3	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no TSE e mídia eletrônica

A tabela 11 descreve a distribuição das coligações por tamanho e o apoio ou não do partido do presidente e do governador na vitória ou derrota dos candidatos.

A situação mais frequente foram os candidatos que concorreram em coligações de 1 a 5 partidos, com 21 candidatos eleitos no primeiro turno sem o apoio do partido do presidente e do governador e 10 candidatos que perderam. Nas coligações de 6 a 10 partidos se elegeram 11 candidatos sem o apoio do presidente ou do governador e 10 candidatos perderam. Os candidatos que tinham o apoio do partido do presidente e não tinham o apoio do governador obtiveram maior número de vitórias nas formações coligacionais de 1 a 5 partidos.

Diante dos dados nota-se que é possível que o apoio do partido do presidente tenha tido algum peso na vitória de 16 candidatos que não foram apoiados pelo partido do governador.

Quanto aos dados referentes às coligações que tiveram o apoio do partido do governador e do presidente esses apoios ocorreram em coligações maiores, de 11 a 15 partidos, porém, esse fato não resultou em vitória dos candidatos, já que 8 candidaturas perderam e apenas 1 ganhou.

Todavia, não é possível afirmar que o apoio dos partidos do governador e/ou do presidente resultou em alianças maiores quanto ao número de partidos na coligação.

Tabela 12: Total de candidaturas analisadas nas Eleições de 2000 a 2008 por tamanho da coligação e por resultado eleitoral, segundo o apoio do governador no 2º turno.

Tamanho da Coligação	Resultado Eleitoral no 2º Turno	Apoio do Governador no 2º Turno		
		Não teve apoio	Sem informação de apoio	Concorreu com apoio
01 a 05	Perdeu	16	2	5
	Venceu	7	2	9
06 a 10	Perdeu	6	0	3
	Venceu	5	0	7
11 a 15	Perdeu	0	0	3
	Venceu	1	0	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados no TSE e mídia eletrônica

A tabela 12 mostra o número de vitórias e derrotas dos candidatos apoiados pelo governador no segundo turno de acordo com a classificação das coligações. Observa-se que nas pequenas coligações houve maior número de derrotas e de vitórias dos candidatos que não foram apoiados pelo governador. Já as candidaturas apoiadas pelo governador tiveram maior número de vitórias nas coligações de 1 a 5 partidos e de 6 a 10 partidos.

d) Total de candidatos a vereador pelas coligações:

Essa variável foi levantada com o objetivo de verificar se há relação entre a capilaridade da coligação e o desempenho eleitoral do candidato.

Foi verificado se é possível que o maior número de candidatos a vereador fazendo campanha para o candidato a prefeito teria efeito sobre o resultado eleitoral desse candidato. Lembrando que essa variável pode ser considerada apenas no primeiro turno, tendo em vista que não há segundo turno para vereador e possivelmente, não há campanha dos vereadores eleitos para o candidato a prefeito.

Tabela 13: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Moda	Mediana
Total de candidatos a vereador pela coligação	156	1	532	128,74	103,821	35	96

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 13 mostra que a média do total de candidatos por coligação foi de 128,74 tendo desvio padrão relativamente alto com 103,8021 aproximadamente. Temos que metade

dos dados está abaixo de 96 e o número de candidatos a vereador que mais se repete é 35. Verificou-se ainda, que há assimetria à direita, pois a moda é menor que a mediana e a média, portanto os dados são mais concentrados em coligações com números menores de candidatos a vereador.

Tabela 14: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito no 1º e 2º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

	Turnos			
	1º Turno		2º Turno	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Total de candidatos a vereador pela coligação	120	104	138	104

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Percebe-se pela tabela 14 que a média da quantidade de candidatos a vereador que disputaram o primeiro turno é de 120, e o desvio padrão foi relativamente alto, assim os dados mostram grande variabilidade. Nota-se ainda que houve um relativo aumento da média, mostrando que os candidatos a prefeito com menos candidatos a vereadores em suas coligações decidiram a disputa no primeiro turno.

Como na disputa eleitoral não há eleição para vereador no segundo turno, essa coluna da tabela 14 tem apenas a função de mostrar o perfil da coligação do candidato a prefeito que se qualificou para disputar o segundo turno, quanto à capilaridade da sua coligação no primeiro turno.

Tabela 15: Descritiva do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito, por resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

	Resultado 1º Turno			
	Perdeu		Venceu	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Total de candidatos a vereador pela coligação	96	74	162	118

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 15 aponta que os candidatos que perderam no primeiro turno tinham média de candidatos a vereador pela coligação possivelmente menor do que aqueles que venceram, porém, a variabilidade é grande, assim não é possível afirmar que isso realmente seja verídico.

Tabela 16: Descritiva do total de candidatos a vereador eleitos pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Moda	Mediana
Total de Vereadores da Coligação	156	0	28	9,10	6,282	3	7

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Conforme a tabela 16, o total de vereadores eleitos por coligações nas capitais brasileiras teve média de 9,10 vereadores por coligação, porém o coeficiente de variação é de aproximadamente 69%, mostrando que a variabilidade dos dados é relativamente alta. Percebe-se ainda que a assimetria dos dados é a direita (os dados estão concentrados em números menores que a média), visto que a moda é 3 e a mediana é 7, ambas menores que a média.

Tabela 17: Comparativo da frequência do total de candidatos a vereador concorrendo pelas coligações dos candidatos a prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.

	Eleições											
	2000				2004				2008			
	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda	Média	Desvio Padrão	Mediana	Moda
Total de candidatos a vereador pela coligação	112	83	92	35	132	107	95	64	142	118	118	41

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 17 acima mostra que a média do total de candidatos a vereador por coligação pode ter aumentado nos anos em estudo, porém nota-se que o desvio padrão é relativamente grande, portanto, não é possível extrair informações consistentes a respeito.

e) Partido dos candidatos:

A verificação do partido do candidato tem por objetivo verificar as estratégias das candidaturas através da frequência com que os partidos escolhem coligarem-se ou não.

Para essa análise foi verificado nas três eleições, 2000, 2004 e 2008, qual o comportamento dos partidos legalmente registrados no TSE e, portanto aptos a concorrer em cada eleição, quanto ao número de coligações efetivadas e o número de partidos em cada coligação.

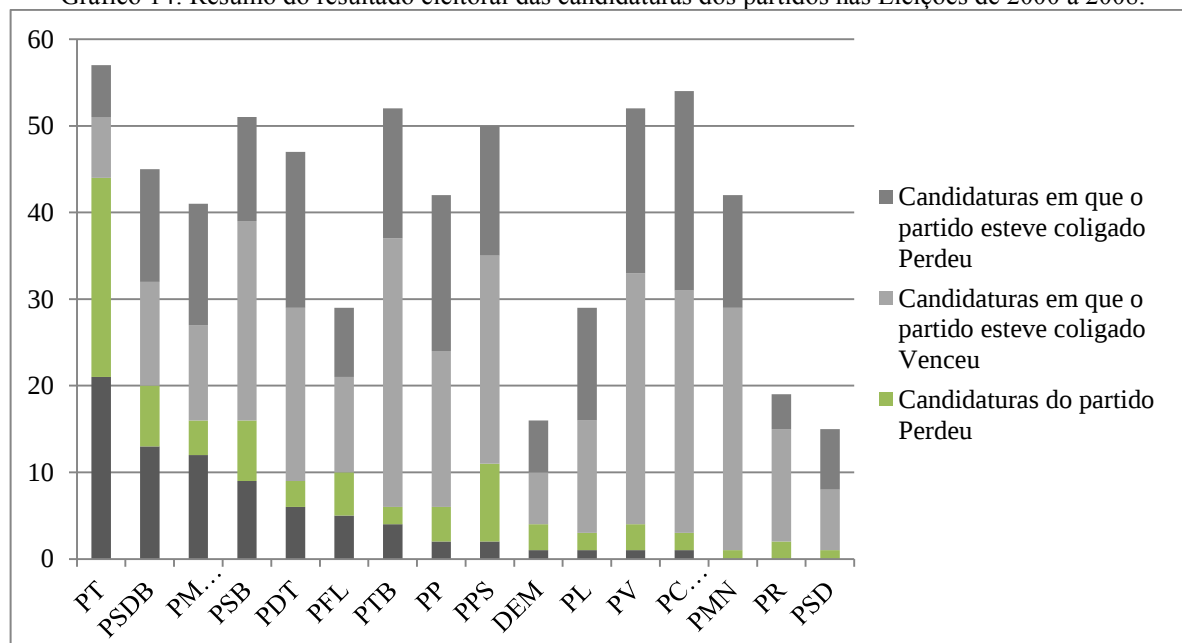
Tabela 18: Frequência das candidaturas por partido nas capitais brasileiras nas Eleições de 2000 a 2008.

Frequência de Candidaturas por Partido			
Partido		Frequência	Percentual
Partido do Candidato	DEM	4	2,6
	PC do B	3	1,9
	PDT	9	5,8
	PFL	10	6,4
	PL	3	1,9
	PMDB	16	10,3
	PMN	1	,6
	PP	7	4,5
	PPS	10	6,4
	PR	2	1,3
	PSB	16	10,3
	PSD	1	,6
	PSDB	20	12,8
	PT	44	28,2
	PTB	6	3,8
	PV	4	2,6
	Total de Candidaturas	156	100,0

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se pelos dados da tabela 18 que o partido com maior frequência de participação em coligações nas eleições analisadas é o PT, com percentual de 28,2%; seguido do PSDB, com 12,8% e a seguir aparecem PMDB e PSB com o mesmo percentual de 10,3%.

Gráfico 14: Resumo do resultado eleitoral das candidaturas dos partidos nas Eleições de 2000 a 2008.



Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Os dados do gráfico 14 corroboram os estudos acerca dos partidos e suas participações em coligações, e indicam que dentre os grandes partidos nas eleições majoritárias, o PT teve alta frequência de participações em coligações (principalmente após a eleição de Lula para a presidência), com 57 participações nas eleições de 2000, 2004 e 2008, das quais, venceu 48% das disputas de que participou com candidaturas próprias e perdeu em 52% das candidaturas próprias. O PSDB participou do total de 45 coligações no agregado das eleições analisadas, das quais, venceu em 13 capitais com candidatos do partido e perdeu em sete, já em participações em coligações com candidatos de outras legendas o partido apoiou a vitória de 12 candidaturas e perdeu 13.

O PMDB participou de 16 coligações com candidaturas próprias, elegendo 12 candidatos do partido e de 25 coligações como parceiro nas capitais brasileiras, sendo que desse total o partido apoiou a vitória de 11 candidatos de outros partidos, conforme mostra a tabela 19 abaixo.

Tabela 19: Resumo das candidaturas dos partidos para prefeito nas Eleições de 2000 a 2008.

Partidos	Total de participação em Coligações	Candidaturas do Partido		Candidaturas em que o Partido esteve coligado	
		Venceu	Perdeu	Venceu	Perdeu
PT	57	21	23	7	6
PSDB	45	13	7	12	13
PMDB	41	12	4	11	14
PSB	51	9	7	23	12
PDT	47	6	3	20	18
PFL	29	5	5	11	8
PTB	52	4	2	31	15
PP	42	2	4	18	18
PPS	50	2	9	24	15
DEM	16	1	3	6	6
PL	29	1	2	13	13
PV	52	1	3	29	19
PC do B	54	1	2	28	23
PMN	42	0	1	28	13
PR	19	0	2	13	4
PSD	15	0	1	7	7

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Os dados da tabela 19 apontam também que os pequenos partidos tiveram grande frequência de participação nas coligações formadas nas capitais brasileiras, geralmente com

um grande partido encabeçando a coligação e lançando seu candidato, o que corrobora as pesquisas acerca do perfil das formações coligacionais no Brasil, que com grande frequência é um grande partido em aliança com um ou mais partidos pequenos.

A explicação para esse perfil, conforme visto na revisão da literatura, seriam os incentivos para os grandes partidos coligarem-se aos pequenos nas eleições majoritárias: maior tempo no HGPE e barganhas entre as eleições majoritárias e proporcionais, entre outros já mencionados.

3.3.1. Resultados da análise descritiva

Os dados referentes ao número de partidos na coligação apontam que as coligações com menor número de partidos são mais frequentes que as coligações com maior número de partidos, porém, as coligações menores perderam mais que as coligações maiores.

As coligações de 11 a 15 partidos em sua formação tiveram os maiores percentuais de vitórias no agregado das eleições analisadas, com 82% e 62% no primeiro e no segundo turno respectivamente. Já as coligações com 6 a 10 partidos venceram em 48% no primeiro turno e 59% no segundo e as pequenas coligações, de 1 a 5 partidos venceram em 36% e 43% respectivamente no primeiro e no segundo turno.

O percentual de vitórias das grandes coligações com formações entre 16 e 21 partidos foi de 100% nas eleições analisadas, sendo todas as disputas vencidas no primeiro turno, porém, conforme já apontado, esse alto percentual não pode ser considerado como resultado da formação coligacional, tendo em vista que todos os candidatos em disputa eram incumbentes, o que obrigatoriamente remete à importância da variável situação do candidato e deve ser considerada na análise.

Acerca da variável situação do candidato, em todas as eleições analisadas a frequência de candidatos desafiantes foi maior, dado explicado pelo fato de ter apenas 26 vagas em disputa nas capitais brasileiras, o que reduz o possível número de incumbentes a essas vagas. Porém, todos os candidatos incumbentes estiveram entre os dois candidatos mais votados nas eleições analisadas.

Quanto à formação coligacional dos candidatos por situação os dados apontam que houve maior frequência de candidatos desafiantes em coligações com formação de 1 a 5 partidos, cerca de 56%, seguido de formações de 6 a 10 partidos, com 35% e em menor frequência em formações de 11 a 15 partidos, com cerca de 10%.

Já os incumbentes apresentam maior frequência em coligações de 6 a 10 partidos,

cerca de 40%, seguido de coligações de 11 a 15, com 36% e grandes coligações de 16 a 21 partidos com 16%.

No desempenho das coligações considerando a situação dos candidatos, os dados mostram que os incumbentes venceram em percentual bem maior que os desafiantes, com cerca de 50% a mais de vitórias de incumbentes sobre os desafiantes.

Sobre a variável apoio do Governador e do Presidente os dados apontam que houve pouca frequência de apoio desses políticos para os candidatos que venceram as disputas nas eleições analisadas.

A maior frequência nas eleições foi de candidatos que concorreram sem o apoio do governador e do presidente, cerca de 35%, dos quais 20% venceram as disputas e se elegeram. O percentual de candidatos apoiados exclusivamente pelo governador foi de 15%, dos quais 50% se elegeram. Já o percentual de candidatos que concorreram apoiados pelo partido do presidente e com o apoio do governador foi de 17%, com um percentual de vitoriosos de apenas 5%. Os candidatos que contaram com o apoio do partido do presidente e não foram apoiados pelo governador perfizeram cerca de 20% dos candidatos nas disputas, dos quais 10% venceram. A análise dessa variável aponta que o apoio do presidente e do governador teve pouco peso na vitória dos candidatos no período analisado, e que o apoio dos partidos do governador e/ou do presidente possivelmente não resultou em alianças maiores quanto ao número de partidos na coligação.

A variável número de candidatos a vereador pela coligação apresenta muita variabilidade, o que não possibilita aferir resultados relevantes na análise descritiva, porém, os dados mais confiáveis apontam que possivelmente um número maior de candidaturas vitoriosas tinha média de candidatos a vereador pela coligação maior que a média das candidaturas que perderam no agregado do primeiro e do segundo turno. Entretanto, o aumento relativo da média no primeiro turno mostra que os candidatos que venceram no primeiro turno tinham menos candidatos a vereadores em suas coligações.

Diante da grande variabilidade dos dados essa variável apresentou resultados inconsistentes na análise descritiva.

A análise dos dados referentes ao perfil de candidaturas lançadas pelos partidos que elegeram os prefeitos nas capitais e a frequência com que esses partidos participaram de coligações, mostrou que a estratégia preponderante desses partidos é concorrer coligados. O PT foi o partido com maior frequência de candidaturas coligadas e também o partido que mais elegeu prefeitos nas capitais brasileiras no agregado do período analisado. O PSDB foi o segundo partido com mais candidatos vitoriosos e o PMDB o terceiro.

3.4. Testes das variáveis: o tamanho das coligações influenciou no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras nas eleições de 2000 a 2008?

De modo geral a análise descritiva no item anterior aponta que, possivelmente as variáveis número de partidos na coligações e a situação dos candidatos tem peso nos resultados eleitorais. As variáveis apoio do governador e do presidente não mostraram dados relevantes quanto aos resultados eleitorais enquanto a análise da variável número de candidatos a vereador concorrendo pela coligação do candidato a prefeito não resultou em dados confiáveis e a análise da frequência de participação em coligações dos partidos mostrou que a tendência nas capitais foi a estratégia de concorrerem coligados.

Considerando esses resultados e tendo em vista o objetivo desta pesquisa, as variáveis foram testadas a fim de verificar se há relação entre o tamanho da coligação e a vitória dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras.

Conforme já citado neste Capítulo o método utilizado para o teste das variáveis foi principalmente o teste do qui-quadrado e a correlação entre as variáveis, ambos propostos por Karl Pearson (1857 a 1936).

O teste das variáveis verificou as seguintes relações:

a) Relação entre o número de partidos na coligação e o ano eleitoral:

O objetivo desse teste é verificar se o número de partidos nas coligações sofreu alteração nos anos eleitorais analisados.

Para estabelecer a relação entre essas variáveis quantitativas, número de partidos na coligação e ano eleitoral, foi testado a sua normalidade, fixando o nível de confiança em 0,05.

H_0 : a relação entre o número de partidos na coligação e o ano tem distribuição normal;

H_1 : a relação entre número de partidos na coligação e o ano não tem distribuição normal.

Tabela 20: Teste de normalidade entre o número de partidos na coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.

	Ano	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Nº de Partidos na Coligação	2000	,127	52	,036	,925	52	,003
	2004	,130	52	,027	,935	52	,007
	2008	,162	52	,002	,909	52	,001

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Pela tabela 20, a hipótese nula deve ser rejeitada, então ao nível de 0,05 de significância se aceita a hipótese de que as informações estudadas não seguem uma distribuição normal, supondo que a mesma seja verdadeira.

b) Relação entre o número de partidos na coligação e o turno eleitoral:

Para o teste dessa relação manteve-se a divisão do número de partidos da coligação utilizada na análise descritiva, conforme mostra a tabela 21, com o objetivo de observar o comportamento dos dados nestes grupos.

Tabela 21: Classificação do número de partidos na coligação e o turno que terminou a disputa nas Eleições de 2000 a 2008.

Número de Partidos na Coligação	Turno Eleitoral		Total
	1	2	
01 a 05	27	44	71
06 a 10	34	22	56
11 a 15	14	8	22
16 a 21	7	0	7
Total	82	74	156

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Como se trata de uma variável qualitativa e uma quantitativa o teste que se mostra mais adequado é o do qui quadrado com correção de continuidade de Yates devido a uma das células ser menor que 5.

Temos como Hipóteses, ao nível de significância de 0,05:

H_0 : não existe associação entre o turno e o número de partidos na coligação.

H_1 : existe associação entre o turno e o número de partidos na coligação.

A estatística do teste é dada pela tabela 22 abaixo:

Tabela 22: Teste do qui-quadrado para a relação entre o número de partidos na coligação e o turno eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14,907 ^a	3	,002
Likelihood Ratio	17,653	3	,001
N of Valid Cases	156		

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Tabela 23: Medida de Simetria entre o número de partidos na coligação e o turno eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.

Symmetric Measures ^c		
	Value	Approx. Sig.
Contingency Coefficient	,295	,002
N of Valid Cases	156	

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se pela tabela 22 que ao nível de significância de 0,05 rejeitamos a hipótese nula de que não existe associação entre o tamanho da coligação e o turno no qual foi decidida a disputa. Portanto há associação entre as variáveis, supondo que a hipótese alternativa seja verdadeira, sendo que o coeficiente de contingência é de 0,295, apontando para correlação moderada.

c) Relação entre o tamanho da coligação e o resultado do 1º Turno:

Para verificar se há associação entre o tamanho da coligação e o resultado do 1º turno o teste utilizado foi o qui-quadrado, assim, fixando o nível de confiança de 0,05 com o teste bicaudal as hipóteses são:

H_0 : não existe associação entre o resultado do primeiro turno e o tamanho da coligação;

H_1 : existe associação entre o resultado do primeiro turno e o tamanho da coligação.

Tabela 24: Teste qui-quadrado para o tamanho da coligação e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Teste Qui-quadrado			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	37,026 ^a	18	,005
Likelihood Ratio	46,443	18	,000
N of Valid Cases	156		

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 24 mostra o nível descritivo do teste de 0,005, ao nível de significância de 0,05, logo a hipótese nula é rejeitada. Dessa forma, a hipótese de que o resultado do primeiro turno não é independente do tamanho da coligação, supondo que a mesma seja verdadeira, é aceita.

Tabela 25: Medida de Assimetria entre o tamanho da coligação e resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Symmetric Measures ^c		
	Value	Approx. Sig.
Nominal by Contingency	,438	,005
Nominal Coefficient		
N of Valid Cases	156	

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Os resultados da tabela 25 apontam que há correlação relativamente moderada e positiva (crescente) de 0,438 entre o tamanho da coligação e o resultado do primeiro turno. Diante disso, a variável tamanho da coligação e o resultado do 1º turno estão associados moderadamente.

d) Relação entre o tamanho da coligação e a situação do candidato:

Para verificar se o número de partidos na coligação é independente ou não da situação do candidato foi fixado o nível de confiança de 0,05 com o teste bilateral, e levantado as seguintes hipóteses:

H_0 : a situação do candidato e o tamanho da coligação são independentes;

H_1 : a situação do candidato e o tamanho da coligação não são independentes.

A tabela 26 mostra a estatística do teste obtida.

Tabela 26: Teste de qui-quadrado entre o tamanho da coligação e a situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	48,446 ^a	18	,000
Likelihood Ratio	53,486	18	,000
N of Valid Cases	156		

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O teste do qui-quadrado na tabela 26 mostra que a hipótese nula pode ser rejeitada. Então é aceita, supondo que seja verdadeira, a hipótese de que as variáveis não são independentes.

Tabela 27: Medida de Assimetria entre o tamanho da coligação e a situação dos candidatos nas Eleições de 2000 a 2008.

Symmetric Measures ^c			
		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Contingency Coefficient	,487	,000
N of Valid Cases		156	

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se na tabela 27 que o coeficiente de contingência indica para uma correspondência moderada de cerca de 0,487 entre a situação do candidato e o tamanho da coligação.

e) Relação entre a situação do candidato e o resultado do 1º Turno:

A variável situação do candidato e resultado do primeiro turno são duas variáveis qualitativas, dessa forma, o teste mais adequado é o do qui-quadrado. Considerando o nível de significância de 0,05 sendo o teste bicaudal, as hipóteses são:

H_0 : não há associação entre a situação do candidato e o resultado do primeiro turno;

H_1 : há associação entre a situação do candidato e o resultado do primeiro turno.

Tabela 28: Relação entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

		Resultado 1º Turno		Total
		Perdeu	Venceu	
Situação	Desafiante	72	41	113
	Incumbente	6	37	43
Total		78	78	156

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Tabela 29: Teste do qui-quadrado entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	30,853 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	28,895	1	,000		
Likelihood Ratio	33,471	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
N of Valid Cases	156				

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Pode ser observado pela tabela 29 que ao nível de significância de 0,05 a hipótese nula é rejeitada, supondo que não existe associação entre as variáveis. Portanto, é aceita a hipótese de que há associação entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas eleições analisadas, supondo que a mesma seja verdadeira.

Tabela 30: Medida de Assimetria entre a situação do candidato e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Symmetric Measures ^c		
	Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal Contingency Coefficient	,406	,000
N of Valid Cases	156	

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 30 mostra que o coeficiente de contingência tem como valor de 0,406, resultando em uma correlação moderada de 0,406 entre as variáveis em estudo.

f) Relação entre o ano eleitoral e o total de candidatos a vereador pela Coligação:

Neste teste o objetivo foi verificar se o número de candidatos a vereador pela coligação nos anos eleitorais estudados aumentou ou diminuiu e em caso positivo, qual o grau de associação entre as variáveis.

As variáveis ano e total de candidatos a vereador pela coligação são quantitativas, assim elas podem ser correlacionadas. Estabelecendo o nível de 5% de significância, as hipóteses para o teste de normalidade são:

H_0 : a relação entre o ano e o total de candidatos a vereador pela coligação tem distribuição normal;

H_A : a relação entre o ano e o total de candidatos a vereador pela coligação não tem distribuição normal.

Tabela 31: Teste de normalidade entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.

Eleições de 2000 a 2008.							
Ano		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Total de candidatos a vereador pela coligação	2000	,136	52	,018	,885	52	,000
	2004	,202	52	,000	,804	52	,000
	2008	,155	52	,003	,844	52	,000

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Conforme dados da tabela 31, a hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 0,05, portanto, os dados não seguem uma distribuição normal.

A tabela 31 mostra a correlação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano. Foi utilizada a correlação de Spearman por ser a mais adequada para testes não paramétricos, nos quais a distribuição é desconhecida.

As hipóteses levantadas para este teste foram:

H_0 : não existe correlação entre as variáveis de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral;

H_A : existe correlação entre as variáveis de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral.

Tabela 32: Correlação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano eleitoral nas Eleições de 2000 a 2008.

			Total de candidatos a vereador pela coligação	Ano
Spearman's rho	Total de candidatos a vereador pela coligação	Correlation Coefficient	1,000	,091
		Sig. (2-tailed)		,256
		N	156	156
	Ano	Correlation Coefficient	,091	1,000
		Sig. (2-tailed)	,256	
		N	156	156

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Nota-se que a correlação entre o ano eleitoral e o total de candidatos a vereador pela coligação tem como valor descritivo 0,256, acima de 0,05, portanto não é rejeitada a hipótese nula. Dessa forma não existe correlação entre as variáveis.

g) Relação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do 1º Turno:

O objetivo deste teste é verificar se há associação entre o total de vereadores concorrendo pela coligação do candidato a prefeito e o desempenho desse candidato.

A relação estudada neste item é entre a variável total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do 1ª turno, dessa forma a relação é entre uma variável quantitativa e uma variável qualitativa, portanto, mostra-se mais adequado o teste do qui-quadrado para o estudo dessas duas variáveis.

Utilizando o mesmo nível de significância de 0,05 e com o teste bilateral com as hipóteses formuladas a seguir:

H_0 : não há associação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do primeiro turno;

H_1 : há associação entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do primeiro turno.

Tabela 33: Teste do qui-quadrado entre o total de candidatos a vereador pela coligação e o resultado do 1º turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	118,000 ^a	117	,457
Likelihood Ratio	162,849	117	,003
Linear-by-Linear Association	15,834	1	,000
N of Valid Cases	156		

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

O resultado obtido, como mostra a tabela 33, foi da não rejeição da hipótese nula ao nível de significância de 0,05. Assim sendo não há associação entre o número categorizado de candidatos a vereadores e o fato do candidato a prefeito obter a maioria dos votos. Não é uma variável significativa para explicar o desempenho dos candidatos a prefeito nas capitais no período analisado.

h) Relação entre o número de partidos na coligação, a vitória dos candidatos e o total de candidatos a vereador pela coligação:

Para a escolha do teste mais adequado foi verificado se os dados seguem uma distribuição normal ou não, conforme dados do teste de normalidade da tabela 34.

Tabela 34: Teste de Normalidade entre o número de partidos na coligação, a vitória dos candidatos e o total de candidatos a vereador pela coligação nas Eleições de 2000 a 2008.

Número de Partidos da Coligação e Vitória		Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk			
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.	
Total de candidatos a vereador pela coligação	01 a 05	Ganhou	,165	45	,003	,885	45	,000
		Perdeu	,156	26	,106	,873	26	,004
	06 a 10	Ganhou	,205	29	,003	,875	29	,003
		Perdeu	,214	27	,003	,898	27	,012
	11 a 15	Ganhou	,360	4		,764	4	,052
		Perdeu	,191	18	,081	,927	18	,172
	16 a 21	Perdeu	,216	7	,200*	,929	7	,541

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

Observa-se na tabela 34 que os grupos de número de partidos da coligação e a vitória não seguem uma distribuição normal, portanto deve-se utilizar o teste não paramétrico. Supondo que os grupos são independentes, no caso se emprega o teste de Kruskal Wallis, porque não se sabe qual a distribuição que os dados seguem e os dados estão divididos em mais de uma categoria.

Para o teste de Kruskal Wallis as hipóteses levantadas são:

H_0 : as categorias apresentam a mesma média.

H_A : as categorias apresentam médias diferentes.

O teste mostra que ao nível de significância de 0,05 a hipótese nula é rejeitada, portanto, as médias dos grupos são significativamente diferentes.

Tabela 35: Média de candidatos a vereador pela coligação segundo o número de partidos da coligação e a vitória no primeiro turno nas Eleições de 2000 a 2008.

Número de Partidos da Coligação e Vitória		Média do Total de candidatos a vereador pela coligação
01 a 05	Ganhou	66
	Perdeu	79
06 a 10	Ganhou	123
	Perdeu	166
11 a 15	Ganhou	228
	Perdeu	268
16 a 21	Ganhou	.
	Perdeu	178

Fonte: TSE / Brasil (Adaptado)

A tabela 35 mostra que a maior média de candidatos está no número de partidos de 11 a 15 partidos na coligação, onde a média do total de vereadores por coligação foi maior para os prefeitos que perderam e menor para os que ganharam.

O teste aponta que possivelmente a quantidade de vereadores na coligação interfere nos resultados dos candidatos e observa-se ainda que em todas as classes a média do número de vereadores na coligação é relativamente maior no caso dos candidatos que perderam no primeiro turno, porém, a amostra de dados é pequena para resultados mais relevantes.

3.4.1. Resultados e Discussão

Pelos resultados obtidos temos que no teste entre a classificação do número de partidos na coligação e o turno houve correlação moderada entre as variáveis, ou seja, o turno

em que foram decididas as disputas está associado ao tamanho das coligações. Isso pode ser observado também na análise descritiva, já que conforme visto as grandes coligações de 16 a 21 partidos venceram todas as disputas de que participaram no primeiro turno.

Entre o variável número de partidos na coligação e o resultado do primeiro turno os resultados apontaram associação moderada, dessa forma, o número de partidos na coligação está associado em cerca de 0,438 ao resultado do primeiro turno.

Na relação entre o número de partidos na coligação e a situação do candidato os testes apontam que essas variáveis não são independentes e houve uma correspondência moderada de cerca de 0,487 entre elas.

Quanto à situação do candidato e o resultado do primeiro turno os testes mostram que há correlação moderada entre elas, porém, deve-se considerar que o número de incumbentes é menor que de desafiantes nas eleições analisadas.

Os testes mostram ainda que não há correlação significativa entre o ano e o total de candidatos a vereador pela coligação e o ano e o número de partidos na coligação, ou seja, as alterações no número de candidatos a vereador e o no número de partidos na coligação não mostraram alterações significativas.

Os testes também indicam que não há a associação entre a quantidade de candidatos a vereador e a vitória dos candidatos a prefeito, portanto rejeitamos a hipótese de que o maior número de candidatos a vereador pela coligação pode influenciar na vitória do candidato a prefeito. Porém, cabe ressaltar que os dados tratam apenas dos dois candidatos mais votados em cada eleição, dessa forma seria necessário ampliar a amostra e efetuar novos testes para a confirmação desse resultado.

Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi verificar se o tamanho da coligação pela qual os candidatos a prefeito nas capitais concorreram nas eleições de 2000 a 2008 poderia influenciar o desempenho eleitoral desses candidatos e a principal hipótese levantada foi de que o resultado eleitoral dos candidatos estaria associado ao perfil de coligação formada por maior número de partidos.

Inicialmente foi necessário identificar o padrão das candidaturas nas eleições analisadas, a fim de verificar as estratégias eleitorais dos partidos nas capitais brasileiras. Dessa forma, foi verificada uma tendência a um maior percentual de candidaturas coligadas em relação às isoladas nas três eleições estudadas, sendo detectada ainda uma tendência de aumento na opção de candidaturas coligadas nas eleições de 2000, 2004 e 2008.

Esse padrão de candidatura ratifica os estudos acerca das estratégias eleitorais, que apontam que os partidos participam de alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral e minimizar o apoio do oponente e para isso contam com incentivos institucionais inerentes ao sistema eleitoral brasileiro. Entretanto pesquisas mais recentes apontam ainda que a estratégia coligacionista nas eleições majoritárias não se reduz à maximização eleitoral, mas é pensada também como forma de aproximação de grupos detentores do poder político local.

Ou seja, concorrer nas eleições majoritárias, especificamente nas eleições municipais exige estratégias eleitorais distintas das eleições proporcionais e são levadas em consideração pelos partidos algumas variáveis importantes, tais como: o alto custo da campanha; o grande número de partidos atuando no mercado eleitoral nas capitais; o poder político local, que restringe a entrada de novos competidores e consequentemente exige o recurso a alianças eleitorais. São consideradas ainda a baixa magnitude do distrito e a força do candidato incumbente como variáveis relacionadas com a forte tendência de candidaturas coligadas observadas nas eleições analisadas.

Confirmado que o perfil das candidaturas foi predominantemente coligado, para fins deste estudo as coligações formadas nas eleições analisadas foram divididas em quatro perfis quanto ao seu tamanho: de 1 a 5 partidos, de 6 a 10, de 11 a 15 e de 16 a 21 partidos.

As conclusões da análise de dados mostraram que apesar de menos frequentes, as coligações maiores com 16 a 21 partidos em sua formação venceram todas as disputas de que participaram, porém, nessas coligações todos os candidatos eram incumbentes, o que não permite concluir se o tamanho da coligação poderia ser a variável explicativa do sucesso

eleitoral dos candidatos. Já as coligações com 11 a 15 partidos tiveram percentual maior de vitórias que de derrotas, ocorrendo o contrário com as pequenas coligações de 1 a 5 e de 6 a 10 partidos que, apesar de serem mais frequentes, obtiveram percentual de vitórias menor que o percentual de derrotas.

Como não foi possível aferir os efeitos da variável número de partidos na coligação e situação do candidato separadamente, foi identificado no período analisado, através dos testes estatísticos, maior grau de associação entre essas variáveis e entre o número de partidos na coligação e o resultado eleitoral no primeiro turno, respectivamente. Ou seja, as variáveis mais fortemente relacionadas aos resultados eleitorais neste estudo envolvem o tamanho da coligação e a situação do candidato, o que corrobora os estudos eleitorais que apontam a situação do candidato como variável explicativa de grau forte na vitória dos candidatos nas eleições majoritárias.

Essa associação moderada entre o número de partidos na coligação e o resultado eleitoral dos candidatos no primeiro turno apresentou um perfil diferenciado de disputa no cenário municipal (pelo menos no universo desta pesquisa), das eleições majoritárias para governador, visto que ao pesquisarem o tamanho das coligações nas eleições para o governo nos estados correlacionadas com o percentual de votação das candidaturas, Krause e Godoi (2010) demonstraram que o tamanho da coligação não apresentou grau significativo de associação com o percentual de votos obtidos.

Neste estudo também foi verificado que as maiores coligações não obtiveram os maiores números de votos, sendo que nenhuma grande coligação de 16 a 21 partidos sequer chegou a 500 mil votos nas eleições analisadas. Estes dados podem ser explicados pelo cenário eleitoral distinto que as capitais representam, já que deve ser levado em consideração ainda nas capitais o maior número de partidos concorrendo pelas prefeituras, seja pelo poder político e econômico que as capitais oferecem, seja pela visibilidade que os candidatos dispõem nesses pleitos, o que pode alavancar uma possível candidatura do partido ao governo ou ao senado, assim a dispersão dos votos nas capitais seria maior que em outras arenas eleitorais.

Quanto à situação do candidato, identificada nos testes como uma variável associada ao desempenho eleitoral dos candidatos, eles corroboram a assertiva de Lavareda (2011), que aponta que a reeleição é uma tendência nos sistemas eleitorais que a adotam, como consequência do desequilíbrio que gera entre os recursos disponíveis aos candidatos a reeleição e os “novatos” ou desafiantes.

Esses recursos apontados por Lavareda (2011) abrangem o tempo de campanha para os

incumbentes, que se inicia com muita antecedência em relação aos desafiantes e posiciona os incumbentes como candidatos naturais pela mídia e pela opinião pública; o volume de recursos que os candidatos à reeleição dispõem, como controle de agenda, interferência no debate eleitoral com ações administrativas, meios de transladar as alianças de sustentação parlamentar em coalizões eleitorais, aumentando o tempo de televisão, equipe técnica que conhece a administração em profundidade, um relacionamento estreito com a sociedade; e o tempo de propaganda no rádio e na televisão, considerada uma variável importante nas eleições majoritárias municipais, tendo em vista que os candidatos dispõem de 30 minutos nas campanhas.

Ou seja, nas eleições majoritárias, especificamente nas capitais brasileiras nas eleições analisadas a associação entre a situação do candidato e o resultado no primeiro turno apresentou correlação moderada com o desempenho eleitoral dos candidatos, ratificando as pesquisas apontadas na literatura.

A relação entre o apoio do governador e / ou do presidente aferida na análise descritiva apresentou baixo percentual de frequência, ou seja, apesar da literatura apontar a força que os governadores têm na política brasileira, atuando, segundo Braga (2003), como contrapesos poderosos do Executivo Federal e fazendo predominar a lógica estadualista no Senado e na Câmara, os dados desta pesquisa mostraram que houve pouca frequência de apoio desses políticos para os candidatos que venceram as disputas nas eleições analisadas, apenas 33% das candidaturas, porém, os maiores percentais de vitórias ocorreram com esses candidatos apoiados exclusivamente pelo governador, dos quais cerca de 50% venceram. Dessa forma, os dados analisados mostram que apesar de poucos governadores apoiarem os candidatos mais votados constantes dessa análise, eles conseguiram eleger metade dos candidatos apoiados. Um exemplo emblemático do poder de transferência de voto do governador foi a vitória do desconhecido Márcio Lacerda em Belo Horizonte na eleição de 2008, apoiado pelo engajado e popular governador do Estado, Aécio Neves.

Já o apoio do partido do presidente aos candidatos a prefeito nas capitais apresentou dados não significativos de vitórias, ou seja, o apoio do partido do presidente, apesar da grande popularidade de Lula nas eleições de 2004 e 2008 não contribuiu com altos percentuais de vitórias dos apoiados.

Na relação entre o número de candidatos a vereadores e os resultados eleitorais os dados mostraram muita variabilidade o que resultou em uma associação não significativa, porém, o número de casos é pequeno e seria necessário ampliar a pesquisa para estabelecer conclusões. Dessa forma essa variabilidade apontada nos dados não permite aferir se essa

variável influenciou no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito concorrendo por uma coligação com maior capilaridade.

O objetivo deste estudo de verificar se o resultado eleitoral dos candidatos a prefeito nas capitais estaria associado a um perfil de coligação formada por um número de partidos foi atingido com resultados positivos, já que a força da correlação entre essas variáveis foi confirmada pelo teste estatístico, porém, é importante ressaltar algumas limitações deste estudo, principalmente no que diz respeito aos dados, pois ao optar por incluir no banco apenas os dois candidatos mais votados nas capitais nas três eleições analisadas, é possível que algum dado relevante se perca na análise, em especial referente à variável número de candidatos a vereador na coligação, visto que o acréscimo de todos os candidatos de todos os pleitos poderia controlar a variabilidade e apontar resultados mais consistentes.

Outra limitação é o peso que a variável situação do candidato apresentou neste estudo, o que dificulta limitar os resultados eleitorais unicamente ao tamanho da coligação formada.

Apesar dessas limitações, espera-se que este trabalho possa agregar conhecimento acerca das estratégias eleitorais que as coligações representam e possibilitar através da ampliação deste estudo resultados conclusivos quanto à influência que o tamanho da formação coligacional pode trazer para o desempenho do candidato.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Márcia Ribeiro. **Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 2, nº 2, dez. 2002.

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução: Vera Pereira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA, João Francisco. **A margem do meio da política: as coligações entre PT e PDB em eleições municipais**. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e Representação Política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

ANDRADE, Jorge Marley de. **Coligações Partidárias e Representação Política no Brasil**. 2008. Disponível em: http://www.tre-se.gov.br/servicos/biblioteca/BibliotecaVirtual/PublicacoesTRESE/Revista_Biblioteca/n1_2009/Monografias/Monografia_ANDRADE.pdf.

BERTANI, Karine. **A Política entra no ar: evolução e características do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/viewArticle/1433>.

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. I, nº 1, março 2005.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas:

Fapesp, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm.

CARNEIRO, Leandro Piquet e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira.** Revista Dados, vol. 51, nº 2. Rio de Janeiro, 2008.

CARREIRÃO, Yan. **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras.** Florianópolis, Rio de Janeiro: Ed. UFSC e Ed. FGV, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. **As coligações nas eleições para o Senado Brasileiro (1990/2006).** In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1994.

DANTAS Humberto. **O horário eleitoral gratuito na televisão e o padrão das coligações em eleições majoritárias municipais.** Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política, n. 5, pp.1-14, 2012.

----- **Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores.** Revista On-Line Liberdade e Cidadania. Ano II - n. 6 - outubro/dezembro, 2009.

----- **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004.** Tese de Doutorado pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DANTAS, Humberto; FIGUEIREDO, Rubens. **Eleições Municipais 2008: Cenários atuais e perspectivas para 2010**. Revista On-Line Liberdade e Cidadania. Janeiro/março, 2009.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. **Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008**. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

FERRAZ, Francisco. **Manual completo de campanha eleitoral**. 3ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2008. 408 p.

FIGUEIREDO, Marcus. **Competição eleitoral: eleições casadas, resultados solteiros**. Monitor Público, 2, 1994.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do Neo-Institucionalismo**. Revista Lua Nova, nº 58, 2003, p. 193-224.

KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira – Perfis e Tendências**. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

KRAUSE, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e Coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2005.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19. Nº 54, São Paulo, fev. 2004.

----- **Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. Revista RBCS, vol. 20, nº 57, fev, 2005.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Luperj, Revan, 1999.

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara (Orgs.). **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Abrindo a Caixa-Preta: da indecisão à escolha – A eleição presidencial de 2002**. Tese de Doutorado defendida em 2007. Disponível em: <http://pt.pdfsb.com/readonline/6256564b66676c385833563741486c6d56413d3d-4732049>.

MACHADO, Aline. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade. O caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

----- **A lógica das coligações no Brasil**. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e Coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP, 2005.

MAINWARING, Scott. **Democracia Presidencialista Multipartidária: o caso do Brasil**. Rev. Lua Nova, n. 28-29, São Paulo, abr. 1993.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos. **Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.

----- **Padrões de coesão e dispersão: Uma proposta de tipologia para**

coligações. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/262/192>.

MIZUCA, Humberto Dantas de. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004.** Tese de Doutorado defendida em 2007 na USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26022008-141714/pt-br.php>.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério. **Sistema Eleitoral e Sistema Partidário.** Revista Lua Nova, n. 36, 1995, p. 94-147.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais: uma introdução.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 4 ed.

----- **O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 4, 2006, p. 689-720.

----- **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

OLIVEIRA, Adriano; GADELHA, Carlos jr; SANTOS, Roberto. **O que pensa o eleitor pernambucano? Análise, Comunicação Política e Instituições.** Recife: Ed. Faculdade Mauricio de Nassau, 2010.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; RENNÓ, Lucio. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil.** Revista Opinião Pública, vol. 17, nº 2, Campinas, nov. 2011.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. **Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia.** In: KRAUSER, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

RADMANN, Elis R. H. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento**

eleitoral. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ROMÃO, Mauricio Costa. **A Dinâmica Eleitoral no Brasil: Fórmulas, Competição e Pesquisas.** Recife: Edição do Autor, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008).** In: KRAUSER, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000).** 3º edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

SOUSA, Vivaldo Reinaldo de. **As coligações partidárias: período 1986-94 versus 1954-62.** Coleção parlamento em tese, n. 3. Brasília: Plenarium Editora da Câmara dos Deputados, 2006.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, estratégia.** Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1994.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. **Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais.** In: **Rev. Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 12, n. 1, p. 91-116, Jan./Jun. 2009.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados eleitorais.** Brasil.

VEIGA, Luciana Fernandes; SANTOS, Sandra Avi dos; NEVES, Daniela Silva. **Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito? Sobre o peso da satisfação com a administração na eleição.** Disponível em: http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/trabalhosite/trabalho_ssiste.asp?Codigo=3.

WAGNER, Mario B. **SPSS passo a passo: statical package for the social sciences.** Caxias do Sul: Educs, 2004.

ANEXO

Anexo 1: Candidatos mais votados nas capitais brasileiras – Eleições de 2000 a 2008.

Capitais	Candidatos na disputa		
	Eleição 2000	Eleição 2004	Eleição 2008
Aracajú	Marcelo Déda Chagas	Susana Maria Fontes Azevedo	Edvaldo Nogueira Filho
	Jose Almeida Lima	Marcelo Déda Chagas	José De Araújo Mendonça Sobrinho
Belém	Duciomar Gomes Da Costa	Ana Julia De Vasconcelos Carepa	Duciomar Gomes Da Costa
	Edmilson Brito Rodrigues	Duciomar Gomes Da Costa	José Benito Priante Junior
Belo Horizonte	João Leite Da Silva Neto	João Leite Da Silva Neto.	Marcio Araujo De Lacerda
	Célio De Castro	Fernando Damata Pimentel	Leonardo Lemos Barros Quintao
Boa Vista	Maria Teresa Saenz Surita Jucá	Neudo Ribeiro Campos	Iradilson Sampaio De Souza
	Ottomar De Souza Pinto	Maria Teresa Saenz Surita Juca	Luciano De Souza Castro
Campo Grande	Eurídio Ben-Hur Ferreira	Nelson Trad Filho	Nelson Trad Filho
	André Puccinelli	Vander Luiz Dos Santos Loubet	Pedro Luiz Teruel
Cuiabá	Serys Marly Slhessarenko	Wilson Pereira Dos Santos	Wilson Pereira Dos Santos
	Roberto França Auad	Alexandre Luis Cesar	Mauro Mendes Ferreira
Curitiba	Angelo Carlos Vanhoni	Carlos Alberto Richa	Carlos Alberto Richa
	Cassio Taniguchi	Angelo Carlos Vanhoni	Gleisi Helena Hoffmann
Florianópolis	Sergio José Grando	Francisco De Assis Filho	Dário Elias Berger
	Angela Regina Heinzen Amin Helou	Dário Elias Berger	Esperidião Amin Helou Filho
Fortaleza	Inácio Francisco De Assis Nunes Arruda	Moroni Bing Torgan	Luizianne De Oliveira Lins
	Juraci Vieira De Magalhães	Luizianne De Oliveira Lins	Moroni Bing Torgan
Goiânia	Pedro Wilson Guimaraes	Iris Rezende Machado	Iris Rezende Machado
	Darci Accorsi	Pedro Wilson Guimarães	João Sandes Júnior
João Pessoa	Luiz Albuquerque Couto	Ricardo Vieira Coutinho	Ricardo Vieira Coutinho
	Cicero De Lucena Filho	Ruy Manuel Carneiro Barbosa De Aça Belchior	João Gonçalves De Amorim Sobrinho
Macapá	Antonio Waldez Goes Da Silva	Janete Maria Goes Capiberibe	Carlos Camilo Góes Capiberibe
	Annibal Barcellos	João Henrique Rodrigues Pimentel	Antônio Roberto Rodrigues Góes Da Silva
Maceió	José Regis Barros Cavalcante	José Cícero Soares De Almeida	José Cícero Soares De Almeida
	Kátia Born Ribeiro	Alberto José Mendonça Cavalcante	Judson Cabral De Santana
Manaus	Carlos Eduardo De Souza Braga	Amazonino Armando Mendes	Amazonino Armando Mendes
	Alfredo Pereira Do Nascimento	Serafim Fernandes Correa	Serafim Fernandes Corrêa
Natal	Maria De Fatima Bezerra	Carlos Eduardo Nunes Alves	Micarla Araújo De Sousa Weber

	Wilma Maria De Faria Meira	Luiz Almir Filgueira Magalhães	Maria De Fatima Bezerra
Palmas	Nilmar Gavino Ruiz Raul De Jesus Lustosa Filho	Nilmar Gavino Ruiz Raul De Jesus Lustosa Filho	Raul De Jesus Lustosa Filho Marcello De Lima Lelis
	Tarso Fernando Herz Genro Alceu De Deus Collares	José Alberto Fogaça De Medeiros Raul Jorge Anglada Pont	José Alberto Fogaça De Medeiros Maria Do Rosario Nunes
Porto Alegre	Carlos Alberto De Azevedo Camurça	Mauro Nazif Rasul	Roberto Eduardo Sobrinho
	Mauro Nazif Rasul	Roberto Eduardo Sobrinho	Lindomar Barbosa Alves
Porto Velho	João Paulo Lima E Silva Roberto Magalhães Melo	Carlos Eduardo Cintra Da Costa Pereira	João Da Costa Bezerra Filho Jose Mendonça Bezerra Filho
	João Paulo Lima E Silva	Joao Paulo Lima E Silva	Jose Mendonça Bezerra Filho
Recife	Flaviano Flávio Baptista De Melo Raimundo Angelim Vasconcelos	Márcio Miguel Bittar Raimundo Angelim Vasconcelos	Raimundo Angelim Vasconcelos Sérgio De Oliveira Cunha
	Raimundo Angelim Vasconcelos	Raimundo Angelim Vasconcelos	Sérgio De Oliveira Cunha
Rio Branco	Cesar Eptacio Maia Luiz Paulo Fernandez Conde	Cesar Eptácio Maia Marcelo Bezerra Crivella	Eduardo Da Costa Paes Fernando Paulo Nagle Gabeira
	Luiz Paulo Fernandez Conde	Marcelo Bezerra Crivella	Fernando Paulo Nagle Gabeira
Rio de Janeiro	Nelson Vicente Portela Pellegrino Antonio José Imbassahy Da Silva	João Henrique De Barradas Carneiro	João Henrique De Barradas Carneiro
	Antonio José Imbassahy Da Silva	Cesar Augusto Rabello Borges	Walter De Freitas Pinheiro
Salvador	João Castelo Ribeiro Gonçalves Jackson Kepler Lago	Carlos Tadeu D'aguair Silva Palacio	João Castelo Ribeiro Gonçalves Flávio Dino De Castro E Costa
	Jackson Kepler Lago	João Castelo Ribeiro Gonçalves	Flávio Dino De Castro E Costa
São Luis	Marta Teresa Suplicy Paulo Salim Maluf	José Serra Marta Tereza Suplicy	Gilberto Kassab Marta Teresa Suplicy
	Marta Teresa Suplicy	Marta Tereza Suplicy	Marta Teresa Suplicy
São Paulo	José Wellington Barroso De Araújo Dias	Adalgisa Carvalho De Moraes Souza	Silvio Mendes De Oliveira Filho
	Firmino Da Silveira Soares Filho	Silvio Mendes De Oliveira Filho	Jose Nazareno Cardeal Fonteles
Teresina	Nilton Gomes Oliveira Luiz Paulo Vellozo Lucas	Cesar Roberto Colnaghi Joao Carlos Coser	Joao Carlos Coser Luciano Santos Rezende
	Luiz Paulo Vellozo Lucas	Joao Carlos Coser	Luciano Santos Rezende
Vitória	Nilton Gomes Oliveira Luiz Paulo Vellozo Lucas	Cesar Roberto Colnaghi Joao Carlos Coser	Joao Carlos Coser Luciano Santos Rezende

Fonte: Elaborado pela autora a partir da coleta de dados no TSE Brasil.